

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Faculdade de Educação**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação**  
**Nível Doutorado**



**Conhecimentos enraizados como ferramenta de luta e resistência camponesa  
à sociedade da reprodução.**

**Maria da Graça Souza**

Pelotas, 2017

**Maria da Graça Souza**

**Conhecimentos enraizados como ferramenta de luta e resistência camponesa  
à sociedade da reprodução**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Faculdade de Educação (FaE), da Universidade Federal de Pelotas – RS (UFPel), como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Doutora em Educação, sob a Orientação do Prof. Dr. Jovino Pizzi.

Orientador: Jovino Pizzi

Pelotas, 2017

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

S729c Souza, Maria da Graça

Conhecimentos enraizados como ferramenta de luta e resistência camponesa à sociedade da reprodução / Maria da Graça Souza ; Jovino Pizzi, orientador. — Pelotas, 2017.  
178 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

1. Conhecimentos enraizados. 2. Pedagogia do aprendizado pelas bordas. 3. Produção. 4. Camponeses. 5. Agroecologia e resistência. I. Pizzi, Jovino, orient. II. Título.

CDD : 370

Maria da Graça Souza

Conhecimentos enraizados como ferramenta de luta e resistência camponesa à sociedade da reprodução

Tese aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutora em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 23/10/2017

Banca examinadora:

.....  
Prof. Dr. Jovino Pizzi (Orientador), Doutor em Ética y Democracia pela Universidade Universitat Jaume I, UJI, Espanha.

.....  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Conceição Paludo, Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

.....  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Silvana Maria Gritti, Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

.....  
Prof. Dr. Luis Fernando Minasi, Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

.....  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Julia Sichieri Moura, Doutora em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

.....  
Prof. Dr. Gomercindo Ghiggi, Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**À memória de José Fernando Kieling, meu marido;  
À Higínio José e Nadir, meus pais;  
À Helena, Nádia, Cecília e Rossana, minhas irmãs;  
À Clarissa, Lucas e Andressa, meus filhos;  
À Manoela e Theodora, minhas netas.**

## **Agradecimentos**

Ao Professor Dr. Jovino Pizzi, pelas orientações que possibilitaram a construção deste trabalho.

Aos professores por aceitarem participar desta banca criando as condições de enriquecimento deste trabalho.

Aos professores da FAE/UFPEL, em especial os Professores do PPGE, de maneira singular à Professora Conceição Paludo pela amizade, pelo incentivo e pelo auxílio.

Aos professores e funcionários da Escola Estadual de Ensino Fundamental Oziel Alves Pereira.

Aos camponeses do Assentamento Renascer, que honram a vida na luta pela subsistência consolidando a resistência contra uma sociedade excludente.

O meu reconhecimento e agradecimento pelas contribuições e debates dos Camaradas Sociólogos: Glauco Ludwig Araujo e Ronald Rocha, bem como do Engenheiro Agrônomo Dieter Kempf.

## RESUMO

SOUZA, Maria da Graça. **Conhecimentos enraizados como ferramenta de luta e resistência camponesa à sociedade da reprodução**. 2017. 178f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

A tese de Doutorado: Conhecimentos enraizados como ferramenta de luta e resistência camponesa à sociedade da reprodução debate a relação Escola – Vida, onde a ação docente busca transversalizar os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade e as experiências ali desenvolvidas. O objetivo dessa tese é identificar, analisar e compreender como o conhecimento do modo de produção da existência dos camponeses do Assentamento Renascer, em Canguçu-RS, é trabalhado na Escola Oziel Alves Pereira e como contribui para a elaboração de novas sínteses, novos conhecimentos. A escolha da metodologia: Investigação Ação Participativa, como processo de elaborar ciência para a educação, ocorre pelo reconhecimento que nos permite a experiência permanente de conduzir os sujeitos participantes a elaborarem uma análise e compreensão crítica das ações que desenvolvem. Tomei como desafio incluir a Investigação Ação Participativa o tema da Permanência, da continuidade, levando em consideração o vir a ser histórico dos sujeitos. O trabalho está dividido em duas partes: na primeira delas é resgatado uma imersão inicial com os camponeses, onde buscamos analisar os achados bem como os desafios explicitados que vem exigindo uma continuidade da pesquisa. Na segunda parte do texto, com base no que foi tratado na primeira, debate-se como se enraíza a produção de outro conhecimento que possibilite o processo de humanização dos sujeitos de uma dada totalidade. A Investigação Ação Participativa fundamentada em Orlando Fals Borda e Carlos Rodrigues Brandão aponta possibilidades para um conhecimento novo e enraizado. Busca-se, sustentado em Paulo Freire e Karl Marx, estabelecer a relação da luta e da produção com o conhecimento enraizado. Debate-se a luta por uma escola encharcada do seu contexto histórico, que não abre mão dos princípios orientadores da Educação do Campo que é compreender e construir a Reforma Agrária Popular com a ampla distribuição de terras para quem nela vive e trabalha, produzindo alimentos saudáveis e ambientalmente sustentáveis para toda a sociedade, além da elaboração do conhecimento que tenha como matriz tecnológica a agroecologia e que o desenvolvimento da agricultura esteja sustentado nos princípios da agrobiodiversidade e da soberania alimentar como forma de Resistência, entendida como possibilidade de mudar o mundo.

**Palavras-chave:** Conhecimentos enraizados; Pedagogia do aprendizado pelas bordas; Produção; Camponeses; Agroecologia e Resistência.

## ABSTRACT

SOUZA, Maria da Graça. **Knowledge rooted as a tool of struggle and peasant resistance to the reproduction society.** 2017. 178f. Thesis (Doctor degree in Education) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

The Doctoral thesis: Knowledge rooted as a tool of struggle and peasant resistance to the reproduction society debates the relationship between School and Life, where the teaching action seeks to mainstream the knowledge historically accumulated by humanity and the experiences developed there. The aim of this thesis is to identify, analyze and understand how the knowledge of the way of production of the existence of the peasants of the Renascer Settlement in Canguçu-RS is worked at the Oziel Alves Pereira School and how it contributes to the elaboration of new syntheses, new knowledge. The choice of methodology: Participatory Action Research, as a process of elaborating science for education, occurs through the recognition that allows us the permanent experience of leading the participating subjects to elaborate an analysis and critical understanding of the actions they develop. I took as a challenge to include the Investigation Participatory Action the theme of Permanence, of continuity, taking into consideration the becoming history of the subjects. The work is divided in two parts: in the first one, an initial immersion with the peasants is rescued, where we seek to analyze the findings as well as the explicit challenges that require a continuity of the research. In the second part of the text, based on what was dealt with in the first part, we debate how the production of other knowledge that roots the humanization process of the subjects of a given totality is rooted. The Participatory Action Research based on Orlando Fals Borda and Carlos Rodrigues Brandão points out possibilities for a new and rooted knowledge. It is sought, sustained in Paulo Freire and Karl Marx, to establish the relation of the struggle and the production with the rooted knowledge. The struggle for a school drenched in its historical context, which does not give up the guiding principles of the Education of the Field, is to understand and construct the Popular Agrarian Reform with the wide distribution of land for those who live and work in it, producing healthy food and environmentally sustainable for all society, in addition to the elaboration of the knowledge that has agroecology as the technological matrix and that the development of agriculture is based on the principles of agrobiodiversity and food sovereignty as a form of resistance, understood as a possibility to change the world.

Keywords: Rooted knowledge; Pedagogy of learning by the edges, Production; Peasants; Agroecology and Resistance.

## Lista de figuras

Figura 1 –	Mapa construído pelo aluno Dionéia do 7º ano.....	25
Figura 2 –	Mapa construído pela aluna Livia do 7º ano.....	25
Figura 3 –	Gráfico do número de famílias assentadas pela Reforma Agrária de 2003-2015.....	79
Figura 4 –	Gráfico da área incorporada – total de hectares destinados a Reforma Agrária.....	80
Figura 5 –	Quadro síntese da contribuição dos pensadores russos.....	91
Figura 6 –	Quadro com a distribuição das disciplinas dos anos iniciais: primeiro ao quinto ano.....	126
Figura 7 –	Quadro com a distribuição das disciplinas dos anos finais: sexto ao nono ano.....	127

## Lista de fotos

Foto 1 - Organização Inicial das famílias em torno da casa da sede – moradia em barracos de lona - Acervo da Pesquisadora.....	46
Foto 2 - Organização coletiva das famílias em torno da casa da sede - Acervo da Pesquisadora .....	46
Foto 3 - Unidade Familiar de Marcelino de Christo – Acervo da pesquisadora.....	48
Foto 4 - Familiar de Marcelino de Christo – Acervo da pesquisadora .....	49
Foto 5 - Fórum permanente de debates – trabalho em grupo para definição dos temas geradores – Acervo da pesquisadora.....	60
Foto 6 - Fórum permanente de debates – plenária final, aprovação das sistematizações apresentadas pelos grupos – Acervo da pesquisadora .....	67
Foto 7 - Retorno ao assentamento – esquila na unidade de produção/2015 – Acervo da pesquisadora.....	70
Foto 8 - Detalhes da 1ª Abertura da Colheita de Arroz Orgânico do município de Canguçu. No dia 23/03/2016. Relato da experiência do plantio feita por três produtores assentados – Acervo da pesquisadora .....	72
Foto 9 - Detalhes da 1ª Abertura da Colheita de Arroz Orgânico do município de Canguçu – presença da comunidade e dos estudantes da Escola Oziel Alves – Acervo da pesquisadora.....	72
Foto 10 - Detalhes da 1ª Abertura da Colheita de Arroz Orgânico do município de Canguçu – Os presentes são convidados a se dirigir para a lavoura – Acervo da pesquisadora.....	73
Foto 11 - Detalhes da 1ª Abertura da Colheita de Arroz Orgânico do município de Canguçu – Travessia no canal de irrigação – Acervo da pesquisadora.....	73
Foto 12 - Detalhes da 1ª Abertura da Colheita de Arroz Orgânico do município de Canguçu – Momento da colheita do arroz orgânico – Acervo da pesquisadora.....	74

Foto 13 - Detalhes da 1ª Abertura da Colheita de Arroz Orgânico do município de Canguçu – Assentado colhe e monta um feixe da 1ª mostra do arroz – Acervo da pesquisadora.....	74
Foto 14 - Escola Oziel Alves Pereira.....	108
Foto 15 - Trabalho de Campo sobre a reprodução de sementes agroecológicas – Acervo da pesquisadora.....	114
Foto 16 - Estudante da Escola realiza oficina com os estudantes e professores sobre as sementes crioulas – reprodução, identificação e manejo – Acervo da pesquisadora.....	114
Foto 17 - Oficina 2º ano: Montando pratos com alimentos saudáveis – Acervo da pesquisadora.....	115
Foto 18 - Trabalho de reconstituição do Relógio do Corpo Humano – Acervo da pesquisadora.....	116
Foto 19 - Trabalho na horta da Escola com orientação da EMATER – Acervo da pesquisadora.....	117
Foto 20 - Aula de campo sobre a silagem da rama da mandioca – Acervo da pesquisadora.....	118
Foto 21 - Aula de campo sobre a silagem da rama da mandioca – oficina ministrada pelo assentado Valmor Vieira – Acervo da pesquisadora .....	118
Foto 22 - Aula de campo – acondicionamento mandioca após passar pela trituração – Acervo da pesquisadora.....	119
Foto 23 - Aula de campo sobre a silagem da rama da mandioca – aceitação do alimento pelos animais – Acervo da pesquisadora .....	119
Foto 24 - Registros da 2ª Colheita do Arroz Agroecológico – preparo do almoço de confraternização/2017 – Acervo da pesquisadora .....	120
Foto 25 - Registros da 2ª Colheita do Arroz Agroecológico – mística organizada pela Escola Oziel Alves Pereira/2017 – Acervo da pesquisadora.....	121
Foto 26 - Registros da 2ª Colheita do Arroz Agroecológico – falas dos produtores e convidados/2017 – Acervo da pesquisadora.....	121

Foto 27 - Registros da 2ª Colheita do Arroz Agroecológico – a ceifa é acionada para o início da colheita/2017 – Acervo da pesquisadora .....	122
Foto 28 - Estudantes elaborando materiais de divulgação do I Seminário da Alimentação Saudável – Acervo da pesquisadora .....	124
Foto 29 - Comunidade Escolar debatendo a Reestruturação Curricular: Regimento e PPP e o processo de avaliação – Acervo da pesquisadora .....	125

Nota: As fotos estão autorizadas para publicação.

## Lista de abreviaturas

5ª CRE-RS -	Coordenadoria Regional de Educação do Estado do Rio Grande do Sul
ABCAR –	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
APEX –	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
ATER –	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES –	Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
BASA –	Banco da Amazônia S.A
BB –	Banco do Brasil
BRB –	Banco Brasília
BRICS –	Sigla que se refere ao Brasil, a Rússia, a Índia e a China, que se destacam como países em desenvolvimento. Somando a partir de 2011 a África do Sul.
CEF –	Caixa Econômica Federal
CNA –	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNBB –	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONAB –	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA –	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional BNDES;
CONTAG –	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPTec –	Cooperativa Prestação de Assistência Técnica Ltda.
CUT –	Central Única dos Trabalhadores
EJA –	Educação de Jovens e Adultos
EMATER –	Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural
EMBRAPA –	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO –	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FEE –	Fundação de Economia e Estatística
FETRAF –	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

GRA –	Gabinete da Reforma Agrária
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA –	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA –	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITERRA –	Instituto Técnico de Pesquisa e Capacitação em Reforma Agrária
MDA –	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS –	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA –	Ministério do Meio Ambiente
MST –	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PNRA –	Plano Nacional de Reforma Agrária
PAA –	Programa de Aquisição de Alimentos
PPA –	Plano Plurianual – definição de programas
PRONERA –	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RAP --	Reforma Agrária Popular
SEDUC –	Secretaria Estadual de Educação e Cultura

## SUMÁRIO

Introdução .....	15
Capítulo I Do processo da pesquisa participante ao processo da investigação ação participativa permanente .....	21
1.1 A metodologia .....	21
1.2 Pesquisa participante .....	21
1.3. Metodologia de pesquisa.....	29
1.3.1 Referencial teórico e metodológico .....	29
1.3.2. Técnicas e procedimentos da pesquisa .....	31
1.3.3. A respeito da Investigação Ação Participativa Permanente .....	36
Capítulo II Síntese uma primeira imersão com os sujeitos da pesquisa .....	40
2.1 Retomando a sistematização: um contexto a priori.....	40
2.2 O espaço e os sujeitos .....	43
2.3 Problematizações : como responder a realidade imediata .....	50
2.3.1 Percepções dessa imersão: aspectos relevantes e debilidades .....	50
2.4. Os desafios apontados.....	59
Capítulo III Proposição da pesquisa: o doutorado e nova situação: possibilidades concretas para pensar uma educação humanizadora.....	69
3.1 Introdução .....	69
3.1.1 O assentamento renascer hoje (2017) .....	70
3.1.2 Justificativa da tese .....	76
Capítulo IV Delineando as categorias teóricas.....	88
4.1 A Questão agrária e o conceito de camponês na atualidade .....	88
4.2. Vertentes históricas da questão agrária no Brasil .....	92
4.2.1 O pensamento do PCB-1960 .....	92
4.2.2 Contribuições de Caio Prado Junior .....	93
4.2.3 Vertente representada pela Comissão Econômica para A América Latina e o Caribe (CEPAL), Organismo das Nações Unidas para a América Latina .....	94
4.2.4 Vertente Socialista – Reforma Agrária Socialista .....	96
4.2.5 Contribuição para o debate sobre: Reforma Agrária no Brasil .....	97

4.3	Cooperação como alternativa.....	101
4.4	Ação Política, Conhecimento e Consciência de classe .....	103
	Capítulo V - A luta por uma escola encharcada do seu contexto histórico.....	108
5.1	Usando As adversidades como fonte para: aprender, dialogar e crescer .....	109
5.2	Compreendendo Os conhecimentos produzidos pela escola sobre o modo de produção dos camponeses: Pedagogia do aprendizado pelas bordas. ....	111
5.3	Comunidade militante e em luta por uma escola que eduque para a Transformação Social.....	124
	Conclusões e perspectivas.....	131
	Referências .....	136
	Anexos .....	142

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado da Investigação Ação Participativa Permanente,<sup>1</sup> onde assumimos como desafio fundamental estimular a tomada de decisão individual e em grupo, gerando a elaboração do conhecimento enquanto resultado do confronto entre diferentes reflexões e tomada de consciência da realidade educativa e da produção econômica e cultural dos camponeses,<sup>2</sup> em um espaço concreto a EEEF Oziel Alves Pereira e o Assentamento Renascer. Considero importante registrar que minha origem é camponesa e que, frente ao avanço do

---

<sup>1</sup> A escolha da metodologia: Investigação Ação Participativa como processo de elaborar ciência para a educação ocorre pelo reconhecimento que nos permite a experiência permanente de conduzir os sujeitos participantes a elaborarem uma análise e compreensão das ações que desenvolvem. Tomei como desafio incluir a Investigação Ação Participativa o tema da Permanência, da continuidade, levando em consideração o vir a ser histórico dos sujeitos. Não abordando metafisicamente este tema, mas com a clareza de que alicerçado nas experiências concretas de homens e mulheres e crianças em um processo contínuo de problematização se abre um campo aonde vão tomando consciência dos processos históricos que acontecem na estrutura sócio-econômica e labutam para a transformação estrutural da sociedade em que vivem.

<sup>2</sup> Temos a dimensão da diversidade camponesa, que compreende uma multiplicidade de famílias que, por vezes, não se autodenominam camponesas, mas são reconhecidas como tal. No Brasil, podemos identificar várias famílias em diferentes contextos e histórias de vida como: camponeses proprietários privados de terras, posseiros de terras públicas ou privadas; povos das florestas, os agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais, lavradores, catadores de caranguejos e lavradores, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, açazeiros, inclui também os que usufruem dos fundos de pastos, os arrendatários não capitalistas, os foreiros e os que usufruem da terra por cessão, quilombolas a parcelas dos povos indígenas já camponeizados; os serranos, os caboclos e os colonizadores, assim como os povos das fronteiras no Sul do país, bem como os novos camponeses resultantes dos assentamentos da Reforma Agrária. Afirmando esta abrangência sobre a escolha deste conceito dedicamos um aprofundamento no IV Capítulo 4.11: A questão agrária e o conceito de camponês na atualidade, sobre a escolha deste conceito para abordar o processo da agricultura familiar, por entendermos ser uma opção de concepção enquanto questão estratégica para buscar a democratização da terra e a socialização da riqueza produzida com orientação agroecológica, desmistificando a produção capitalista, do grande negócio como única possibilidade de produção que garante alimentação em grande escala.

agronegócio<sup>3</sup>, fomos obrigados a abandonar a terra, aquilo que era expectativa, sonho e prazer virou tormento, exigindo a busca de outras alternativas de sobrevivência. Assim, a luta por uma Reforma Agrária Popular ganha centralidade no meu trabalho militante, que continua exigindo pesquisa e estudo permanente.

Esta pesquisa de doutorado em sua metodologia, com a finalidade de responder ao seu objeto, resgata e problematiza o trabalho elaborado na dissertação do Mestrado, criando as condições de resignificação e continuidade. Fizemos esta opção pela incorporação dos achados da pesquisa do mestrado por defendermos uma visão de que o pesquisa é um processo permanente e vai se consolidando ao longo do tempo. Primeiramente nos movimentamos com a intencionalidade de articular estratégias de conhecimento da constituição da escola e do processo de elaboração da política pedagógica. É assim que, progressivamente, se constituiu a trama de relações que, aos poucos, foram dando condições de articular pessoas de diferentes lugares, movidas por diferentes intencionalidades, num projeto que se queria inovador e radicalmente vinculado às pessoas e coisas do campo.

O presente estudo que tem como título: “Conhecimentos enraizados na Escola como ferramenta de luta e resistência camponesa à sociedade da reprodução”, traduz o desafio de retornar para a escola para fazer Educação Popular e estabelecendo uma ênfase no vínculo da educação com a política e a economia para entendermos a flexibilização de educação no tempo histórico que estamos vivendo. ombreando junto com os sujeitos da escola e da comunidade.

A necessidade de continuar pesquisando ocorre devido ao fato de que não devemos cair na visão ingênua, onde se acredita que a esperança por si só

---

<sup>3</sup> O termo agronegócio possui um sentido amplo, associado cada dia mais ao desempenho econômico e a simbologia política. O agronegócio hoje está vinculado a sua tendência de controlar áreas cada vez mais extensas e, por outro lado, a concentração de empresas com controle internacional, que passam a ter domínio sobre a propriedade de unidades de beneficiamento de grãos, como é o caso da soja. Esse processo de concentração é marcado pela verticalização: os grandes grupos controlam a produção de insumos, o armazenamento, o beneficiamento e a venda. O agronegócio está relacionado com a alta tecnologia agrícola como: presença de insumos químicos, biotecnologias e mecanização como é o caso da soja e do algodão que exigem tanto no plantio como na colheita. Diferente do café que exige abundância de mão de obra na colheita. A cana-de-açúcar pode ser cortada mecanicamente em áreas planas, porém em áreas de relevo exige corte manual. O modelo do agronegócio é o contraposto ao modelo agroecológico, pautado na valorização da agricultura camponesa e nos princípios da policultura, dos cuidados ambientais e do controle dos agricultores sobre a produção de suas sementes.

transforma o mundo. É preciso construir possibilidades críticas, embasadas na prática que se tornem concretude histórica (FREIRE, 1999).

Com base em sua experiência em Guiné-Bissau, Freire apontou a necessidade de ter como objeto de conhecimento o estudo da realidade e afirma que, em uma sociedade em transformação, são indispensáveis o entendimento e a reflexão coletiva do valor da sabedoria popular que traduz a possibilidade criadora dos sujeitos bem como o seu conhecimento em relação à realidade em que estão inseridos.

Somado a essas questões, podemos considerar que a compreensão mais crítica da opressão e/ou exclusão do modo de produção capitalista não pode nos levar à crença de que ele atingiu a derrocada sem retorno. Em outras palavras, é real a crise estrutural do sistema capitalista (MÉSZÁROS, 2009).

O processo de desagregação do sistema financeiro não é a causa em si, mas revela o grau de impasse que está posto na economia mundial. István Mészáros afirma que, no atual período histórico, as raízes da crise encontram-se no presente estágio de desenvolvimento do capitalismo.

Desta maneira, é também desafio deste tempo histórico e desta pesquisa construir e organizar categorias de análise que contribuam para a compreensão das atividades produtivas na vida dos indivíduos. Ao refletir sobre a produção e a distribuição, precisamos sustentar a promoção da igualdade substantiva por parte dos sujeitos, que buscam romper com as necessidades próprias do capitalismo.

Este trabalho, pelo compromisso que assume frente ao trabalhador camponês, impõe construir junto aos sujeitos do Renascer uma reflexão crítica sobre sua atividade prática, desafiando-os a consolidar uma cultura científica e não cientificista.

Logo a proposta é de construir uma relação entre os diferentes processos de cultura científica e a sociedade, como os de comunicação, os resultados e valores científicos e os conhecimentos dos camponeses, rompendo com uma visão de que tudo pode ser explicado pela ciência e que somente o conhecimento científico expresso e quantificado pode ser considerado verdadeiro.

O projeto está organizado com o seguinte roteiro: Introdução, Capítulo I Do processo da Pesquisa Participante ao Processo da Investigação Ação Participativa Permanente Capítulo II Síntese de uma Primeira Imersão com os Sujeitos da

Pesquisa Capítulo III – Proposição da Pesquisa: o Doutorado e a Nova Situação, Capítulo IV – Delineando as Categorias Teóricas, Capítulo V – A Luta por uma Escola Encharcada de seu contexto histórico Conclusões e Perspectivas.

Por uma questão didática no Capítulo I Do processo da Pesquisa Participante ao Processo da Investigação Ação Participativa Permanente registramos a metodologia da pesquisa na sua totalidade, as exigências que o processo foi apontando, pois cabe registrar que a escolha da Pesquisa Participante ocorreu no Mestrado pelo fato de que buscamos uma proposta político pedagógica que se caracteriza por uma síntese entre as transformações sociais e o envolvimento dos pesquisadores com os grupos populares, em nosso caso, os assentados.

A pesquisa se transformou em projeto de tese, exigindo uma ampliação do horizonte teórico da Pesquisa Participante. Assim, recorreremos aos estudos de Orlando Fals Borda e a Investigação Ação Participativa para dar conta da relação do micro para o macro, do particular para o geral, elaborando uma visão integrada do conhecimento e da formação social com o modo de produção.

Dessa maneira, organizamos e explicitamos como restabelecemos uma relação de confiança e de trabalho coletivo para o desenvolvimento da pesquisa com qualidade. Este processo está sistematizado neste capítulo, organizado com as seguintes sessões: 1.1 Metodologia; 1.2 Pesquisa Participante; 1.3 Metodologia de Pesquisa com a seguinte estrutura: 1.3.1 Referencial teórico metodológico e no 1.3.2 Técnica e procedimentos da pesquisa.

O Capítulo II Síntese de uma Primeira Imersão com os Sujeitos da Pesquisa tem por finalidade resgatar o processo histórico apontado pela pesquisa do mestrado. Entendemos ser necessário pensar o já dito para superar as aporias e organizar nossas práticas de Educação Popular e Construção do Conhecimento Sentipensante,<sup>4</sup> partindo da organização própria dos sujeitos, no caso os

---

<sup>4</sup>El conocimiento Sentipensante tiene su origen en una lengua que, para expresar la verdad, no se separa el corazón de la razón. En la vida real, los campesinos que construyen alternativas para sobrevivir a las "situaciones extremas" y ser capaces de superarlos, sin separar el amor y la razón, muestran un conocimiento Sentipensante.

Antes de su muerte en Bogotá el 12 de agosto de 2008, Fals Borda, de acuerdo con Víctor Manuel Moncayo, hizo mención de hombre Sentipensante que indica que: En conversación sostenida 10 meses antes de su fallecimiento, el maestro Orlando Fals Borda hizo de nuevo alusión, con muchos detalles anecdóticos, al vocablo Sentipensante. En la cultura del Caribe colombiano, y más específicamente de la cultura ribereña del río Grande de La Magdalena que rinde sus aguas al mar

camponeses dos assentamentos e do seu modo próprio de produzir sua existência. Percebemos que a consciência popular camponesa se apropria da realidade a que se vincula e constrói possibilidades de ir além, elaborando conhecimentos a partir de sua própria práxis. Assim, este capítulo tem como secções os títulos: 2.1 Retomando a sistematização: um contexto *a priori*; 2.2 O espaço e os sujeitos; 2.3 Problematizações : como responder a realidade imediata; 2.3.1 Percepções desta imersão: aspectos relevantes e debilidades; 2.4. Os desafios apontados. Desta forma, entendemos que, no processo de desenvolvimento do Capítulo II, podemos avançar com a atualização e apropriação do real, o que possibilita escapar de uma análise metafísica do mundo da vida.

Para dar conta deste desafio organizamos o Capítulo III Proposição da pesquisa: o doutorado e a nova situação da seguinte forma: 3.1 O assentamento Renascer hoje; 3.2 Justificativa da tese.

Frente às circunstâncias históricas e estruturais do capitalismo que coloca em situação de vulnerabilidade o campesinato, bem como a busca de alternativas para essas situações limites, indicamos por quais caminhos nos movimentamos na elaboração do Capítulo IV Delineando as Categorias Teóricas, que está assim disposto: 4.1 A questão agrária e o conceito de camponês na atualidade; 4.2 Vertentes históricas da questão agrária no Brasil; 4.3 A cooperação como alternativa; 4.4 Ação política, conhecimento e consciência de classe.

No Capítulo V A luta por uma Escola encharcada do seu contexto histórico, buscamos, num mergulho na escola, compreender que a realidade objetiva faz parte de uma totalidade que cada elemento que a constitui está em relação, já que existem correlações de forças que a determinam. A pesquisa visa uma interpretação teórica dessa realidade, para tanto acompanha as suas rotinas com o cuidado de não as reduzir a fiapos, a fragmentos. Para dar conta do objetivo desta tese que pretende Identificar, analisar e compreender como o conhecimento do modo de produção da existência dos camponeses do Assentamento Renascer é trabalhado

---

Atlántico, el hombre-hicotea que sabe ser aguantador para enfrentar los reveses de la vida y poder superarlos, que en la adversidad se encierra para volver luego a la existencia con la misma energía de antes, es también el hombre Sentipensante que combina la razón y el amor, el cuerpo y el corazón, para deshacerse de todas las (mal) formaciones que descuartizan esa armonía y poder decir la verdad, tal y como lo recoge Eduardo Galeano en el Libro de los abrazos, rindiendo homenaje a los pescadores de la costa colombiana.

na escola e como contribui para a elaboração de novas sínteses, novos conhecimentos, desdobramos este capítulo em 5.1; Usando as adversidades como fonte para: aprender, dialogar e crescer; 5.2 Compreendendo os conhecimentos produzidos pela escola sobre o modo de produção dos camponeses: Pedagogia do aprendizado pelas bordas e no 5.3 Comunidade militante e em luta por uma escola que eduque para a Transformação Social.

Por fim, após construir mapas e percorrer caminhos, chegamos à elaboração das Conclusões e Perspectivas em que, embasada nas referências com as quais fundamentei teoricamente o trabalho, busquei ampliar o horizonte, imprimindo possibilidades para continuar avançando neste estudo. A partir das condições concretas efetivas, com suas fraquezas e potencialidades, a pesquisa possibilita a elaboração de conhecimentos cujos dados se relacionam entre si, passando do empírico ao teórico e superando as imposições reformistas na educação.

## **CAPÍTULO I**

### **Do processo da pesquisa participante ao processo da investigação ação participativa permanente**

#### **1.1 A metodologia**

O que propomos nesta secção com a escolha da Pesquisa Participante como metodologia? Em primeiro lugar, problematizar como podemos, neste tempo histórico, reconhecer no conhecimento popular uma real interpretação da história e da sociedade. Em segundo lugar, ao resgatar de forma crítica a história bem como experiências culturais indicar caminhos para a luta e sobrevivência digna dos trabalhadores, no caso os camponeses, sujeitos dessa pesquisa.

#### **1.2 Pesquisa Participante**

Com o compromisso de respeitar criticamente os sujeitos e a realidade que propúnhamos investigar, fomos conversando com estudantes, professores e lideranças do assentamento para discutir com eles a possibilidade, as intenções e as estratégias da pesquisa de campo. O aceite da proposta para o trabalho coletivo reduziu um dos focos de ansiedade na preparação do trabalho. Conseguimos, inclusive, dar início à organização de pequenos grupos de investigação com alunos, pais e professores.

A pesquisa, por ser um trabalho coletivo que dependeu do envolvimento e comprometimento dos grupos, gerou expectativas no sentido de buscar causas e encaminhamentos necessários para a pouca participação dos pais nas questões da escola.

Somado a essas problematizações os grupos levantaram outras questões como: as experiências vividas por homens e mulheres nos processos sociais próprios dos camponeses, no que diz respeito a como ser possível manter uma pequena propriedade com cultura de subsistência que possibilite o sustento da família e o acesso aos bens necessários para uma vida digna.

A partir dessa intenção de chegar às questões que constituem os problemas que se revelam no local, eles sugeriram organizar grupos para cobrir os três bolsões do assentamento – espécie de distrito de referência para localização e organização interna dos assentados. As três áreas indicaram os temas mais importantes, que mereciam ser destacados como ponto de partida gerador de conhecimento. Seguimos, mais uma vez, a indicação de Paulo Freire, quando, na sua obra *Pedagogia do Oprimido*, aponta a importância do tema gerador enquanto possibilidade de compreensão crítica da realidade, pois obriga o conhecimento a ser proposto e elaborado a partir da inserção dos sujeitos nas relações históricas locais. Para Freire:

Investigar o tema gerador, é investigar, repitamos, o pensar dos homens referido à realidade, é investigar seu atuar sobre a realidade, que é sua práxis. A metodologia que defendemos exige, por isto mesmo, que no fluxo de investigação, se façam ambos os sujeitos da mesma – os investigadores e os homens do povo que, aparentemente, seriam seu objeto (1987, p. 98).

Construímos nossas ações referenciando-as novamente em Freire, que afirma como uma exigência em um processo participativo e dialógico, a presença das pessoas como sujeitos da pesquisa: Em *o Caminho se faz Caminhando*, a riqueza do diálogo entre Freire e Horton nos permite ir amadurecendo algumas questões que consideramos indispensáveis na complexidade dos processos educativos:

- Em favor de quem eu quero trabalhar?
- Contra quem e contra o que planejamos nossa ação pedagógica?

Nesse sentido, no diálogo com Myles Horton, Freire aponta que:

A humanidade para mim é Maria, Pedro, João, muito concreto. Depois preciso saber em benefício de quem estou tentando trabalhar. Significa a claridade política que o educador tem que ter. Respeitar o conhecimento do povo para mim é uma atitude política consistente com a escolha política do educador, se ele ou ela pensa um tipo diferente de sociedade. Em outras palavras, eu não posso lutar por uma sociedade mais livre se, ao mesmo tempo, não respeitar o conhecimento do povo. Repetindo o que eu já disse, eu diria que nós temos que ir mais além do senso comum do povo, com o

povo. Meu objetivo não é ir sozinho, mas sim ir com o povo. Depois, tendo um certo entendimento científico de como as estruturas da sociedade funcionam, posso ir além do entendimento do senso comum de como a sociedade funciona – portanto, não é ficar nesse nível e sim, começando nele, ir mais além. A teoria faz isso (2003, p. 114).

Essa teoria autêntica, por certo, é capaz de contribuir para revolucionar a prática. Os elementos de que dispúnhamos haviam aparecido nos grupos: a questão da participação das famílias na escola, que na avaliação deles era preciso qualificar; a questão central do trabalho na produção, comercialização e, em outra ponta, a construção do conhecimento.

Como vincular isso? “Como amarrar essas duas pontas”? No diálogo com os professores, foi explicitada a preocupação social com a construção do conhecimento naquela escola. Há compreensão de que a produção, através do trabalho, modifica as relações que as pessoas estabelecem; e de que os camponeses do assentamento Renascer, ao proverem a sua sobrevivência, serão capazes de criar e recriar as suas próprias condições de reprodução.

A força guia da reflexão teórica a partir do espaço micro de uma totalidade, no caso o próprio assentamento, foi fundamental. A complexidade da realidade vai exigindo, numa outra direção também fundamental, a compreensão de abrangências maiores da sociedade sem perder o enraizamento das pessoas do local, suas especificidades. Fazer pesquisa em espaços tão complexos exige uma postura ética e uma amorosidade, no dizer de Paulo Freire (2001), no sentido de considerar o homem por inteiro.

Tal pensamento coaduna com Kosik (1976), que nos alerta para não cairmos no fisicalismo que o positivismo moderno aponta como única realidade. Em *Dialética do Concreto*, ele vai afirmando que o fisicalismo positivista “[...] empobreceu o mundo humano, por ter reduzido a um único modo de apropriação da realidade a riqueza da subjetividade humana que se efetiva historicamente na práxis objetiva da humanidade” (p. 25).

No caso da pesquisa no assentamento Renascer, que apenas tem oito anos de existência, perderíamos toda a vitalidade do processo educativo ocorrido mantendo-nos restritos a essa dimensão criticada por Kosik (1976). Em um contexto em que a diretora da escola não dorme à noite, em função da preocupação com a entrada da gurizada de seis anos na 1ª série e da responsabilidade educacional da escola por estar lidando com crianças que eram os primeiros filhos do Renascer. Ela

se sentia compromissada com essa realidade e se indagava angustiada: que tipo de meninas e meninos a escola irá formar? Em uma pesquisa de caráter positivista não haveria espaço para essas questões radicalmente humanas e que, provavelmente, seriam consideradas uma ficção.

O Renascer, essa realidade com múltiplas determinações, vem se constituindo a partir da teleologia dos assentados e das contingências de relações mais abrangentes com as quais se defrontam, além dos próprios 'fantasmas' que se firmaram subjetivamente no decorrer de experiências e enfrentamentos anteriores, distintos das relações vivenciadas por eles no contexto do assentamento. Essa complexidade desafia nossa capacidade de compreender e nos cobrar referências mais ousadas para romper com os limites de compreensão nossos e dos colonos e professores do Renascer.

Durante a pesquisa do mestrado, refletindo sobre como poderíamos conduzir o trabalho, percebemos a existência de um grande mapa do Projeto do Assentamento, pendurado na sala de entrada da escola. Localizando os lotes de um a 93, localizando as áreas de trabalho coletivo, bem como as áreas de preservação. O mapa está legendado com as classes de aptidão para o uso agrícola das terras (Ver Anexos - Mapa2- Localização dos lotes).

Com a intencionalidade de registrar essa diversidade do local e a forma própria como as pessoas percebem a realidade que está posta, conversamos com os estudantes e professores da escola, sujeitos participantes da pesquisa e eles bancaram a ideia. Construimos outros mapas, privilegiando os conhecimentos que os meninos e as meninas possuíam do assentamento, conforme os anexos abaixo.



O processo foi rico, pois no lugar dos números nos lotes eles identificavam as casas, as famílias, o que produziam, quais animais criavam e como cada membro das famílias se envolvia no trabalho coletivo no lote. Nas rodas de debates e apresentações surgiam os conhecimentos e o que eles julgavam ser real sobre as regras de convivência das famílias.

Após essa primeira construção coletiva e os debates, entendemos ser necessário dar mais um passo, mergulhamos na concretude do real, recorremos a Freire através de Brandão em “O que é o método Paulo Freire”, o autor afirma que a pesquisa participante, enquanto um movimento de apropriação do real que dispensa questionários prévios necessita de outras formas de encaminhamento, como:

[...] caderno de campo na mão, olhos e ouvidos atentos, se possível (se adequado) gravador em punho. As pessoas do programa de educação misturam-se com as da comunidade. Se for viável habitam sem molestar o seu cotidiano. Não há questionários e roteiros pré-determinados para a pesquisa (BRANDÃO, 2004, p. 25).

Em grupos, percorremos os três bolsões, entrevistamos as noventa e duas (92) famílias assentadas, seguindo alguns eixos como: a produção, a educação, o trabalho, a saúde e o meio ambiente, a organização familiar, a religião, a cooperativa, as festas. Nesse ínterim, as perguntas e os debates abrangeram outras dimensões da vida, os casos e acontecimentos, o jeito de viver e compreender o mundo.

Acompanhar e estudar as oficinas com a possibilidade de atender uma proposta de itinerar pelos lotes. Valorizando o conhecimento da rotação de culturas com a finalidade de apreender como o conhecimento vai encharcando a Escola de realidade.

Segundo Freire (2003), a busca autêntica implica em uma relação indissociável entre teoria e prática, pensamento e ação, o que constrói a possibilidade de transformação concreta da realidade.

Acreditamos que quanto mais conhecermos criticamente uma realidade, a ação histórica dos sujeitos dessa realidade e suas formas de pensar o que fazem, maior é o comprometimento e o empenho para transformar o que necessita ser transformado e reafirmar as ações que primam pela humanização das relações.

Com esta investigação apontamos para onde se dirigiu, originariamente, a luta pela implantação da Escola Estadual de Ensino Fundamental Oziel Alves

Pereira, buscamos investigar o seguinte problema: é possível estabelecer, em um estado de tradição patrimonialista e antidemocrático, a permanência de políticas e práticas emancipatórias? O fato é que a escola se constituiu na briga com a Prefeitura Municipal que quis impor um tipo de escola que ia de encontro atoda trajetória política do grupo. Nos perguntávamos, após decorridos oito anos, se era possível subsistir às intenções originais de luta pela escola pública e estadual no assentamento? Que modificações estavam ocorrendo, ou, em termos positivos, que relações e intenções constituíam a escola nas contingências daquele período e que abrangências alcançavam em termos de configuração de uma escola enraizada na comunidade?

Mantivemos o objetivo de recuperar, na memória dos colonos do Renascer, a proposta de escola rural ali nascida e a implementação de ações pedagógicas posteriores. Procuramos entender, nas atividades coletivas com os colonos e com a escola, a manutenção ou não dos propósitos emancipatórios originais e as mediações concretas e constitutivas vividas pelas pessoas da escola e do assentamento no processo recente de fazer educação.

Como objetivos específicos, foram mais evidenciados, de um lado, os desafios para sistematizar a experiência educacional desenvolvida entre 1999 e 2002, analisando as diferentes políticas construídas no período ligadas ao processo da Constituinte Escolar, do Orçamento Participativo e da implantação de novas escolas.

O processo de avanço na pesquisa mostrou o acerto em fazer um estudo da realidade concreta na Escola e na comunidade na qual está inserida, no caso o Assentamento Renascer. Desta maneira, fomos constituindo um amplo quadro que permitiu uma visão estratégica para compreensão da realidade concreta, assim, buscamos:

- Identificar elementos remanescentes das políticas do governo popular que orientavam a construção do projeto político pedagógico, dos planos de estudos e do regimento;
- Especificar como a escola articulava e articula os planos de estudos ao seu entorno, na perspectiva da construção curricular;
- Entender como a escola discute e concebe as possibilidades econômicas individuais e coletivas de organização econômica dos assentados, via cooperativa ou não;

- Entender como os professores conseguem incorporar ao currículo da escola, com legitimidade, os problemas que o vir-a-ser do assentamento colocam concretamente às pessoas do lugar;
- Perceber as possibilidades da pesquisa, construída coletivamente, interferir nos processos de qualificação do modo de vida do assentamento e das famílias dos assentados, numa perspectiva socializante e emancipatória.

As idas a Porto Alegre possibilitaram manusear os documentos relacionados à construção e sistematização das políticas públicas para a educação, bem como realizar as entrevistas com dirigentes estaduais que participaram do governo popular (SOUZA, 2009).

As visitas ao assentamento permitiram conhecer aquela realidade e interagir com ela através dos grupos e fóruns que criamos. Do estreitamento das articulações com as lideranças do Renascer e com a organização voluntária de um grupo de adolescentes, constituímos uma equipe de jovens pesquisadores que discutiam as tarefas comigo e com o Professor Arlei.

A revisão e aprofundamento teórico avançaram nas discussões tanto com os assentados quanto com os colegas e professores do mestrado na FAE e mantiveram o caráter essencial para criar estratégias significativas para mim e para as pessoas do lugar.

Ao desenvolver as entrevistas, tínhamos a intenção de, com os professores, discutir o perfil de um educador comprometido com conhecimentos enraizados na luta cotidiana do movimento pela terra; com as lideranças, buscamos compreender sua concepção de desenvolvimento e, de forma especial, como estavam articulando a cooperativa. Interessava também entender como eles efetivamente criavam as condições para que todos, com voz e vez, participassem da construção dos processos que almejavam ser participativos, inovadores e anticapitalistas.

Buscamos, através dos diálogos estabelecidos com figuras públicas que foram protagonistas do projeto popular implementado no Estado do Rio Grande do Sul no período de 1999 a 2002, aprofundar a análise dos pressupostos teóricos da condução complexa, conflitiva e contraditória das políticas públicas levadas a efeito e que ampliaram limites e aprofundaram contradições inerentes à democracia representativa, dentro de um estado de direito predominantemente liberal. Também procuramos entender que estratégias práticas efetivas foram possíveis constituir

como alternativas de classe na problematização das crises e numa perspectiva de possibilidades socializadoras das relações vigentes.

### **1.3. - Metodologia de pesquisa**

A percepção da realidade não acontece pacificamente, visto que ela é fruto da relação que experimentamos na nossa prática social e vivência histórica. Comprometida em um trabalho educativo que parte da prática, temos convicção de que esta opção exige que o ponto de partida seja as vivências imediatas dos sujeitos com os quais vamos interagir. Portanto, a escolha do referencial teórico e metodológico necessita favorecer que ao partir da prática, de experiências concretas, se construa uma ação investigativa com reflexão teórica. Isto implica em afirmar que este é um processo que vai da prática a teoria, exigindo: associação, análise e síntese. Desta forma o presente capítulo busca organizar e explicitar a lógica de uma opção metodológica que cria as possibilidades de compreensão das experiências vividas pelos camponeses do Renascer e as relações destas experiências com o processo de elaboração do conhecimento desenvolvido na Escola Oziel Alves Pereira.

#### **1.3.1 Referencial teórico e metodológico**

A partir da concepção marxiana da categoria de trabalho que altera a natureza e o próprio homem (mas não o reduz) buscamos aprofundar o estudo de autores que desafiam e contribuem para uma compreensão que permita ir além, em busca de um entendimento dialético da realidade social tal como ela se apresenta diante da brutal força que o capital exerce sobre o trabalho. Na fundamentação teórica, temos como núcleo central: Karl Marx, Paulo Freire e Orlando Fals Borda.

Nessa perspectiva, o enfrentamento das concepções dos autores possibilita um avanço teórico que inspirou, preparou e deu sustentação para o desenvolvimento da pesquisa no assentamento. Instiga a elaboração de indicativos que possam servir de referências mais ousadas para a tese que sustenta o processo de humanização como possibilidade concreta, mesmo diante de um Modelo Agrário Vulnerável e Concentrador, pujante e extremamente criativo em termos de dominação, que recompõe permanentemente o modelo capitalista de organizar o campo.

Para entender essa complexidade, recorreremos a leituras mais sistemáticas, focalizando abordagens monográficas e historiográficas de Karl Marx e Paulo Freire, como núcleo de sustentação. No entanto, recorreremos às teses de Georg Lukács, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, István Mészáros, Carlos Rodrigues Brandão, Ricardo Antunes, todos, de uma forma ou outra, relativamente próximos das dimensões categoriais desenvolvidas tanto por Karl Marx, quanto por Paulo Freire.

[...] Ao lado da reorganização do modo de produção, este é, enfatize-se, um dos aspectos centrais a ser criticamente compreendido e trabalhado por uma sociedade revolucionária: o da valoração, e não idealização, da sabedoria popular que envolve a atividade criadora do povo e revela os níveis de seu conhecimento em torno da realidade. O que se impõe, de fato, não é a transmissão ao povo de um conhecimento previamente elaborado cujo processo implicasse no desconhecimento do que o povo já sabe e, sobretudo, de que o povo sabe, mas a ele devolver, em forma organizada, o que ele nos oferece em forma desorganizada. O que vale dizer, conhecer com o povo a maneira como o povo conhece e os níveis de seu conhecimento. Isto significa desafiá-lo, através da reflexão crítica sobre sua própria atividade prática, portanto sobre as finalidades que a motivam, a organizar os seus achados, superando, assim, a mera opinião sobre os fatos por uma cada vez mais rigorosa apreensão e explicação dos mesmos (FREIRE, 1980, p. 29).

Na pesquisa que fundamentou a dissertação do mestrado, destacamos como elemento a questão central do trabalho na produção, comercialização, bem como a relação destes processos com a elaboração do conhecimento. O desafio permanece hoje na investigação do doutorado: como amarrar pontas entre conhecimento e produção para o conhecimento não seja metafísico, para que a teoria seja um guia para a ação. Desta forma, os planos de estudos precisam possibilitar que os estudantes possam participar de maneira ativa e consciente na realidade em que vivem, na sua relação com a família camponesa. De posse da ferramenta que é o conhecimento teórico e da capacidade de análise, os conhecimentos tornam-se mais úteis e dialogam com a necessidade de transformação. Há compreensão de que a produção, através do trabalho, modifica as relações que as pessoas estabelecem; e

de que os camponeses do Renascer, ao proverem a sua sobrevivência, são capazes de criar e recriar as suas próprias condições de transformação da realidade.

Hoje, essas reflexões sustentam a idéia de que ao experimentar junto às pessoas do Renascer essa apropriação do real nos permite orientar as discussões, problematizando e discutindo diferentes formas de construção do ser genérico, indispensáveis para uma fundamentação não idealista do movimento social, no caso o MST que acompanha a pesquisa, evitando a invasão cultural. Nesse sentido, a Pesquisa Participante, na forma de entendimento de Carlos Rodrigues Brandão (2006, p. 46), integra quatro propósitos, a saber:

- ela responde de maneira direta à finalidade prática a que se destina, como um meio de conhecimento de questões a serem participativamente trabalhadas;
- ela é um instrumento do diálogo de aprendizado partilhado e, portanto, como vimos, já possui organicamente uma vocação educativa e, como tal, politicamente formadora;
- ela participa de processos mais amplos e contínuos de construção progressiva de um saber popular e, no limite, poderia ser um meio a mais na criação de uma ciência popular;
- ela partilha, com a educação popular, de toda uma ampla e complexa trajetória de empoderamento dos movimentos populares e de seus integrantes.

### **1.3.2. Técnicas e procedimentos da pesquisa**

A fonte desta pesquisa, sem dúvida, encontra-se nos trabalhos de Paulo Freire com a educação popular. As experiências freireanas, com seu Método de Alfabetização que possibilitam a leitura do próprio contexto sócio-histórico pelo alfabetizando, consolidou a base epistemológica da PP. Partindo desse referencial mergulhamos em uma experiência de pesquisa coletiva que articulou diferentes sujeitos e saberes. Desta maneira, os sujeitos foram consolidando espaços de problematização da realidade e de construção de estratégias para enfrentar as adversidades.

Somado a essa experiência, buscamos outra vertente de sustentação da pesquisa com o método de estudo-ação como forma de desenvolver uma práxis para enfrentar a perversidade do capital ao impor a perda da condição de sujeito, ou seja

a alienação de mediações de segunda ordem decorrentes das condições históricas. Mediações impostas a todos os seres humanos como: o trabalho, a relação de troca orientada para o mercado, garantindo sua existência e subordinando os sujeitos ao fetichismo do sistema capitalista. Explicando de outra maneira: a mediação de primeira ordem seria a única forma possível dos sujeitos se relacionarem entre si e com a natureza e, ao transformar a natureza pelo trabalho, constituiriam uma segunda natureza, estabelecendo uma relação de segunda ordem, logo os sujeitos agem sobre a natureza, modificando-a e, par e par, se alteram também, compreendem o mundo em que vivem e o seu papel como transformadores da história.

Frente a estas constatações, escolhemos o método identificado como Investigação Ação Participativa que teve início na América Latina com Orlando Fals Borda. Mergulhado na sua realidade, seriamente respeitoso com seu espaço e tempo, o autor aponta a necessidade inegociável de devolução do conhecimento para as comunidades em que ele teve o seu nascedouro. Exigindo de nós pesquisadores um grande comprometimento, que nos possibilita a tomada de decisões, não só observando a realidade, mas trabalhando com os sujeitos com os quais nos identificamos (BORDA, FALS, 1980).

Fals Borda (1990) propõe seis princípios metodológicos que são indispensáveis para todos aqueles que decidem construir uma pesquisa de forma coletiva:

1. Autenticidade e compromisso, pelo qual intelectuais, técnicos e cientistas devem demonstrar honestamente seu compromisso com a transformação social proposta, sem precisarem fazer passar pelo que não são.
2. Antidogmatismo, pelo qual é garantido ao grupo com o qual, para o qual e sobre o qual se estuda que esse tem liberdade política, religiosa e organizacional em geral;
3. Restituição sistemática, que garante ao grupo que o conhecimento adquirido lhe será devolvido em linguagem que respeite suas tradições culturais, de forma sistemática e organizada;
4. *Feedback* aos intelectuais orgânicos, pelo qual se garante que os trabalhos gerem contribuição expressa com clareza na exposição teórica e observações sobre sua aplicabilidade em situações similares, de forma dialética, das bases para os intelectuais engajados;
5. Ritmo e equilíbrio de ação e reflexão, que garante a articulação do conhecimento concreto com o geral, do conhecimento local com o nacional e o global, da formação social com o modo de produção;
6. Ciência modesta e técnicas dialogais, baseadas em duas idéias: a primeira, a de que a ciência deve ser realizada mesmo em situações insatisfatórias e primitivas, sem que isso signifique falta de ambição; a segunda, a de que o pesquisador deve aprender a ouvir discursos em

diferentes sintaxes, romper com a assimetria das relações sociais e incorporar pessoas por mais humildes que sejam como seres ativos e pensantes nos esforços de pesquisa (Cf. FALS BORDA, 1990, p. 49-55).

No segundo e no terceiro princípios, Fals Borda (1990) desmistifica aquela tese de que uma pesquisa, com essas características, encurva a vara para uma ação militante, dogmática, reafirmando que é necessário respeitar o jeito próprio de entender e agir no mundo. Cujo conhecimento é elaborado de forma coletiva e problematizado na sua totalidade.

Assim, a Pedagogia Popular ganha espaço quando educadores buscam criar outras maneiras de ensinar e de apreender com uma prática educativa diferente que transforme a realidade. Em torno da teoria e da prática da educação popular, novos modelos de interpretação social firmam suas concepções históricas e estruturais de desenvolvimento e de existência de sociedades organizadas sobre relações de dominação econômica e social.

Segundo Fals Borda, a Investigação e Ação Participativa resgata a própria história do povo, a essência cultural nacional, as aspirações dos grupos de base bem como prepara os sujeitos para responder seus próprios questionamentos. Queremos registrar aqui a importância da escolha da IAP por apontar uma diferença substancial frente a outras pesquisas que é o rompimento com a relação de submissão entre os sujeitos da pesquisa. Assim, afirma Fals Borda (1989):

En el fomento de la redundancia potencial de los cuadros externos radica una de las diferencias principales entre la IAP y los métodos desarrollistas o académicos: en el esfuerzo necesario para quebrar en el terreno (y en la vida) la relación de sumisión entre el entrevistado y el entrevistador y por extensión, también entre el campesino u obrero y el patrón o funcionario, entre las masas y los caciques, entre el pueblo y los intelectuales, entre alumnos y profesores, entre clientes y burócratas, entre productores directos y técnicos, entre el trabajo manual y el mental. En términos teóricos, este objetivo se identifica como el rompiendo del esquema sujeto (yo)-objeto (el otro), para que quede como de entre operadores, es decir, de sujeto a sujeto. Cuando se alcanza tal simetría de trabajo y de vida se practica la verdadera participación y los resulta-En la acción social y política pueden resultar superiores. Acabar con la relación de dependencia, hacerla simétrica y autogestionaria, romper el esquema sujeto/objeto ya descrito, significa dar paso a un trato más amplio y rico en el que las personas que interactúan no se diluyen ni desaparecen como tales.

Esta dilución personal sería teórica y prácticamente imposible y, si así ocurriese, crearía un vacío inmanejable. Las diferencias entre personas siguen existiendo aun en condiciones de redundancia; de modo que la nueva relación busca la complementación, la sana emulación, la convergencia en las miras. Se vuelve un nexo dialéctico en el cual las bases populares, como sujeto colectivo, condicionan el tono y la forma del proceso con miras a seguir produciendo conocimiento, mejorar la producción material y superar el problema político (FALS BORDA, 1989, p 38).

O autor ao abordar os objetivos da IAP aponta a necessidade de romper com a relação de submissão, na qual eu sou o sujeito e o outro o objeto, coisificado e desumanizado. As consequências de tal relação impõem aos desenraizados a incapacidade de alterar a realidade, restando apenas a possibilidade de adaptação. Dito isso, Fals Borda indica que estabelecendo uma relação simétrica e autogestionária é possível elaborar uma ação social e política com resultados superiores.

A IAP possibilita a criação de uma rede que pode ganhar uma dimensão adicional sem perder a autonomia e a liderança. Trata-se da dimensão formal e organizativa com sabor político. Logo, a IAP organiza e impulsiona, enquanto método científico de trabalho produtivo, movimentos sociais em frentes amplas de classes populares que lutam por mudanças estruturais na sociedade. Assim, cumpre duas tarefas: o estudo e a militância, avançando teoricamente.

Dessa forma o conhecimento construído com método escolhido tem como centralidade aperfeiçoar o compromisso com a luta transformadora. Fals Borda (1989) assinala a importância da fidelidade na sistematização dos achados da pesquisa, alerta para a devolução e sobre a consulta junto à comunidade investigada a propósito da publicação dos resultados.

La IAP postula que el conocimiento obtenido sobre el terreno y sometido luego a un serio proceso de sistematización u ordenamiento para la comprensión cabal de los propios recursos, no pertenece al investigador ni al activista involucrado en las tareas. El informe final sigue siendo propiedad de la comunidad investigada, la cual tiene el derecho primario a conocer los resultados, discutirlos, digeridos para sus propósitos. Y autorizar las publicaciones. Existe, pues, una obligación de “devolver” la información procesada a sus legítimos dueños, esto es, de retroalimentarlos mediante una especie de popularización respetuosa y de buena calidad. Esta “devolución” forma parte de la praxis de la investigación participativa (no es asunto separado de ella), porque constituye otro elemento de la vivencia colectiva que impulsa las metas de la transformación social. Aquí no se acepta la disyuntiva clásica de que las encuestas vayan por un lado y las publicaciones por otra: en la IAP todo es convergente, y la publicación también se evalúa dentro del contexto de la acción y con el propósito de continuarla. El procesamiento, necesario para que el saber obtenido se torne sistemático, es decir, científico formal, no es tampoco monopolio de los agentes externos, porque en ese esfuerzo pueden y deben intervenir críticamente las bases. Ellas también son capaces de sistematizar, como lo muestran diariamente en su sabiduría práctica los padres de familia, los yerberos de Ixmiquilpan en el valle del Mezquital, y los botánicos de El Cerrito, entre otros (FALS BORDA, 1989, p. 82).

Somando as questões apontadas sobre a IAP e a primeira imersão com os sujeitos do Assentamento Renascer optamos pela utilização de instrumentos e técnicas que possibilitem a participação popular, a saber:

1 – Investigação coletiva – informações obtidas e sistematizadas pelo grupo de pesquisa; A socialização do conhecimento objetivo através de Audiências Públicas, Reuniões, Comitês, Rodas de Conversa, Dramatizações, Fórum de Debates, entre outros. Em diálogo permanente podemos analisar os dados coletados bem como validar os conhecimentos socialmente construídos.

2 – Recuperação crítica da história, através do resgate da memória do passado elementos que foram significativos para defender os interesses da luta camponesa, podendo ser inspiração para a luta hoje e a conscientização. O trabalho se desenvolve com memória analítica, relatos das famílias, narrativas populares. Consolidação de espaços coletivos como: fóruns, assembleias para reavivar a memória coletiva, alimentando a luta pelo poder popular.

3 – Resgate e valorização da cultura popular, tendo como base valores significativos de cada lugar. Incorporando ao estudo e à ação elementos culturais e étnicos tais como: dança, música, arte, teatro, crenças, mitos...

4 – Produção e socialização de um novo conhecimento. Esta etapa é muito significativa, porque possibilita a evolução e retroalimentação, rompendo com o monopólio da escrita, em geral elitista. Registramos diferentes formas de sistematizar conhecimentos e achados, o que depende do nível de consciência política e habilidade de compreensão dos escritos, auditivos e visuais por parte do povo. A mensagem e o conhecimento sistematizado devem ser devolvidos aos sujeitos da pesquisa. Isto demanda que na IAP cada produção e cada autor devem optar se quer alcançar eficácia real por escrito, áudio ou comunicação visual. Um método eficiente reside em utilizar a mídia de massa: Comunicação a serviço de causas populares e suas organizações utilizando: diários, semanários e programas de rádio e de televisão, periódicos locais e regionais.

Este trabalho tem por exigência a devolução do conhecimento à comunidade e organizações dos trabalhadores, de forma singular o MST, de maneira sistemática e ordenada, pois eles são autoridade para decidir sobre prioridades na destinação dos conhecimentos como também estabelecer condições para publicação e uso.

As características técnicas do IAP podem incluir: a entrevista aberta, pesquisa simples (raramente questionário), observação sistemática direta (com envolvimento

peçoal e experimentação seletiva), diário, arquivos e fontes de dados, fotografia, gravação, fontes primárias e escrita secundária, estatísticas, notário, arquivos regionais e nacionais e de mapeamento.

Para o desenvolvimento da IAP se faz necessário dominar técnicas, fundamental também é popularizar os mais adequados e simples métodos de baixo custo. Possibilitando a continuidade permanente do trabalho de investigação-ação, contribuindo para que nossos povos busquem a transformação e superação das condições subumanas de suas existências, construindo respostas para os diferentes processos históricos de dominação, especialmente na América Latina. Nesse sentido, tomo a liberdade para acrescentar a IAP à categoria de Permanência, ficando assim IAPP.

### **1.3.3 A respeito da Investigação Ação Participativa Permanente**

Durante o processo da realização da pesquisa, as percepções que foram brotando encaminharam para que se criasse como fundamental a categoria da Permanência, visto que a existência humana é marcada pelos conflitos entre a realidade concreta e o lugar que já conquistamos, bem como as possibilidades que a organização e a luta podem nos oferecer para o futuro.

Para Freire (2003, p. 50), o inacabamento é uma riqueza existencial com infinitas possibilidades que viabilizam a educação enquanto fenômeno tipicamente humano. O fundamental de tudo isso é que não só somos seres inacados, na busca permanente por qualificação, por ser mais, mas temos consciência deste inacabamento. Assim, onde existe sujeitos, homens, mulheres e crianças, existe o que fazer.

A esperança assume a possibilidade de projeto articulado com a perspectiva histórica da humanidade, afirmando de que a transformação é difícil mas é possível, basta revisitar a primeira imersão com os camponeses e perceber que a investigação que tem seu começo com a organização inicial do assentamento registrou o que está na memória dos camponeses: o governo de Olívio Dutra mudou todo o cenário da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul, pois estava a frente do Gabinete de Reforma Agrária o Frei Sérgio Antônio Gorgen, naquele período saíram varias áreas para assentamentos e depois do sorteio de varias áreas no mês de novembro e dezembro de 1999 saiu a fazenda Apeccin em Canguçu.

No dia 22 de dezembro de 1999, chegaram a Canguçu 110 famílias vindas de vários municípios do Estado do RS e algumas de Santa Catarina, da região de Chapecó. Após um processo de negociação e replanejamento com o Estado, 20 das 110 famílias foram relotadas em Palmeiras das Missões, tendo em vista que os lotes ficariam muito reduzidos para garantir a subsistência caso todas permanecessem no local.

Definidas as famílias que ainda não possuíam as casas e estavam organizadas nos barracos de lona no entorno da casa da fazenda. Três mapas foram elaborados até que fosse aprovado em assembléia a localização dos lotes e o espaço de construção das casas. Este resgate histórico é elaborado para afirmar que os processos de resistência<sup>5</sup>, não nascem ao acaso, necessitam de organicidade em quatro frentes de organização que estão se consolidando pela atualização das experiências e do debate do que deu certo e do que precisa ser qualificado. Assim indicamos :

#### a) Organização da Educação

A comunidade viveu uma das grandes lutas travadas com a administração municipal de Canguçu no ano de 2000 em relação a E. M. Carlos Soares da Silveira . A Secretaria Municipal de Educação proibiu o uso da bandeira do MST, a entoação das canções do movimento e a realização das místicas nas dependências da escola. Indignados os camponeses solicitaram a administração municipal, cujos gestores estavam vinculados ao PP, Partido Progressista, que retirassem a escola por considerarem falta de respeito com a luta dos assentados. Começa então a luta por uma escola que explicitasse a defesa da Educação do Campo enquanto uma ação afirmativa que busca a correção do rumo da história de exclusão dos camponeses em relação ao acesso ao ensino básico e superior, a coordenação do

---

<sup>5</sup> Trabalhamos com a categoria da resistência embasados em Paulo Freire que institui a ela um caráter de permanência para romper com o discurso ideológico da inviabilização do possível, discurso reacionário e fatalista Freire em Pedagogia da indignação afirma que o discurso da impossibilidade de mudar o mundo é o discurso daqueles que aceitaram a acomodação. Para ele a acomodação é a expressão da desistência da luta pela mudança e quem se acomoda fraqueja na condição de resistir. Afirma ainda ser mais fácil a quem deixou de resistir, ou quem nunca teve a oportunidade de resistir, aconchegar-se na morbidez da impossibilidade do que assumir a briga permanente e quase sempre desigual em favor da justiça e da ética.

assentamento reivindicou junto a Secretaria Estadual de Educação, uma escola que abrisse o diálogo com a comunidade. Apesar das dificuldades de garantir os recursos humanos e o transporte, para que os educadores chegassem até a escola, ela vingou. A comunidade escolheu o seu nome em homenagem as 19 vítimas de Eldorado dos Carajas, participou do movimento da Constituinte Escolar com a orientação da 5ª Coordenadoria Regional de Educação, resgatou suas práticas e como desdobramento construiu seu Projeto Político Pedagógico, Planos de Estudo e Regimento.

#### b) Organização Política –

O fortalecimento do MST, enquanto a instância que luta por políticas públicas e que pode mudar a correlação de força de poder no campo. Manter vivo a importância do movimento inclusive junto com as crianças nos encontros dos Sem Terrinhas, que abre espaços de trocas de experiências entre os diferentes assentamentos e diálogo com as crianças sobre os seus direitos, através da realização de oficinas..

#### c) Organização Econômica –

A produção entra como trabalho coletivo, ação conjunta que viabiliza a diminuição dos custos, troca de experiências e uso e controle das tecnologias. Quando pesquisamos a produção do arroz orgânico, produção da mandioca, socializamos os conhecimentos. Os próprios camponeses mantêm uma relação de diálogo com reuniões constantes desde quando se inicia o preparo da terra, decidindo as questões básicas como a lavoura, irrigação, o maquinário para a colheita, tomando decisões que beneficiam todas as famílias que abraçam a produção agroecológica. A IAPP vem indicando através das falas dos assentados a discussão do trabalho da cooperativa Terra Nova que precisa avançar, indicando que existe a necessidade de qualificar a organização para decisões mais coletivas. A cooperativa precisa ser uma referência na geração de emprego, distribuição de renda, industrialização e cuidado com o meio ambiente.

d) Organização da comunidade—

A pesquisa indicou a importância do processo de qualificação das estruturas de irrigação, melhorar as condições de saneamento comunitário, água potável.. Estruturas comunitárias de esporte, lazer, espaços para manifestações culturais, telefone e internet. A escola percebendo a importância de atender, diante dos poucos recursos, pelo menos uma das reivindicações, organizou a construção, através de um mutirão, uma quadra de concreto na frente da escola para estimular os grupos de dança: mirim, infante juvenil e Juvenil. Os ensaios e as apresentações para a comunidade, em diferentes espaços onde a escola vem se apresentando tem possibilitado novos aprendizados, como conhecer mais da cultura nativista, a solidariedade, ritmos, trabalho em equipe, reperto coletivo.

## CAPÍTULO II

### Síntese uma primeira imersão com os sujeitos da pesquisa

#### 2.1 Retomando a sistematização: um contexto *a priori*

Durante o processo de pesquisa no Mestrado (2006-2008), buscamos selecionar estratégias de conhecimento sobre a constituição da escola e conhecer a respeito do processo progressivo de elaboração da política pedagógica, servindo de lastro para ir constituindo a trama de relações que foram dando condições de articular pessoas de diferentes lugares, movidas por diferentes intencionalidades, num projeto que se queria inovador e radicalmente vinculado às pessoas e coisas do campo: o projeto e a possibilidade de funcionamento da escola Oziel Alves Pereira (SOUZA, 2009).

Desta maneira, o grande e primeiro desafio era estabelecer um diálogo que possibilitasse concretizar a unidade na diversidade, rompendo a visão de que os camponeses são incultos, de que o processo de isolamento permitiria manter as raízes com os seus espaços e origem. As releituras de Freire nos ajudam a entender que era preciso romper com rótulos outorgados por quem detém o poder, desta forma:

As chamadas minorias, por exemplo, precisam reconhecer que, no fundo, elas são a maioria. O caminho para assumir-se como maioria está em trabalhar as semelhanças entre si e não só as diferenças e assim criar a unidade na diversidade, fora da qual não vejo como aperfeiçoar-se e até como construir-se uma democracia substantiva, radical (FREIRE, 1999, p. 154).

Durante o trabalho que desenvolvemos buscamos ser fiéis aos fundamentos da Pesquisa Participante, lidamos com a ciência como um produto cultural do intelecto que atende às necessidades dos homens no espaço e no tempo. As pessoas do local não foram objeto de pesquisa, mas sujeitos em todo o processo. Buscamos unir as duas pontas: uma centrada na experiência do governo

democrático e popular no que diz respeito à educação pública; e a outra no trabalho coletivo de pesquisa – junto às pessoas sujeitos dos processos sociais e educativos do Assentamento Renascer, localizado no 2º Distrito de Canguçu (RS) – que desenvolvemos entre 2006 e 2008, na localidade de Pantanoso e na Escola Oziel Alves Pereira.

Refletindo sobre esta realidade, recorreremos a Freire (1988) ao indicar que a busca autêntica implica uma relação indissociável entre teoria e prática, pensamento e ação, o que constrói a possibilidade de transformação concreta da realidade.

Quanto mais conhecemos criticamente uma realidade, a ação histórica dos sujeitos dela, bem como as formas de pensar desses sujeitos, acreditamos que maior é o comprometimento e o empenho para transformar o que necessita ser mudado e reafirmar as ações que primam pela humanização das relações.

No que diz respeito à educação do campo, apontamos para onde se dirigiu originariamente a luta pela implantação da Escola Estadual de Ensino Fundamental Oziel Alves Pereira: a escola se constituiu nas contradições ideológicas e de concepção do processo educacional entre o Movimento Sem Terra e a Prefeitura Municipal de Canguçu, que quis impor um tipo de escola que ia de encontro a toda trajetória política do grupo.

A constituição do grupo foi oriunda por integrantes de vários lugares do estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, unidos na luta, em uma convivência inicial nos acampamentos até receberem a terra. Os integrantes estreitavam os laços nas reuniões de planejamento e aprendiam a serem instituintes na relação com as instituições governamentais com capacidade de elaborar políticas, reconheciam, nas políticas públicas proposta pelo Governo Democrático e Popular, a possibilidade avançar, visto que a prática e as declarações do então governador do estado Sr. Olívio Dutra acenavam para esta possibilidade. Em entrevista concedida para compor a análise daquele período, ele afirmou que:

[...] a proposta que nos elegeu colocou prioridades diferentes dentro do papel do Estado do Rio Grande do Sul como entefederado. Uma delas foi ir adiante numa política de reforma agrária, mesm sabendo que é um tema nacional e que a regulação desse tema, a legislação principal, é da constituição federal, da competência maior do governo federal. [...] A dificuldade prática de Estado brasileiro nas dimensões municipal, estadual e federal, entretanto, não demoveu o governo de suas intenções. [...] Mas nós já dizíamos, em plena campanha, que nós não iríamos nos contentar apenas em transferir para o governo federal a questão da reforma agrária E nós iríamos ver o que tinha Estado de possibilidades para que o governo do

Estado, o nosso governo, pudesse também fazer avançar a luta pela posse e bom uso da terra para conquistar dignidade das pessoas e até produzir mais e melhor a satisfação dessa dignidade na colocação de alimentos sadios para nossa população [...] (SOUZA, 2009, p 39-40).

Essas afirmações do ex-governador são comprovadas através do documento onde consta o registro do imóvel, fração de terras, com área de 1.798 hectares, com casas, galpões, banheiros e demais benfeitorias, adquiridas pelo Estado do Rio Grande do Sul, através do Fundo de Terras do Estado, vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento (Ver Anexo IV).

Analisando todo o trabalho desenvolvido no período do mestrado, observamos as questões que nos inquietavam, tais como: se subsistiam, nas contingências daquele tempo, as intenções originais de luta pela escola pública estadual no assentamento? Que modificações estavam ocorrendo, ou, em termos positivos: que relações e intenções constituem a escola e que abrangências alcançam em termos de configuração de uma escola enraizada na comunidade?

Através dos debates, mantivemos o objetivo de recuperar, na memória dos camponeses do Renascer, a proposta de escola do campo ali nascida e a implementação de ações pedagógicas posteriores. Procuramos entender, nas atividades coletivas com os assentados e com a escola, a manutenção, ou não, dos propósitos emancipatórios originais e as mediações concretas constitutivas vividas pelas pessoas da escola e do assentamento no processo recente de fazer educação.

Considero importante resgatar que trabalhamos na pesquisa comos objetivos específicos que nos indicaram a necessidade de sistematizar a experiência educacional desenvolvida entre 1999 e 2002, analisando as diferentes políticas construídas no período ligadas ao processo da Constituinte Escolar, do Orçamento Participativo e da implantação de novas escolas; e de outro, o trabalho mostrou o acerto em fazer um estudo da realidade concreta na Escola Estadual de Ensino Fundamental Oziel Alves no Assentamento Renascer.

No processo de avanço da pesquisa, fomos constituindo uma visão mais ampla do trabalho ao resgatar elementos remanescentes das políticas do governo popular que orientavam a construção do projeto político pedagógico, dos planos de estudos e do regimento. Além do mais, buscamos:

- especificar como a escola articulava os planos de estudos ao seu entorno, na perspectiva da construção curricular;

- entender como a escola discute e concebe as possibilidades econômicas individuais e coletivas de organização econômica dos assentados, via cooperativa ou não;

- compreender como os professores conseguem incorporar ao currículo da escola, com legitimidade, os problemas que o “vir-a-ser” do assentamento impõe concretamente às pessoas do lugar;

- perceber as possibilidades e a forma com que a pesquisa possa contribuir coletivamente nos processos de qualificação do modo de vida do assentamento e das famílias dos assentados, numa perspectiva socializante e emancipatória.

As questões que este processo foi elencando exigiram explicitar a relação existente tanto entre autores, normalmente vistos em separado, como Freire e Marx, quanto entre complexos sociais, usualmente estudados na perspectiva da metafísica.

Sendo assim, aqui, tocamos em um problema que tem ocupado meus estudos: relação entre sujeito e objeto, exigindo pensar a realidade enquanto unidade dialética. Para tanto, no próximo item buscamos uma aproximação mais consistente para tratar dos sujeitos e do seu espaço, pois é o homem real, vivo, que constrói a história ao realizar as possibilidades de criação de cultura.

## **2.2 O espaço e os sujeitos**

Dentro da perspectiva de resgate de uma primeira imersão com os sujeitos da pesquisa vinculada ao Mestrado realizado na UFPEL, de forma regular de 2006 a 2008, me senti fortalecida por esse vínculo para desenvolver a pesquisa na Escola Estadual de Ensino Fundamental Oziel Alves, no Assentamento Renascer, 2º distrito de Canguçu.

Considero fundamental explicitar que espaço e quais sujeitos históricos esta pesquisa envolve. Ao falar sobre a vida humana, não podemos trabalhar com especulações, mas sim de maneira contextualizada num espaço e tempo em que os sujeitos, no caso os camponeses, estabelecem relações de trabalho, de educação e produzem a sua existência.

O Assentamento Renascer está na localidade do Pantanoso, 2º distrito de Canguçu. A cidade foi instalada em 1857, segundo os dados do IBGE/2010, e conta hoje com uma população de 53.259 habitantes e uma área de 3.525,293 km². O

município se localiza próximo ao eixo econômico Pelotas/Rio Grande, ocupando uma posição central no âmbito geográfico da Zona Sul do Estado. Faz divisa com oito municípios (Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador, Cristal, Cerrito, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço e Piratini) e está próximo a quatro Universidades e diversas instituições com potencialidade para fazer formação como a Embrapa e o IFSUL– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul- Rio-Grandense.

Pela BR 392 a localidade é ligada a Pelotas, à fronteira oeste, ao centro do estado e ao Porto de Rio Grande; pela RS 265 a São Lourenço e através da RST 471, com o Vale do Rio Pardo até a região de Passo Fundo, sendo também mais uma estrada alternativa para a Região Metropolitana de Porto Alegre (Ver Anexo. Mapa I).

Os dados com os quais podemos caracterizar o município são os seguintes: um município de porte médio, com altitude de 386m. Fazendo parte da Microrregião Pelotas e Mesorregião Sudeste Rio Grandense, com a vinda dos Assentamentos, o município reúne o maior número de minifúndios da América Latina, em torno de 11 mil, isto justifica possuir uma população rural majoritária, correspondente a 32.669 hab contra pouco mais de 20.500 da zona urbana.

O financiamento à agricultura cresceu 75% nos últimos seis anos. O Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) liberou, somente para a safra 2003/2004, um total de 11.047 milhões de reais, somando 6.973 operações no município.

Nessa realidade geográfica, em que se encontra o Renascer, com a desapropriação de uma fazenda de 3.300 hectares, 92 famílias foram assentadas, podendo usufruir da maior floresta de angicos da América Latina (IBGE, 2010 - Ver Mapa I, nos anexos).

À medida que a pesquisa avançava as problematizações surgiam: elas dizem respeito a: 1) como escapar de uma visão romântica do mundo rural, tratando de forma exótica os assentados; 2) outra era como reatar a credibilidade e a confiança, pois ficamos sem vínculo, durante dois anos, com a escola e com o assentamento.

Tendo como referência Paulo Freire, resgatamos a conversa levada a cabo por ele com os universitários no Instituto de Educação de Adultos da Universidade de Dar- Es- Salaam, na Tanzânia. Nesse diálogo, o autor reafirma o que é realmente conhecer uma realidade e do quanto essa concepção de realidade é determinante para a relação respeitosa com os sujeitos do local. O que nos inspira e desafia a

refletir sobre a escolha dos caminhos da pesquisa identificando aquilo que nos permite experimentar, com radicalidade, o processo de construção do conhecimento da realidade do Renascer. Assim afirma Freire:

Um destes problemas com que primeiro nos confrontamos quando nos obrigamos a conhecer uma dada realidade, seja a de uma área rural ou de uma área urbana, enquanto nela atuamos ou para nela atuar, é saber em que realmente consiste a realidade concreta [...]. Para mim a realidade concreta é algo mais que fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos esses fatos e todos esses dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida. Assim, a realidade concreta se dá a mim na relação dialética entre objetividade e subjetividade. Se me preocupa, por exemplo, numa zona rural, o problema da erosão, não o compreenderei, profundamente, senão percebero, criticamente, a percepção que dele estejam tendo os camponeses da zona afetada. A minha ação técnica sobre a erosão demanda de mim a compreensão que dela estejam tendo os camponeses da área. A minha compreensão e o meu respeito (FREIRE, 2001, p. 345).

O processo de organização do assentamento teve início em 1999, acompanhamos todo o processo entre 1999 e 2002, através da 5ª CRE - Coordenadoria de Educação, num trabalho coletivo com o Gabinete da Reforma Agrária (GRA), Emater, Embrapa, Coordenadoria Regional da Agricultura, Cooperativa Prestação de Assitência Técnica Ltda. (COPTec), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Acredito ser importante resgatar as adversidades quando do início da formação do Assentamento, momento em que as famílias estavam organizadas em barracas no entorno da casa da sede. Foi naquelas reuniões de planejamento que a Escola começou a ser gestada. Os assentados não queriam a escola municipal, que estava funcionando fazia um mês e não respeitava as propostas de escola acalentada na luta. Proíbiam as manifestações que trabalham com a subjetividade nos movimentos populares, os cantos, bem como as encenações que num processo pedagógico buscavam exercitar as ocupações com os estudantes.



Foto 1 - Organização Inicial das famílias em torno da casa da sede – moradia em barracos de lona - Acervo da Pesquisadora



Foto 2 - Organização coletiva das famílias em torno da casa da sede - Acervo da Pesquisadora

Em 2003, as casas já estavam construídas com ligação direta para a estrada principal. Do total de 120 famílias acampadas no início, nem todas se mantiveram, restaram 90 delas. Isso deu muita polêmica com o GRA; entre 2000 e 2002 três mapas foram construídos até a definição final dos lotes, com a participação nas definições de todos os assentados: cada casa ficou com quatro hectares no entorno,

o restante ficou em outros pontos do assentamento até completar 20 hectares, quantidade destinada para cada lote.

Em relação aos grupos de trabalho coletivo, criados quando da constituição do assentamento, deixaram de existir. O grupo que existia em 2002 adquiriu uma colheitadeira, um trator e outros maquinários. Eram 13 no grupo. Foi para cinco e hoje não existe mais. Conversamos sobre as causas do fim dos grupos com Batista - assentado e liderança no movimento -, ele avaliou que:

[...] isto ocorre porque não existe trabalho semi coletivo. O trabalho dos grupos avança e se qualifica se houver planejamento e a dedicação tem que ser exclusiva no dia que for de responsabilidade de cada um atender só a lavoura do grupo e não o seu chiqueiro ou a sua horta que fica perto “das casas”.

Nas entrevistas com as lideranças do Assentamento Renascer, em 2007, foi colocado que as estradas, desde que foram construídas, não receberam manutenção. Quando ocorreu um grande temporal no mês de setembro de 2001, período de muita chuva, arrastou bueiros. Isso evidenciou bem quais eram os problemas que provocavam os alagamentos, foi registrado pelos assentados e apontado para os construtores, isto resultou em uma estrada bem consolidada.

Em relação ao Transporte Coletivo, o ônibus faz a volta em todo o assentamento. A empresa cobra um pouco mais, mas quando chovia o ônibus passava na porta de cada casa. Os assentados do Renascer não investiram em carros velhos, motos e outros meios de locomoção. A empresa ciente disso atendia razoavelmente com o transporte. No que diz respeito à produção, praticamente a plantação é de subsistência: milho, feijão, arroz (é pouco plantado, pois é uma lavoura muito cara) e batata.

O assentamento fornecia leite para a COOPAL. Em 2005, a COSULATI ofertou uma parceria e propôs a compra do leite por R\$ 0,45 centavos/litro. Em outubro de 2006, foi criada a COOPERATIVA DOS ASSENTADOS - TERRA NOVA – como possibilidade de resistência às decisões externas como preço, distribuição e circulação. Nessa direção, respeitando o lugar e os sujeitos, criamos os fóruns com a participação dos professores, dos estudantes, das lideranças, permitindo uma aproximação cada vez maior com aquela realidade camponesa, tonando possível compreender a especificidade própria de assentamentos e dos sujeitos assentados.

Conhecer, acompanhar e ser propositivo no sentido de ocupar os espaços já existentes ou indicar, se necessário, outros, para que se possam criar as condições de aprofundar o debate com os sujeitos do local bem como construir um pequeno projeto para romper com processos fundamentados tão somente no senso comum.

No Renascer a realidade indica a síntese de múltiplas determinações e está se constituindo pelo trabalho na terra e pelas relações que os sujeitos estabelecem a partir dela. Essa historicidade do gênero humano produzida pela práxis, não por sua própria conta e vontade, exige de nós categorias de análise que nos permitam uma intervenção mais qualificada.

Importante registrar que as crianças, desde cedo, vão se tornando fundamentais para a produção camponesa, pois é através delas que se concretiza um ritual de iniciação. Nesse sentido, acompanhei a família, composta por sete pessoas, de Marcelino de Cristo (camponês assentado). Meninos e meninas vão para a roça e se tornam personagens na divisão social do trabalho, no interior da unidade produtiva. As fotos a seguir demonstram essa situação, realidade cotidiana dos assentados e seus familiares.



Foto 3 - Unidade Familiar de Marcelino de Cristo – Acervo da pesquisadora

No caso do pequeno Daniel, que se pode observar ao fundo na foto abaixo, ele acompanhava a família, brincava com a terra, mas alcançava as sementes para serem plantadas, estava vivenciando a pedagogia do aprender pelas bordas<sup>6</sup>.



Foto 4 - Familiar de Marcelino de Christo – Acervo da pesquisadora

A escolha dessa família se deu em virtude do seu lote estar produzindo com sementes agroecológicas, fornecidas pela Bionatur e a Cooperal.

Os resultados, em termos de produção, possibilitaram uma experiência com o uso de sementes que podem ser multiplicadas e qualificadas. Consideramos fundamental registrar a não utilização de híbridos e transgênicos, sendo de polinização aberta o que viabiliza a reprodução em outros lotes.

Essa aproximação significativa com as famílias e com a Escola exigiu pensar uma metodologia de pesquisa que lidasse com os sujeitos na sua relação com a natureza e com os outros homens, respeitando seus pensamentos, níveis de percepção em relação à realidade vivida, visões de mundo em que se encontram os temas geradores, considerados significativos na realidade concreta. Sendo assim, era preciso assumir uma metodologia em que todos são sujeitos na investigação. Ao defender uma IAPP considero importante registrar que o estudante Daniel de Christo

---

<sup>6</sup>A pedagogia do aprender pelas bordas está relacionada ao desenvolvimento da aprendizagem no fazer comunitário, através da participação nas atividades socioculturais, dito de outra forma, o conhecimento é elaborado no fazer coletivo da lida diária.

está hoje, no ano de 2017, com catorze anos é estudante da Escola, matriculado no 8º ano. A família continua no processo de produção para subsistência com produção agroecológica.

### **2.3 Problematizações: como responder a realidade imediata**

Através da Pesquisa Participante que exigiu diálogo com figuras públicas, habitar com os assentados para conseguir envolver as famílias possibilitou a sistematização dos achados na qual buscamos uma crítica mais consistente que permitisse compreender os processos de ideologização que impedem de construir estratégias de enfrentamento do real, o processo possibilitou perceber as condições materiais de produção da existência social dos camponeses do Assentamento Renascer.

A ideia central era entender o projeto próprio de educação cultivado por eles e do sentido desse projeto no conjunto das lutas e enfrentamentos que as pessoas da comunidade fazem para organizar seu modo de viver e produzir.

Ao desenvolver as entrevistas, tínhamos a intenção de, com os professores, discutir o perfil de um educador comprometido com conhecimentos enraizados na luta cotidiana do movimento pela terra. Com as lideranças, procuramos compreender sua concepção de desenvolvimento e, de forma especial, como estavam articulando a cooperativa. Interessava também entender como eles efetivamente criavam as condições para que todos com voz e vez, participassem da construção dos processos que intencionavam ser aparticipativos, inovadores e anticapitalistas.

#### **2.3.1 Percepções dessa Imersão: aspectos relevantes e debilidades**

A luta pela Reforma Agrária veio ganhando centralidade, esse tipo de experiência é um dos vieses que articulam tantos setores da sociedade em estratégias de resistência contra quatro séculos de dominação tradicional e espoliadora. Fato que é legitimado pelo Estado brasileiro ao longo do tempo através da regulamentação e da ação unilateral das suas instituições e completada com subsídios, incentivos fiscais e empréstimos agrícolas generosos, os quais são

desproporcionais à participação dos beneficiários na produção nacional, mas exatamente regulados às articulações políticas e à dominação social que exercem.

A atividade produtiva do homem não pode lhe trazer realização porque as mediações de segunda ordem institucionalizadas se interpõem entre o homem e sua atividade, entre o homem e a natureza, e entre o homem e o homem; [...]o homem é confrontado pela natureza de uma maneira hostil, sob o império de uma “lei natural” que domina cegamente por meio do mecanismo do mercado (intercâmbio) e, do outro lado, o homem é confrontado pelo homem de uma maneira hostil, no antagonismo entre capital e trabalho. A inter-relação original do homem com a natureza é transformada em trabalho assalariado e capital (MÉSZÁROS, 2006, p. 81-82).

As relações de trabalho, tais como estão institucionalmente regulamentadas, sob determinação dessa segunda ordem, não contemplam a dimensão humana emancipatória, mas o ajuste dos trabalhadores no quadro vigente de relações sob controle do capital.

As práticas dos sujeitos que tendem a romper com os limites do capital numa perspectiva de realização humana são um avanço, não um recuo para posições do tipo paraíso primitivo. As relações emancipatórias têm que ser criadas, inventadas, a partir das condições históricas atuais, rompendo com práticas que não são comprometidas com a transformação das condições de vida dos sujeitos e que, de uma forma ou de outra, são chanceladas pelas escolas ou pelo sistema educacional.

Durante todo o tempo da pesquisa esse foi o desafio para a equipe docente que compunha a escola: abrir espaços que desconstituam os limites postos para as pessoas, o caráter subordinado e alienado sob o horizonte da sociabilidade capitalista. Criando dimensões de vivência humana mais abrangente e com maiores possibilidades de realização emancipatória do homem.

Identificamos as observações e as estratégias organizadas pela escola para enfrentar a falta de recursos humanos e financeiros, em que as tarefas como "carpir" a horta ou o entorno da escola, limpar os banheiros, salas de aula e demais dependências da escola, bem como a feitura da merenda e outras atividades, eram realizadas pelos próprios estudantes. Essas “situações limites”<sup>7</sup> assumidas por eles

---

<sup>7</sup>Paulo Freire embasado em Álvaro Vieira Pinto define “situações limites” não como barreiras intransponíveis, mas como dimensões históricas concretas de uma dada realidade. Onde a percepção crítica na ação mesmo desenvolve um clima de esperança e confiança que leva os homens a construírem a sua superação. Segundo Vieira Pinto: Interpretado como o modo de estar histórico de uma dada comunidade, as “situações limites” não são a fronteira entre o “ser” e o “nada”,

eram executadas com certo entusiasmo, mas a escola não deixava de problematizar os direitos que lhes eram negados. A precarização do trabalho na escola também estava ligada a um modelo de sociedade como um todo.

As conclusões foram se embasando nos elementos que apareceram nos grupos: a questão da participação das famílias na escola, que na avaliação deles era preciso qualificar, a questão central do trabalho na produção, comercialização e em outra ponta a construção do conhecimento, deixando o grande desafio de como vincular toda essa experiência e construir uma síntese.

A compreensão de que a produção através do trabalho modifica as relações que as pessoas estabelecem que os camponeses do Renascer ao proverem a sua sobrevivência são capazes de criar e recriar as suas próprias condições de reprodução.

A presença do projeto “luz para todos”, na avaliação dos grupos focais, trouxe a possibilidade da ordenha, dos tanques de resfriamento do leite, da conservação do abate, dos estudos à noite, mas também trouxe a intervenção da televisão. Havia um sentimento que indicava a importância da pesquisa para desvendar a forma comprometida com que as famílias estavam se envolvendo com programas e telenovelas. Reafirmamos, assim, que essa percepção é um problema real, tendo como desafio, de ordem cultural, situações e necessidades de construir estratégias para enfrentar a influência televisiva.

Em razão disso, ficava mais claro para todos nós pesquisadores - professores e estudantes da escola a intenção política do processo de educação a ser desenvolvido, somente nesse trabalho disciplinado, tendo o povo como sujeito, compreender através da educação uma nova realidade social e cultural que impõe outra forma de produção da existência. Destaco, novamente, parte da entrevista com Rivail (assentado) sobre esse tema:

O trabalho nos lotes depende da organização familiar, é preciso manter certo ritual, na hora do entardecer quando os animais se aquerenciam, as famílias têm que cuidar da ração para o bicharedo do quintal, prover a última refeição para que todos recuperem as energias, colocar a prosa em dia e ganhar o rumo da cama. Esta disciplina garante maior quantidade de leite, a roça fica melhor cuidada, enfim o lote tem condições de produzir mais.

---

mas a fronteira entre o “ser” e o “mais ser”. Sociologicamente, o que se deve definir como “situação limite” não é o fracasso, mas o protesto. (PINTO, 1960, p.284-285).

Sabemos que a sobrevivência é realmente o limite para a produção camponesa e não o lucro médio. Assim, as “situações limites” estão interligadas à resistência que os camponeses reafirmam na sua própria ação, pois a economia camponesa sempre foi baseada no valor de uso, buscando a garantia da vida da família e da comunidade.

Nesse sentido, referenciamos, entendendo que este estudo permanece atual, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1986) que indica, com base em Karl Marx, que, apesar das relações camponesas se desenvolverem em uma sociedade capitalista, é possível distinguir a produção camponesa da produção capitalista.

Na produção capitalista, temos o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: D-M-D na sua versão simples e D-M-D na sua versão ampliada; enquanto na produção do campesinato a fórmula: M-D-M. Em outros termos, a forma simples de circulação das mercadorias, na qual a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com o objetivo dos trabalhadores, no caso os camponeses, adquirirem novas mercadorias, buscando a garantia da sua sobrevivência na terra. Parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria é comercializada.

Constatamos a aplicabilidade dessa forma quando acompanhamos a ordenha em um dos lotes cuja mercadoria – o leite – vinha para mesa e, posteriormente, o restante era vendido e convertido em dinheiro, possibilitando a aquisição de vacinas, ração e outras mercadorias igualmente necessárias à vida campesina, criando as condições da continuidade do trabalho.

As relações camponesas possuem características que vão criando as condições de romper com o estranhamento do trabalhador em relação ao fruto do seu próprio trabalho, rompendo, igualmente, com a ideologia capitalista que reafirma o sujeito como mercadoria que faz parte dos meios de produção pagos pelos capitalistas, o que acaba legitimando a necessidade do capitalista ficar com o lucro, permitindo ampliar o capital e garantir o trabalho. Esses são alguns dos elementos estruturais que consideramos importantes e que dialogam com as preocupações dos assentados. Nesse sentido, podemos considerar que os movimentos sociais do campo são protagonistas dessa utopia de resistência.

Recorremos a Paulo Freire, que problematizou os efeitos e as mudanças no mundo e na sociedade brasileira, diante do acelerado processo de globalização

capitalista. Assim, Utopia, para ele, é ferramenta, se critica, algo que rompe com a pura espera. Utopia é também sinônimo de esperança, indispensável para uma projeção refletida, que enquanto realidade ontológica necessita da práxis para inserir os sujeitos no seu tempo histórico.

Paulo Freire (2000) apontou para a exigência de uma pedagogia que, se radical, impõe a não realização de concessões ao pragmatismo neoliberal. Sendo assim, o processo de Resistência pressupõe uma briga constante em favor da justiça e da ética. Uma briga entre desiguais, em que ser gente impõe o dever de brigar, com a intencionalidade clara de mudar o mundo. Eis o sentido da educação:

A educação tem sentido porque o mundo não é necessariamente isto ou aquilo, porque os seres humanos são tão projetados quanto podem ter projetos para o mundo. A educação tem sentido porque mulheres e homens aprenderam que é aprendendo que se fazem e se refazem, como seres capazes de saber, de saber que sabem, de saber que não sabem. De saber melhor o que já sabem, de saber o que ainda não sabem. A educação tem sentido porque, para serem, mulheres e homens precisam de estar sendo. Se mulheres e homens simplesmente fossem não haveria porque falar em educação (FREIRE, 2000, p. 40).

A consciência do mundo que viabiliza a consciência de mim inviabiliza a imutabilidade do mundo. A consciência do mundo e a consciência de mim me fazem um ser não apenas no mundo, mas com o mundo e com os outros. Um ser capaz de intervir no mundo e não só de a ele se adaptar.

O discurso da impossibilidade de mudar o mundo é o discurso de quem, por diferentes razões, aceitou a acomodação, inclusive por lucrar com ela. A acomodação é a expressão da desistência da luta pela mudança. Falta a quem se acomoda, ou em quem se acomoda fraqueja, a capacidade de resistir. É mais fácil a quem deixou de resistir ou a quem se quer foi possível em algum tempo resistir aconchegar-se na mornidão da impossibilidade do que assumir a briga permanente e quase sempre desigual em favor da justiça e da ética (FREIRE, 2000, p. 40-41).

Como é possível perceber, Freire (2000) sustenta que a diferença entre opressores e oprimidos, nas condições concretas de construir a história, pode ser um rompendo com os processos fatalistas que afirmam que a mudança não virá ou com o discurso voluntarista que impõe uma paralisia. Pois, indica que, de uma forma ou de outra, a mudança vai acabar acontecendo. Nesse sentido, Freire enfatiza que:

[...] há uma diferença fundamental entre quem se acomoda perdidamente desesperançado, submetido de tal maneira à asfixia da necessidade, que

inviabiliza a aventura da liberdade e a luta por ela, e quem tem, no discurso da acomodação, um instrumento eficaz de sua luta de obstaculizar a mudança. O primeiro é o oprimido sem horizonte; o segundo o opressor impenitente (FREIRE, 2000, p. 41).

As configurações do momento histórico e a política pública de financiamento têm enquadrado a luta como agentes do Estado, especialmente pelas políticas distributivas e de desenvolvimento do campo. Sendo assim, a conjuntura indica o fortalecimento do modo de produção capitalista, desta forma seria irresponsabilidade nomear o MST como salvador da pátria, estas considerações servem também para o trabalho camponês comprometido com o modo de produção capitalista, bem como a produção dos assentamentos da Reforma Agrária.

O trabalho familiar camponês é fundamental, pois é garantia de melhor produção e da dispensa de serviços de terceiros, visto que a possibilidade de sobrevivência em muitas famílias ocorre porque o trabalho se caracteriza exatamente como um trabalho coletivo. O trabalho coletivo subverte a ordem social vigente que evoca o trabalho apenas pelo viés da exploração e da produção de mais-valia. Adotamos, aqui, a visão de trabalho como práxis humana material, que não se reduz à produção de mercadorias.

A complexidade da realidade do Assentamento nos exigia o aprofundamento de referências que contribuíssem na compreensão daquela realidade. Procuramos recuperar com Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1988) alguns dos elementos estruturais que consideramos importantes para referenciar o diálogo com os assentados do Renascer.

A força do trabalho familiar é o motor do processo de trabalho na unidade camponesa; a família é um verdadeiro trabalhador coletivo. A ajuda mútua entre os camponeses é a prática que eles empregam para suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar; entre essas práticas está o mutirão ou a troca pura e simples de dias de trabalho entre eles.

O trabalho coletivo é outro elemento da produção camponesa, decorrente da ausência de condições financeiras do camponês para assalariar trabalhadores em sua propriedade; assim, ao constituir um grupo de trabalho, dividem-se os custos e os ganhos; é comum essa relação de trabalho aparecer articulada na produção capitalista como estratégia do capital para reduzir os custos com a remuneração dos trabalhadores. Sobre outro viés, o trabalho coletivo pode ser a estratégia que os

pequenos camponeses utilizam para ampliar a sua área de cultivo, e conseqüentemente, aumentar as possibilidades de subsistência.

Na entrevista com Assentado I, ele afirma que:

O trabalho coletivo é necessário, é preciso resgatar o puxerão, que garante o aproveitamento do trabalho, dispensando o uso do dinheiro, possibilitando o aligeiramento dos processos, na roça, que dependem do aproveitamento rápido das condições do solo ou das condições do clima.

A força de trabalho assalariado aparece na unidade de produção camponesa como complemento da força de trabalho familiar em momentos críticos do ciclo agrícola, nos quais as tarefas exigem rapidez e muitos braços. Essa força de trabalho assalariada na unidade camponesa pode, em determinados momentos, começar a ser permanente, e o camponês passa, então, a combinar as duas forças de trabalho, a familiar e a assalariada.

A socialização do camponês é importante elemento da produção, pois é através dela que as crianças são iniciadas, desde pequenas, como sujeitos da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva. Quando criança pequena, o camponês brinca com miniaturas de instrumentos de trabalho; quando criança crescida, já trabalha com esses instrumentos.

A propriedade da terra é, na unidade camponesa, propriedade familiar, privada para muitos, porém diversa da propriedade privada capitalista (a que serve para explorar o trabalho alheio). Na propriedade familiar, estamos diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador, é terra de trabalho, é propriedade do trabalhador, não é, portanto, instrumento de exploração.

Os meios de produção são adquiridos. Exceto a terra, as mercadorias são em parte produzidas pelos próprios camponeses que, como consumidores de mercadorias (instrumentos de trabalho, por exemplo), se vêem subordinados ao capital, que lhes vende produtos caros e lhes paga preço baixo pelos produtos agrícolas.

Quanto à jornada de trabalho – outro elemento da produção camponesa a ser distinguido – não há rigidez de horário diário, como na produção capitalista. Geralmente, a jornada varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados. De tal modo, combinam-se períodos de pouco trabalho (muito tempo livre, quando, então, o camponês pode desempenhar um trabalho acessório ou

produzir instrumentos de trabalho) e períodos de trabalho intenso (quando muitas vezes nem mesmo o nascer e o pôr do sol funcionam como limites naturais da jornada de trabalho).

As relações de resistência camponesa ao modo de produção capitalista surgem como decorrência do desenvolvimento contraditório e excludente do capital, que não consegue garantir vida digna para a maioria da população.

A expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução.

O segundo componente, que atravessa esse processo de reprodução, é o Estado, que atua como agente distribuidor de terras em projetos de colonização, e, ao fixar preços mínimos agrícolas, ou cotas de produção, garante condições mínimas contraditórias para que o camponês se reproduza. E o terceiro, que nasce no seio do próprio campesinato e é incorporado pelo Estado, diz respeito à formação das cooperativas no campo. Essas cooperativas nasceram no século passado como instrumento de defesa dos agricultores contra o comerciante, que, de certo modo, atuando como compradores e usuários exploravam os camponeses, levando-os à proletarização. Foi por isso que as cooperativas nasceram no campo, operando no setor do crédito e da comercialização. Logo, se tornaram um instrumento de defesa tanto do pequeno como do grande agricultor.

Desse modo, as cooperativas ofereciam as vantagens da compra/venda em escala, consolidando e fortificando o camponês, permitindo a sua reprodução, em oposição à crescente proletarização a que está historicamente submetido.

Tais opções exigem referências mais radicais. Nesse sentido, adotamos o conceito de Paulo Freire que indica a Educação como um ato político, um trabalho coletivo que reeduca todos os sujeitos. Exigindo postura e ação diante do mundo e dos homens. Nessa perspectiva, compreendemos ser importante definir de qual mundo estamos falando nesse diálogo com o educador Paulo Freire:

O mundo humano, que é histórico, se faz, para o ser fechado em si, mero suporte. Seu contorno não lhe é problemático, mas estimulante. Sua vida não é um correr riscos, uma vez que não os sabe correndo. Estes, porque não são desafios perceptíveis, reflexivamente, mas puramente “notados” pelos sinais que os apontam, não exigem respostas que impliquem ações decisórias. O animal, por isto mesmo, não pode comprometer-se. Sua condição de a-histórico não lhe permite assumir a vida, e, porque não a assume, não pode construí-la. E, se não constrói, não pode transformar o

seu contorno. Não pode, tampouco, saber-se destruído em vida, pois não consegue alongar seu suporte, onde ela se dá, em um mundo significativo e simbólico, o mundo compreensivo da cultura e da história (FREIRE, 1988, p. 89).

Diferente dos animais, os homens são capazes de construir um mundo humano e humanizar-se. Assim vai discorrendo Freire:

Os homens, pelo contrário, ao terem consciência de sua atividade e do mundo em que estão ao atuarem em função de finalidades que propõem e se propõem, ao terem o ponto de decisão de sua busca em si e em suas relações com mundo, e com os outros, ao impregnarem o mundo de sua presença criadora através da transformação que realizam nele, na medida em que dele podem separar-se e, separando-se podem com ele ficar, os homens, ao contrário do animal, não somente vivem, mas existem, e sua existência é histórica (FREIRE, 1988, p. 89).

Os sujeitos do Renascer vivem um aqui e um agora, projetam um amanhã, experienciam “situações limites”, mas seu viver não é uma determinação total. Buscam, nas relações estabelecidas, ultrapassar os limites impostos pelo modo de produção capitalista. Daí a continuidade do diálogo com Freire: “Os homens, pelo contrário, porque são consciência de si e, assim, consciência do mundo, porque são um “corpo consciente” vivem uma relação dialética entre os condicionamentos e sua liberdade” (FREIRE, 1988, p. 90).

Destarte, considero fundamental buscar compreender, de forma coletiva, como lidar com as dimensões desafiadoras, numa dada totalidade, do Renascer. Nossa intenção é continuar buscando em Freire (1988) referências que apontem para as “situações limites”, que não devem ser tratadas como barreiras impossíveis de serem superadas. Ao contrário, os homens enquanto consciência de si experimentam uma relação dialética entre os condicionamentos e a sua liberdade.

Esta superação, que não existe fora das relações homens-mundo, somente pode verificar-se através da ação dos homens sobre a realidade concreta em que se dão as “situações - limites”. Superadas estas, com a transformação da realidade, novas surgirão, provocando outros “atos – limites” (FREIRE, 1988, p. 91).

No debate sobre a produção, analisamos a Cooperativa Terra Nova que surgiu como estratégia de resistência e enfrentamento ao modo de produção e comercialização capitalista, buscando discutir o processo de produção, avaliamos a importância da construção coletiva da cooperativa desde a sua criação até os dias atuais. Enquanto essa ferramenta de resistência possibilita outra dimensão já que os assentados se dedicam, ao objetivarem as atividades que executam nas relações de

trabalho com a natureza e com os outros sujeitos, a ultrapassar as “situações limites”.

As alternativas que vêm sendo construídas pelos sujeitos do Renascer para superar os limites reafirmam o acerto duradouro nas afirmações de Freire (1988) que dialoga com a rigorosidade de Marx nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos. Afirma Freire:

Desta forma, em lugar de “situações-limites”, que são históricas, é o suporte mesmo, maciçamente, que o limita. O próprio do animal, portanto, não é estar em relação com seu suporte – se estivesse, o suporte seria mundo – mas adaptado a ele. Daí que, como um “ser fechado” em si, ao “produzir” um ninho, uma colmeia, um oco onde viva, não esteja realmente criando produtos, que tivessem sido o resultado de “atos-limites” – respostas transformadoras. Sua atividade produtora está submetida à satisfação de uma necessidade física, puramente estimulante e não desafiadora. Daí que seus produtos, fora de dúvida, “pertencam diretamente a seus corpos físicos, enquanto o homem é livre frente e seu produto” (FREIRE, 1988, p. 91).

No mesmo sentido, as afirmações de Marx estão traduzidas nas referências abaixo:

[...] o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 1971b, p. 202).

Recorremos a Marx para reafirmar que os camponeses, diferentemente dos animais que eles criam, estão construindo possibilidades de superação, por uma ação decisória, não para uma condição metafísica ou religiosa, mas para uma condição histórica concreta. O processo até aqui encaminhou uma marcha para ultrapassar o que consideravam desafios e que estão postos no item abaixo.

#### **2.4. Os desafios apontados**

Dos desafios apontados consideramos que, em relação à ação da Cooperativa, surgiu a exigência de estudar possibilidades de mercado que possibilitem mais garantias. Em outras palavras, aquilo que está sendo produzido seja comercializado na cidade, evitando os açambarcadores.

Por outro lado, toda discussão no “Fórum de Debates” indicou algumas inquietações que ocorrem pelo fato de verificar que a grande maioria das cooperativas ligadas aos agricultores, pode cair no engodo da proposta de que é preciso “modernizar” ou “industrializar” o campo.



Foto 5 - Fórum permanente de debates – trabalho em grupo para definição dos temas geradores – Acervo da pesquisadora

Assim, as cooperativas passaram a desempenhar a função de veículo de desenvolvimento do setor primário como um tipo de empreendimento econômico capaz de realizar a expropriação dos pequenos agricultores ao mesmo tempo em que os mantêm no mercado, não permitindo sua destruição, elemento estratégico do modo de produção capitalista.

Nessa perspectiva, é preciso romper com as fragilidades, primeiro de organicidade e segundo de embasamento teórico da ciência cooperativista. As consequências são dramáticas: o cooperativismo agrícola com essa opção inaugura o desenvolvimento do capitalismo no campo, não apenas como um processo exclusivo de proletarização ou assalariamento crescente de trabalhadores, mas também como processo de subordinação crescente de pequenos agricultores ao capital industrial e financeiro. Existem indicativos, como já vimos em experiências aqui mesmo na região sul, de que as cooperativas se organizaram como sociedade de capital e não de trabalhadores.

A Terra Nova, na sua constituição recente, tem por princípio uma inspiração socialista, o que implica no fator econômico, que não pode ser visto somente como um fim, mas também como um meio para a sobrevivência da cooperativa num mercado capitalista. Já que existem os nichos de mercado para determinados consumidores exigentes por qualidade e preço que valorizam o esforço de uma

produção coletiva, como a do Renascer. Esses mercados solidários é que precisamos consolidar em Canguçu e região.

Resgatamos aqui as experiências, em curso, com cooperativas, nas quais a compra de produtos orgânicos é realizada online, o trabalho coletivo dos associados que separam os produtos, o consumidor vai até o ponto de distribuição apanhar as suas mercadorias. Assim, o que estamos indicando é a necessidade de popularizar essas experiências e outras que possam contribuir com outra forma de comercialização.

Dessa maneira, a cooperativa em questão nasceu para dar respostas aos problemas invocados pelo capitalismo. Os assentados se acercam da ideia de que através da cooperativa criou-se outra possibilidade de relações que mantêm o equilíbrio entre o social e o econômico.

O autor Paul Singer (1998) trata da Economia Solidária como estratégia para vencer o desemprego, propondo novas formas de organização da produção. Isso pressupõe o controle coletivo dos meios de produção pelos trabalhadores. Nesse sentido, é preciso romper com as fragilidades, primeiro de organicidade e segundo de embasamento teórico da ciência cooperativista. É preciso sustentar espaços, valorizando os processos de formação que criam um debate permanente com os camponeses, ampliando o entendimento dessa proposta de autogestão. Fica a tarefa de encontrar um número suficiente de trabalhadores capazes de compreender essa proposta como uma organização da produção e, por conseguinte, um bom processo de trabalho, buscando mais participação e mais espaço de trabalho.

Resgatando a entrevista, realizada em 2008, com Assentado II, um dos coordenadores da Cooperativa Terra Nova daquele período, ele reforça as questões que vimos levantando da solidariedade para superar o capitalismo, vencendo a propaganda enganosa do agronegócio, criando alternativas desde a produção e comercialização de uma economia sustentável. Observando que, no modo de produção capitalista, esse conceito pode ser refutado e que mesmo sob uma relação metabólica socialista é inevitável o grau de entropia dos processos das relações entre o homem e a natureza, especialmente pelo conceito da irreversibilidade que envolve os processos de produção. Isto é, esse conceito é muito caro, além de nos indicar uma forma ideológica de desenvolvimento que mais camufla do que desvela.

Na entrevista conversamos sobre a produção das famílias e qual a abrangência da ação da cooperativa. O Coordenador afirma que:

Nós temos algumas famílias que ainda não estão produzindo devido a nós termos acessado o crédito e algumas famílias terem investido em outras linhas de produção que não o leite, então hoje para você investir no leite deveria ter um crédito e aí está difícil de acessar hoje, nós pegamos o PRONAF-A, mas quando pegamos, uns fizeram o galpão, outros investiram em gado de corte, na lavoura, no açude, e assim por diante. Então agora, nós estamos trabalhando junto com a companheirada, com os nossos cooperados, assentados, que o crédito que nós conseguimos pegar, aquelas famílias que querem começar a produzir leite, comprar vaca de leite, começar se estruturando nessa linha; e a nossa cooperativa buscou, também por nesses últimos anos um crédito para construirmos um moinho, que nós temos no 5º Distrito, e que agora nesse ano recebemos a verba de aproximadamente R\$ 100.000,00 reais para terminarmos a construção que até o momento nós estávamos secando e fazendo a limpeza, limpava e secava a produção. Nós queremos ainda fazer mais, fazer farinha, quebrar os produtos, queremos aumentar a nossa atividade lá na microrregião. Agora no início do ano, a empresa já entrou numa licitação e ganhou e vai iniciar a obra para concluirmos o moinho ainda este ano. Juntamente apresentamos também este ano para o governo federal o projeto da casa do mel que está sendo construída no Renascer”.

A pesquisa indicou que a escola ocupa um lugar fundamental na organização da comunidade. O desafio que persiste hoje, partindo da historicidade dos sujeitos, é buscar fundamentar, analisar e compreender como o conhecimento do processo de produção entra no currículo da escola. Neste movimento dialético do conhecimento, que produz a existência dos sujeitos, é capaz de gerar novas sínteses, novos conhecimentos. Os professores levantavam uma preocupação com a pouca participação da comunidade nas reuniões e atividades da escola. Por outro lado, as famílias demonstravam um profundo respeito pelo que a escola já desenvolveu, resgatamos a fala da Assentada I, que afirmava: “O meu menino tinha dificuldade de aprender, mas ele foi indo e a professora pegava ele no colo, hoje ele já sabe ler e escrever, vai bem”.

Entendemos ser preciso continuar o debate sobre o papel da escola e da Equipe Docente diante da necessidade de compreensão, por todos os sujeitos do Renascer, de como funciona a lógica do desenvolvimento do capital, fortalecendo a esperança que move a resistência à forma reducionista e mecanicista da ciência moderna que legou à escola um conhecimento compartimentalizado; bem como é necessário debater as condições reais de se contrapor à mercantilização da vida pela lógica e ética capitalista. Sem um mínimo de esperança não podemos sequer começar o embate, mas, sem a esperança, como necessidade ontológica, se desarvora, se desdereça e se torna desesperança que, às vezes, se alonga em trágico desespero. Daí a precisão de uma certa educação da esperança. É que ela tem uma tal importância em nossa existência, individual e social, que não devemos experimentá-la de forma errada, deixando que ela resvale para a desesperança e o desespero, consequência e razão de ser da inação ou imobilismo (FREIRE, 1999, p. 11).

Então Freire chama a responsabilidade dos educadores nesse tempo histórico:

Uma das tarefas do educador ou educadora progressista, através da análise política, séria e correta, é desvelar as possibilidades, não importam os obstáculos, para a esperança, sem a qual pouco podemos fazer porque dificilmente lutamos e quando lutamos, enquanto desesperançados ou desesperados, a nossa é uma luta suicida, é um corpo-a-corpo puramente vingativo. O que há, porém, de castigo, de pena, de correção, de punição na luta que fazemos movidos pela esperança, pelo fundamento, ético-histórico de seu acerto, faz parte da natureza pedagógica do processo político de que a luta é expressão. Não será equitativo que as injustiças, os abusos, as extorsões, os ganhos ilícitos, os tráficos de influência, o uso do cargo para a satisfação de interesses pessoais, que nada disso, por causa de que, com jus ira, lutamos agora no Brasil, não seja corrigido, como não será correto que todas e todos os que forem julgados culpados não sejam severamente, mas dentro da lei, punidos (FREIRE, 1999, p. 11).

Por sua vez, os assentados percebem a necessidade da implantação de uma escola de ensino básico com terminalidade em técnica agrícola como afirma o Assentado III: “tem que botar mais para adiante porque muitos não tem como ir para a cidade”. Outros apontavam que os estudantes que iam para outro lugar estudar não retornavam para o assentamento, pois buscavam novos meios de trabalhar.

Um dos grandes problemas enfrentados foi a falta de água, a produção ficou comprometida, havia necessidade de carregar água para os animais e mesmo a água para beber era de aspecto duvidoso. É importante ressaltar a fala dos assentados, pois revela que as fontes de água são suficientes, mas não existe sistema de irrigação. Na sequência desta pesquisa, construímos as redes temáticas as quais foram debatidas nas assembleias, realizadas na Escola Oziel Alves. Nesse tempo foram indicados os temas geradores para serem trabalhados durante o ano letivo de 2008, justamente para dar conta de amarrar as pontas entre conhecimento e a experiência concreta do que as unidades familiares vinham produzindo.

Marx (1892,) na “Contribuição à Crítica da Economia Política”, afirma positivamente que a concepção dialética da história se contrapõe à idealização do passado operada pelos economistas como uma espécie de causa motora dos desenvolvimentos. As considerações dele sobre o processo histórico e a base histórica de constituição dos processos emancipatórios foram motivos mais do que suficientes para irmos cercando essa referência da historicidade, chave para quem se propõe ser um educador que pretende a emancipação efetiva e revolucionária dos trabalhadores.

O autor argumenta que:

Trata-se ao contrário, de uma antecipação da "sociedade civil", que se preparava desde o século XVI e que no século XVIII deu larguíssimos passos em direção à sua maturidade. Nessa sociedade de livre concorrência, o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais que, em épocas históricas remotas, fizeram dele um acessório de um conglomerado humano limitado e determinado. Os profetas do século XVIII, sobre cujos ombros se apoiam ainda totalmente Smith e Ricardo imaginam esse indivíduo do século XVI – produto, por um lado, da decomposição das formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças de produção que se desenvolvem a partir do século XVI – como um ideal que teria existido no passado. Veem-no não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da história (MARX, 1982, p. 3-4).

As afirmações feitas por Marx de que o homem era um dado da natureza continuam atuais, pois é o ser social, o modo de produção dos assentados, a forma própria de sua organicidade que vai determinar a sua consciência e a construção de liberdades. Afirma Marx:

Na concepção que tinham da natureza humana, o indivíduo não aparece como produto histórico, mas sim como um dado da natureza pois, desta maneira, fica de acordo com a sua concepção da natureza humana. Até hoje, esta mistificação tem sido própria de todas as épocas novas. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência (MARX, 1982, p. 5).

Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações se convertem em obstáculos a elas. Abrindo realmente a possibilidade a uma época de revolução social.

Continuamos o processo, tendo a clareza que as problematizações mais singelas são difíceis de concretizar em uma ação que rompe com o conservadorismo e afirma o novo.

A pesquisa encaminhou para uma compreensão de porque a prática de educadores do campo da Escola Oziel Alves Pereira, localizada no interior de Canguçu, possui uma densidade própria numa dimensão revolucionária que ultrapassa as formas daquela questão da grandiosidade da revolução, mas ela é compatível com uma situação revolucionária mesmo nas contingências e na aparência de pequenez das suas práticas.

Podemos afirmar isto porque ela estava sendo uma prática na qual os sujeitos estavam investidos numa perspectiva de tomar pé das suas relações, concientizando-se do seu lugar, da sua importância nesses movimentos, não se alienando nas relações vivenciadas, não se opondo como algo estranho.

De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolve-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e condignas com a natureza humana. Mas, esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho (MARX, 1974, p. 942).

Os sujeitos no Renascer se apropriavam dessas relações, buscando dimensões progressivamente mais complexas, não só como conhecimento, como consciência, mas como prática, como enfrentamento prático da alienação daquelas dimensões que tentam fazer do seu mundo e da sua prática uma coisa que seja estranha a ele. Fazendo com que o seu modo de vida seja colocado para ele como outro mundo.

Essa condição, assumida pelos sujeitos, favorece um trabalho coletivo visto que eles percebem os limites da sua prática, conseguem visualizar em que sentido essa prática poderia ser diferente e se abrem para outras possibilidades que a pesquisa vem trazendo e para os investimentos desse processo.

Basta revisitar as decisões tomadas no Fórum no qual comparamos que no Projeto Político Pedagógico, foi dada ênfase para a Pedagogia da Terra, Pedagogia do Trabalho, Pedagogia da História, Pedagogia da Organização Coletiva, mas que a prática ainda não traduz, efetivamente, em todo seu potencial essas opções políticas, mas que se quer conquistar.

Nas entrevistas com as famílias e posteriormente no próprio fórum, foi reforçada a necessidade de amarrar as duas pontas, quais sejam, conhecimento escolar e produção. Em outros termos, planejar ações enraizadas no vir a ser do

assentamento, vinculando construção curricular e os processos de produção e comercialização que podem ser implementados a partir da atuação da cooperativa Terra Nova.

Ora, se essas percepções brotam dos próprios trabalhadores é porque o nível de consciência permite diagnosticar quais as estratégias que podemos construir para dar conta de contribuir com um processo que todos desejam humanizador.

Desse modo, com os temas apontados na pesquisa, ficou orientado para que nós sejamos capazes de consolidar a Escola como um polo aglutinador e descentralizador das experiências de produção que iremos desenvolver. A horta alternativa seria assumida por todos criando matéria prima para a Farmácia Alternativa.

As oficinas ministradas pelos técnicos não serão apenas para os estudantes da Escola, também a comunidade participará. Elas ocorrerão obedecendo a uma itinerância nas diferentes unidades familiares, conforme a necessidade do conhecimento e da rotação das culturas desenvolvidas.

À medida que a pesquisa avançava, necessitávamos de uma vigilância constante, pois o grande desafio era conduzir a pesquisa e não cair na mera constatação dos fatos. Efetivamente, se encharcar de realidade tornando-se legítima, construindo junto com os assentados as alternativas de superação dos problemas.

Analisando a experiência desenvolvida durante o Mestrado, podemos concluir que o Assentamento Renascer é uma realidade com múltiplas determinações, que estão se constituindo a partir da teleologia dos assentados e das contingências de relações mais abrangentes com as quais se defrontam cotidianamente.

Fazendo uma releitura do projeto pedagógico, em especial o que foi apontado pelos camponeses em diferentes fases da pesquisa, fundamentamos o argumento de que o projeto em andamento busca consolidar uma escola e uma formação que rompa com a sociedade da reprodução, a fim de que, ancorado na práxis, torne-se concretude histórica.

Os desafios permanentes para a superação de uma educação desumanizadora, bem como a necessidade da construção de conhecimentos significativos para a vida no assentamento, orientaram para a importância da

continuidade da pesquisa onde, sistematizando experiências, foi possível elaborar estratégias, com o objetivo de nos prepararmos para o enfrentamento dessa nova fase da história.

Nesse sentido, alerta Mézáros (2007) que, na busca de superação das contradições, a probabilidade de retorno ao *status quo* anterior devido à inércia fatídica da desigualdade estrutural reproduzida, é uma realidade conceituada e ideologicamente racionalizada como uma fatalidade da natureza, é preciso romper com essa realidade:

Nesse ponto do tempo, exatamente em que nos encontramos hoje, a elaboração das soluções exigidas na forma de uma ordem social, alternativa sustentável, juntamente com a salvaguardas apropriadas para fazer desta uma ordem irreversível, torna-se um desafio histórico inevitável. Pois sem realizar com êxito esse desafio, dada a urgência de um tempo histórico único em que a sobrevivência da humanidade está em jogo – sob a sombra tanto da acumulação aparentemente incontrolável e da disposição das armas reais ( e não tornadas de modo cínico/auto – interessado, ficcionais) de destruição em massa, como da usurpação devastadora da natureza pelo capital -, o gênero humano não pode arriscar-se a reincidir em uma ordem social cada vez mais destrutiva, como se tivesse à nossa disposição a infinidade do tempo antes que tenhamos de empreender uma ação CORRETIVA (MÉSZÁROS, 2007 P. 227).



Foto 6 - Fórum permanente de debates – plenária final, aprovação das sistematizações apresentadas pelos grupos – Acervo da pesquisadora

Mézáros contribui para a compreensão de que é preciso lutar por uma igualdade substancial de todos os seres humanos para se contrapor a igualdade formal, sustentada por uma cultura da desigualdade dominante. O autor indica que as imposições sociometabólicas do capital estão destruindo vidas humanas e comprometendo a sobrevivência do nosso planeta. Assim, afirma que o ser humano

não pode mais pensar que tem todo o tempo, é urgente assumir uma ordem econômica organizada e controlada pelos trabalhadores.

Debatendo a educação neste tempo histórico, a escola deve ser o espaço de reafirmação de uma cultura de igualdade substancial que rompa com a cultura da desigualdade dominante. Consolidando espaços, onde os sujeitos aproveitem os fatos e acontecimentos e experiências concretas da realidade, para perceber as manifestações, intelectual, moral e política das outras classes sociais, identificando-se como classe distinta, possibilitando um avanço da consciência socialista.

## **CAPÍTULO III**

### **Proposição da pesquisa: o doutorado e nova situação: possibilidades concretas para pensar uma educação humanizadora**

#### **3.1 Introdução**

Neste capítulo organizamos nossa proposta de tese com o delineamento do tema; criando as condições para ir pensando como foco de tese uma preocupação epistemológica, confrontando conhecimentos, partindo sempre do lugar em que os sujeitos estão para juntos buscarmos outros patamares de discernimento.

No tempo histórico que vivemos, enfrentamos um rebaixamento das condições humanas, indicamos como problema que esta tese buscará responder a seguinte questão: Diante de um modelo societário, no qual o mercado ganha centralidade, quais possibilidades concretas existem para se pensar em uma educação humanizadora que construa um conhecimento e ao mesmo tempo rompa com a lógica do mercado e do capital financeiro? Como essas possibilidades podem ou se apresentam na prática cotidiana da produção e comercialização da produção realizada no Assentamento Renascer?

O conhecimento enraizado, de que trata o tema, é aquele que vinga por ser construído com sentidos e percepções dos diferentes sujeitos, conectados com o mundo real. Construído com o método de ação-participação-ação, a pesquisa tem como centralidade ser ferramenta para aperfeiçoar o compromisso com a luta transformadora, reinventar as gentes e o mundo.

Esse conhecimento enraizado necessita ser trabalhado e aprofundado pela escola, bem como em outros espaços de formação no assentamento, possibilitando que as crianças, adolescentes, homens e mulheres sejam capazes de aprender a resolver seus problemas, a refazer seus conceitos, a construir-se como pessoas

através de relações dialógicas e contextualizadas. A construção desse conhecimento exige que os sujeitos tenham acesso ao conhecimento já elaborado pela humanidade.

Essa tarefa exige a construção coletiva e não é isenta de conflitos. Assim sendo, o objetivo, que ganha centralidade nesta pesquisa, é: Compreender como o conhecimento do modo de produção da existência dos camponeses do Assentamento Renascer é trabalhado na escola e como ele contribui para a elaboração de novas sínteses, novos conhecimentos.

A tese que defendemos é a seguinte: Há situações favoráveis no processo de elaboração do conhecimento pelos camponeses do assentamento Renascer que possibilitam pensarmos juntos a nossa práxis, bem como a compreensão que temos dela de modo a consolidar uma concepção crítica do confuso e perverso mundo da vida.

### **3.1.1 O Assentamento Renascer hoje ( 2017)**

O assentamento Renascer está caracterizado hoje por uma busca de unidade na diversidade. O entendimento da centralidade é o de resgatar a característica de economia de base familiar, bem como as relações de trabalho coletivo.



Foto 7 - Retorno ao assentamento – esquila na unidade de produção/2015 – Acervo da pesquisadora

A Cooperativa Terra Nova tem hoje, em 2015/2017, como presidente Rivail Oliveira e Silva (assentado no Renascer) que relata a experiência que vem sendo desenvolvida, na qual as famílias receberam “kits produtivos” e formação em agroecologia<sup>8</sup> e comercialização com vistas a atender o mercado institucional como: alimentação escolar, hospitais, presídios etc., garantir a segurança alimentar e a sustentabilidade.

Essa organização na produção gera, além do beneficiamento para a segurança alimentar das famílias e venda dos excedentes com possibilidade de valor agregado, o acompanhamento técnico para a produção irrigada com a redução de químicos criando as condições para uma vida mais saudável e digna.

Com essa preocupação, três assentados aceitaram o desafio e produziram 32 hectares de arroz orgânico. Experiência pioneira na região que possibilitou um aprendizado para os assentados e para os estudantes da Escola Oziel que elaboraram trabalhos de pesquisa sobre a produção agroecológica<sup>6</sup>. Os alunos identificaram nos seus estudos duas questões centrais: a primeira diz respeito à questão ambiental, ou seja, a produção agropecuária é responsável pela emissão de 70% de gases, dados retirados do relatório de 2013 que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) elaborou, indicando que a terra poderá ter que enfrentar uma catástrofe ambiental em 2050. O que justifica a campanha da Escola para que mais famílias optem pela produção agroecológica. A segunda questão, não menos conflituosa, diz respeito à Segurança Alimentar, visto que poucos países produzem alimentos básicos. O processo como um todo, desde o plantio, a irrigação, até o controle natural das pragas e “ervas daninhas”, foi um aprendizado coletivo entre as três famílias, professores e estudantes. Culminando

---

<sup>8</sup> A agroecologia representa a base científica da construção de uma lógica de agricultura que confronta a agricultura industrial capitalista, que é o modelo ainda hegemônico, embora já integre a crise geral do capitalismo. A agricultura chamada “moderna” ou “industrial” é aquela tratada como um ramo da indústria fabril e operada na lógica de reprodução do capital, pela exploração incondicional do trabalho e da natureza. É a agricultura das monoculturas, dos agrotóxicos, das sementes transgênicas, A Agroecologia fundamenta um modo de agricultura que seja ao mesmo tempo produtiva, ecologicamente equilibrada, conservando a biodiversidade, que seja socialmente justa, economicamente viável e culturalmente adequada. Ela está ajudando a alicerçar o projeto de luta e construção da *agricultura camponesa do século XXI*, que articula produção agrícola de base ecológica, com o princípio de soberania alimentar (direito que tem cada povo, cada nação, de produzir os alimentos de que necessita para sua sobrevivência), com a socialização da propriedade da terra e com formas de trabalho associado. (Guhur Toná, 2012 –p.57-65)

com a 1ª Abertura da Colheita de Arroz Orgânico do município de Canguçu (Ver: Convite - Anexo IV).



Foto 8 - Detalhes da 1ª Abertura da Colheita de Arroz Orgânico do município de Canguçu. No dia 23/03/2016. Relato da experiência do plantio feita por três produtores assentados – Acervo da pesquisadora



Foto 9 - Detalhes da 1ª Abertura da Colheita de Arroz Orgânico do município de Canguçu – presença da comunidade e dos estudantes da Escola Oziel Alves – Acervo da pesquisadora



Foto 10 - Detalhes da 1ª Abertura da Colheita de Arroz Orgânico do município de Canguçu – Os presentes são convidados a se dirigir para a lavoura – Acervo da pesquisadora



Foto 11 - Detalhes da 1ª Abertura da Colheita de Arroz Orgânico do município de Canguçu – Travessia no canal de irrigação – Acervo da pesquisadora



Foto 12 - Detalhes da 1ª Abertura da Colheita de Arroz Orgânico do município de Canguçu – Momento da colheita do arroz orgânico – Acervo da pesquisadora



Foto 13 - Detalhes da 1ª Abertura da Colheita de Arroz Orgânico do município de Canguçu – Assentado colhe e monta um feixe da 1ª mostra do arroz – Acervo da pesquisadora

Estudos que estão sendo encaminhados pela Emater, Cooptec e Embrapa, buscam identificar cadeias produtivas regionais enquanto alternativas viáveis para a agricultura camponesa dessa região, bem como quais possibilidades de comercialização existentes e passíveis de serem criadas. Fundamental

problematizar, junto aos camponeses, o tipo de produção adequada ao bioma e às condições próprias das unidades de produção como: solo, irrigação, clima etc.

Nas falas dos assentados e dos professores, permanece uma problematização recorrente: Como superar a exclusão da juventude? Digo recorrente porque na primeira imersão com os sujeitos do assentamento, essa dura realidade já assombrava as famílias. Os jovens que saíam, em busca de trabalho para o seu sustento, estabeleciam outras relações e não mais retornavam para o assentamento. No entanto, ao longo da história, os camponeses demonstraram uma capacidade de construir saídas para enfrentar os seus problemas como quando fazem a opção pela produção alternativa.

Na pauta dos debates está o PNRA que, diante dessa diversidade da realidade nacional, cria uma expectativa para os camponeses com a possibilidade de articular estratégias que envolvem o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Meio Ambiente, Saúde, Educação, Cultura, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea; BNDES; Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BASA, BRB, BNB, APEX, CONAB, EMBRAPA, Conselhos Municipais de desenvolvimento rural sustentável e as Universidades. O objetivo central é fortalecer a agricultura familiar, criando alternativas de trabalho no próprio assentamento.

A escola Oziel Alves Pereira vem buscando compreender melhor esse debate, para possibilitar aos estudantes e professores conhecer a conjuntura nacional, entender os problemas que atingem a maioria dos camponeses, tais como: educação pública que garanta o acesso e a permanência de boa qualidade na terra, reforma agrária popular, alimentação saudável.

Dando continuidade a investigação, entre os meses de julho a outubro de 2016, visitamos as famílias, estabelecendo um diálogo com a finalidade de definir melhor a preocupação temática, ou seja, o problema que os camponeses se deparam na sua lida diária, no trabalho e em outras relações da vida cotidiana.

Em todos os lotes visitados, que possuem uma variação entre 17 e 20 hectares, podemos constatar que as casas estavam estruturadas, oferecendo um mínimo de conforto para os camponeses, possuindo luz e água encanada, bem como eletrodomésticos como: televisão, rádio, aparelho de som, celulares, fogão a gás e à lenha, refrigerador, computador, liquidificador e máquina de lavar roupa.

Importante registrar que as melhorias, o aumento dos espaços para atender as necessidades das famílias foram feitas com recursos próprios.

Além das casas, 32 lotes dos 82 visitados possuem outras estruturas como galpões e ordenhadeiras; 22 deles possuem cercados para cuidado do gado. A ordenha acontece diariamente, sendo que o leite é resfriado e levado a cada dois dias pela Cooperativa Terra Nova.

A pesquisa revelou que os embriões dos coletivos de trabalho, que tiveram seu nascedouro na primeira fase da organização produtiva do assentamento, deram lugar aos grupos de trabalho. Mesmo havendo ajuda mútua, cada um no seu lote. O grupo coletivo exige uma organização interna maior e um grau de consciência mais elevado, culminando com a auto-gestão da unidade produtiva.

Assim a Cooperativa Terra Nova precisa avançar no sentido de estimular o trabalho cooperado no assentamento. Tendo em vista que o trabalho coletivo possibilita, com a distribuição simultânea das diferentes tarefas, executar o trabalho em um tempo menor e obter o resultado desejado do produto.

### **3.1.2 Justificativa da tese**

Iniciamos este item indicando a necessidade somada à possibilidade de continuidade da problematização crítica do mundo que, historicamente, homens e mulheres vêm construindo. Um mundo marcado por uma crise estrutural-sistêmica do capitalismo, segundo Mézáros (2009), carecendo de novos conhecimentos que possibilitem a oferta de alternativas ao modelo que aumenta a pauperização mundial, visto que a produção de bens materiais é controlada por meia dúzia de grandes monopólios, pois os pequenos capitais são derrotados e acabam sucumbindo.

Sustentadas pela globalização, as grandes empresas monopolistas, dominam o mercado, desde o seu Estado de origem, estendem seus impérios para outros países. Atuam como transnacionais do ramo industrial, somando o sistema bancário que age como complemento através das linhas de crédito.

Importante considerar, nesse rearranjo, que os bancos passaram a utilizar capitais não ativos como base de empréstimos para os capitalistas a fim de que possam enfrentar o mercado cada vez mais competitivo. Dessa forma, daquelas que

demonstram mais rentabilidade os bancos se tornaram sócios. Ocorre, assim, a junção entre monopólios bancários com monopólios industriais.

Apontamos essas questões para indicar que também a produção agropecuária fica vulnerável e, por determinação das transnacionais agro-químico-alimentares, deve servir ao mercado. Dessa forma, as grandes corporações mantêm sob seu controle a produção de alimentos e as relações de troca. Somando a essas questões registramos que poucas empresas decidem o tipo de alimentos e os hábitos alimentares da população. Assim, aumenta a fileira dos famintos e os índices de desnutridos, pois ocorre a destruição da estrutura de produção familiar e camponesa. Além dessas questões, entendemos ser preciso problematizar as metas da Declaração do Milênio, visto concordarmos com a avaliação de que elas são reducionistas ao afirmar que:

III – O DESENVOLVIMENTO E A ERRADICAÇÃO DA POBREZA 11. Não pouparemos esforços para libertar os nossos semelhantes, homens, mulheres e crianças, das condições abjetas e desumanas da pobreza extrema, à qual estão submetidos atualmente mais de 1000 milhões de seres humanos. Estamos empenhados em fazer do direito ao desenvolvimento uma realidade 3 Ver CD/1478 4 Protocolo alterado sobre proibições ou restrições ao uso de minas, armadilhas e outros engenhos, documento: CCW/CONF. I/16 (Part I), annex B. 7 para todos e em libertar toda a humanidade da carência<sup>9</sup>.

Ainda, no mesmo relatório, é apontado como grande feito a redução, até 2015, em 50% daqueles que sobrevivem com até um dólar diário.

19. Decidimos ainda: Reduzir para metade, até ao ano 2015, a percentagem de habitantes do planeta com rendimentos inferiores a um dólar por dia e das pessoas que passam fome; de igual modo, reduzir para metade a percentagem de pessoas que não têm acesso à água potável ou carecem de meios para o obter (Declaração do Milênio das Nações Unidas, 2000).

Nesse mesmo sentido as políticas compensatórias dos últimos governos (Lula-Dilma) são importantes, mas, se desvinculadas de mudanças estruturais necessárias, não contribuem para romper com o funcionamento da lógica do capital. O mais grave nesse processo é que as políticas públicas que garantem o

---

<sup>9</sup>Disponível em <https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>. Acessado em: 10/01/2016. A Declaração do Milênio das Nações Unidas é um documento histórico para o novo século. Aprovada na Cimeira do Milênio – realizada de 6 a 8 de Setembro de 2000, em Nova Iorque –, reflete as preocupações de 147 Chefes de Estado e de Governo e de 191 países, que participaram na maior reunião de sempre de dirigentes mundiais. Prazo de cumprimento das metas-2015. Agenda 2030 | ONU Brasil. IN: <https://nacoesunidas.org> Acessado 1º/05/2017.

abastecimento alimentar, sob responsabilidade dos governos, estão subordinadas às forças políticas determinadas pela macroeconomia mundial, com a aquiescência dos organismos multilaterais de defesa dos mercados oligopolistas, como define Stédile :

Assim, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), criada na década de 1990, e o Banco Mundial sempre defenderam, em primeiro lugar, os interesses das empresas, encoberto pelo manto da liberdade de circulação do capital e das mercadorias. E no máximo, com o agravamento do problema do abastecimento alimentar, aceitam políticas governamentais compensatórias, que não afetam o interesse do mercado, para que a fome e a destruição não se transformem em tragédias sociais ou conflitos políticos internacionais (STÉDILE, 2012, p. 716).

Para agravar tal situação, a ONU criou a FAO, um organismo com responsabilidade específica em propor políticas e mudanças estruturais para os governos. Atualmente ela se burocratizou de tal forma que se detêm em pesquisa e registro de dados sobre a fome e a desnutrição no mundo, tornando-se incapaz de combater as causas e fazer enfrentamentos necessários à especulação dos preços dos alimentos como aquele imposto pela bolsa de matérias primas agrícolas de Chicago.

Nesse tempo histórico, marcado pela mundialização do capital, precisamos pensar a Reforma Agrária e a Soberania Alimentar<sup>10</sup> como uma das alternativas de produção de alimentos, combate à fome e à pobreza.

Os gráficos abaixo demonstram o quanto são verdadeiras as afirmações indicadas acima, pois as políticas estruturais de base como a Reforma Agrária e a destinação de área para a política de assentamento decresceu no governo da Presidenta Dilma Rousseff.

---

<sup>10</sup>Soberania Alimentar é o conjunto de políticas públicas e sociais que devem ser adotada por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de garantir a produção de alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local. Esse conceito revela uma política mais ampla do que a Segurança Alimentar que é uma política pública que parte do princípio de que todas as pessoas tem direito a alimentação. Para dar conta desta política, os governos lançam mão de diferentes recursos: distribuição de alimentos, cestas básicas, vales refeições, instalações de refeitórios populares subsidiados, programas de renda mínima e de cartões para receber ajuda mensal em dinheiro, como no Brasil como o bolsa família (STEDILE e CARVALHO, 2012, p.715).

## Famílias assentadas, de Lula a Dilma

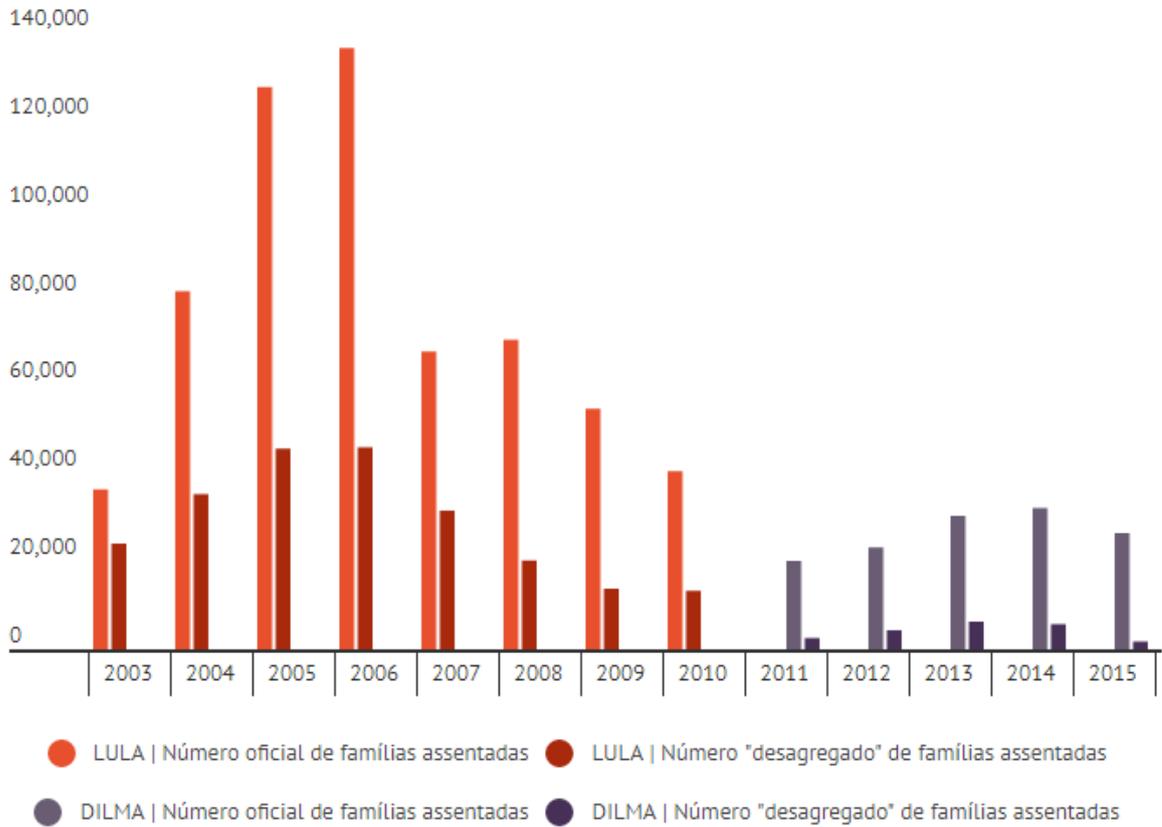
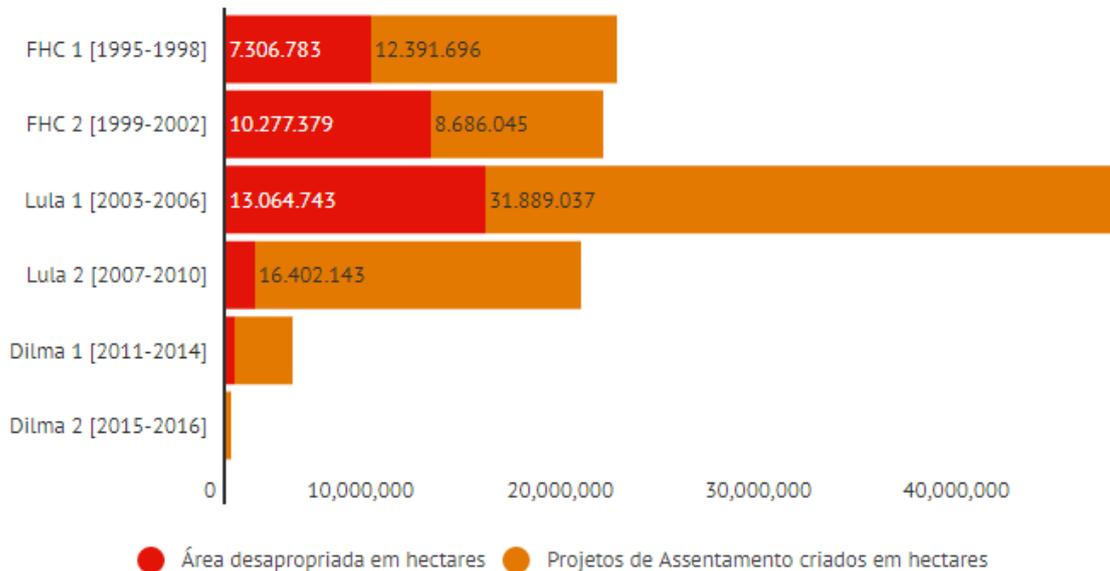


Figura 3 – Gráfico do número de famílias assentadas pela Reforma Agrária, 2003-2015

Fonte: Elaborado pelo **Instituto Socioambiental** a partir de dados do INCRA organizados pelo **Prof. Dr. Arioaldo Umbelino de Oliveira**, do Departamento de Geografia da FFLCH/USP (2017).

## Reforma agrária, por governo



Elaborado pelo Instituto Socioambiental a partir de dados do INCRA sobre decretos de desapropriação, de abril de 2016, e sobre a área incorporada a Projetos de Assentamento, de dezembro de 2015.

Figura 4 – Gráfico da área incorporada – total de hectares destinados a Reforma Agrária.  
 Nota: Área desapropriada Lula2 [2007-2010]: 1.486; Área Desapropriada Dilma 1 [2011-2014]: 398.739; Projetos de Assentamentos criados Dilma1 [2011-2014]: 2.956.208; Projetos de Assentamentos criados Dilma 2 [2015-2016]: 206.542.

Fonte: Instituto Socioambiental (2017)

Podemos afirmar, com base nos registros da Agenda elaborada em 2015, que não foram atingidas as metas aprovadas na Declaração das Nações Unidas aprovadas em 2000, com prazo de cumprimento previsto para 2015.

Desta maneira novamente entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015 novamente chefes de estados e altos representantes se reuniram na sede das Nações Unidas em Nova York, quando da comemoração dos 70 anos da Organização, onde deliberaram sobre 17 novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Global e 169 metas. Os objetivos e as metas foram elaborados com base nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e devem concluir o que não foi atingido por eles.

O compromisso assumido foi grande levando em conta que analisando os dados indicados no próprio relatório a desigualdade de renda aumentou em 11% entre 1990 e 2010 nos países definidos como em desenvolvimento. Agravando mais

a situação, os dados apontam quemais de 75% das famílias estão vivendo em sociedades nas quais a renda é a pior do que a década de 1990 e que as crianças nascidas em famílias que fazem parte da camada dos 20% mais pobres têm a probabilidade de morrer antes de cinco anos de idade.

Os dirigentes, presentes em Nova York, comprometem-se a cumprir os objetivos e metas até 2030, conforme citação de parte da AGENDA que afirma:

2. Em nome dos povos que servimos, nós adotamos uma decisão histórica sobre um conjunto de Objetivos e metas universais e transformadoras que é abrangente, de longo alcance e centrado nas pessoas. Comprometemo-nos a trabalhar incansavelmente para a plena implementação desta Agenda em 2030. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Estamos empenhados em alcançar o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões – econômica, social e ambiental – de forma equilibrada e integrada. Também vamos dar continuidade às conquistas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e buscar atingir suas metas inacabadas (AGENDA 2030 - ONU).

Estabelecem prazo para erradicar a fome e combater as desigualdades:

3. Nós resolvemos, entre agora e 2030, acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares; combater as desigualdades dentro e entre os países; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; proteger os direitos humanos e promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas; e assegurar a proteção duradoura do planeta e seus recursos naturais. Resolvemos também criar condições para um crescimento sustentável, inclusivo e economicamente sustentado, prosperidade compartilhada e trabalho decente para todos, tendo em conta os diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades nacionais (AGENDA 2030 - ONU).

Diante desses compromissos tão sérios assumidos pelos chefes de estado, resgatamos alguns dados para demonstrar a gravidade da realidade. Assim sendo, podemos analisar os Objetivos de desenvolvimento sustentável: Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares e que possui como meta 1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, exige romper com a lógica do capital, sendo que hoje a referência para ser identificado como estado de indigência é sobreviver com menos que um US\$ 1,25 por dia, o que equivale em reais hoje (dia 13 de setembro de 2017) pela conversão, o valor de: R\$ 3,91. Segundo o último levantamento do Banco Mundial, feito em 2008, 22% da população mundial vive na miséria, sendo que em 2005 eram 25%. Outro registro significativo é de que mais de dois bilhões e 470 milhões de pessoas

no planeta vivem com menos de US\$ 2 por dia, número que representa 43% da população mundial (AGENDA 2030 - ONU).

Dar conta dessa realidade exige decisão política, pois será necessário enfrentar a classe que detem o poder econômico, visto que a Agenda no Objetivo 2 se compromete: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável e como desdobramento deste objetivo geral, no objetivo 2.3 a Agenda traduz o seguinte acordo:

Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola, somando na meta 2c propõe: Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos (AGENDA 2030 - ONU).

No Brasil, a especulação nos preços das commodities agrícolas aumentou o lucro dos fazendeiros, elevando o preço das terras. Cresceu o império do agronegócio que se apresenta como a única forma de produção de alimentos. O desafio é adotar a agroecologia como uma alternativa de matriz de produção de alimentos sem agrotóxicos, garantindo alimentos que promovem a saúde da população camponesa e urbana. Logo isso exigirá a Reforma Agrária Popular com desapropriação de terras, incluindo as empresas estrangeiras, bem como a instalação de agroindústrias através da organização de cooperativas, criando novos empregos para os jovens camponeses e distribuindo renda.

Para combater a fome e a desnutrição, é preciso prioridade em investimentos em produtos alimentícios de primeira necessidade e investir na produção local, respeitando a rotação das culturas e os povos autóctones e de maneira determinada: realizando Reforma Agrária Popular. Construindo um processo de emancipação do campesinato para além do que está previsto no II PNRA que foi apresentado em 2003 em Brasília, durante a Conferência da Terra e na AGENDA 2030 – ONU Brasil.

Assim, a resistência dos camponeses ao capitalismo civilizatório, globalizado pela barbárie, carece de uma articulação de mais fôlego. No Assentamento Renascer, é preciso reforçar a luta defensiva, visto que a produção capitalista é

necessariamente destrutiva. Construir conhecimento coletivo com base na realidade concreta é uma exigência que não pode ser mais adiada.

Os processos sociais e os processos educacionais necessitam estar intimamente ligados. Dessa maneira, acreditamos ser preciso fortalecer os grupos de pesquisa problematizando sua visão de mundo estabelecida através do meio social natural, acreditamos ser imprescindível investir nas crianças e nos jovens, no seu potencial rebelde que pode conduzir à concretização do novo, da transformação para uma nova sociedade. O desafio está posto para pais e equipe docente da escola Oziel Alves. Nesse sentido, para embasar a ação, destacamos a afirmação de Freire:

Eu acho que os adultos, pais e professores, deveriam compreender melhor que a rebeldia, afinal, faz parte do processo da autonomia, quer dizer, não é possível ser sem rebeldia. O grande problema está em como amorosamente dar sentido produtivo, dar sentido criador ao ato rebelde e de não acabar com a rebeldia. Tem professores que acham que a única saída para a rebelião, para a rebeldia é a punição, é a castração (FREIRE, 2001, p. os 250).

Se os pais e os professores não construírem, junto com os estudantes, as estratégias rebeldes contra o avanço e o fortalecimento de um governo ilegítimo, sustentado pelas forças conservadoras. Seremos testemunhas de um futuro marcado pela perda de direitos, consolidação das reformas neoliberais com vistas a aumentar a taxa de lucro e a exploração dos trabalhadores.

Da mesma maneira, recorreremos a Fals Borda (1968, p. 152) que traz referências da juventude rebelde que impulsiona a luta.

Como documentos típicos de las actitudes de esta generación entre el cuerpo estudiantil, que la hace rebelde y al mismo tiempo la impulsa a luchar por una sociedad más justa, pueden verse los documentos suscritos en diversas oportunidades por los antiguos dirigentes estudiantiles universitarios: Jaime Arenas, Julio César Cortés, Armando Correa y otros. La Europa occidental, y cuyo mensaje y ejemplo se harían más vibrantes cada día: el Padre Camilo Torres Restrepo, creador del Frente Unido. A través de un aparato político que él denominó "pluralista", el Padre Torres logró articular una nueva utopía para el país. Esta utopía tenía ingredientes especiales, como aquellos derivados de convicciones religiosas y del examen de la realidad de las revoluciones latinoamericanas contemporáneas. Especialmente la cubana. Pero en el fondo era una reiteración de ideas socialistas, en respuesta al impulso del cambio secular-instrumental del pueblo y de la época. Así entendida, la utopía pluralista de Camilo Torres ha tenido eco no solo nacional sino internacional. Al trascender la realidad y pasar al plano de la práctica, su planteamiento tiende a modificar profundamente el orden de cosas existentes, produciendo crisis sociales y personales, induciendo al examen crítico de la sociedad e impulsando el cambio subversivo. No disminuye este impacto la

persecución que le han hecho los personeros de las instituciones políticas y religiosas tradicionales, que quieren echar tierra a tales planteamientos, o los contestan a bala. El Padre Torres se convierte así en portavoz de la generación de “la Violencia”, inyectándole vigor a la confrontación ideológica y estimulando la iniciación de una cuarta subversión en Colombia. Por falta de otro término más adecuado, esta nueva subversión puede denominarse, la “neo-socialista” (FALS BORDA, 1968, p. 152).

Fals Borda (1968: 17-18) faz referência à importância para organização do povo do aparato político pluralista, resgata a experiência em março de 1965, na Colômbia.

En la "Plataforma para un movimiento de unidad popular (marzo 17 de 1965), que preparó de manera sencilla para llegar a las masas, el Padre Torres declaró que uno de los objetivos del movimiento del Frente Unido “es la estructuración de un aparato político pluralista, no un nuevo partido capaz de tomar el poder” (Torres, 1966, pp. 24-25). Lo detalla en el punto octavo de la misma plataforma: “El aparato político que debe organizarse debe ser de carácter pluralista, aprovechando al máximo el apoyo de los nuevos partidos, de los sectores inconformes de los partidos tradicionales, de las organizaciones no políticas y en general de las masas”. El pluralismo de Camilo Torres constituye el elemento esencialmente utópico de su pensamiento, y como tal debe ser estudiado por los efectos que tuvo en los primeros pasos del movimiento del Frente Unido. Para entenderlo, debe colocarse dentro del contexto político y religioso de donde los derivó el autor, de donde también surgen diferencias con planteamientos similares contemporáneos. El objeto de este pluralismo no es protocolizar la tolerancia — el vivir y dejar vivir que ha caracterizado a otras sociedades — y cuyo resultado es reforzar el **statu quo** alrededor del cual giran los diversos grupos, y en el que se acomodan y conviven (FALS BORDA, 1968, p. 17-18).

Fals Borda (1968), ao resgatar a concepção utópica de Camilo Torres e o seu pluralismo, reforça que não é um sistema dentro da ordem, tampouco que siga as regras do jogo. Acima de tudo ele considera uma ferramenta que pode unir grupos diversos e movê-los numa mesma direção. Define como uma estratégia, que busca mudar as regras do jogo, e deseja promover e mudar a ordem social em que se desenvolve. No entanto, a sua meta derradeira é a mudança sócio-econômica profunda, a que somente se chega pela criação, resolução e superação, pela subversão socialista. Formando assim uma sociedade superior. Assim sendo, afirma que essas idéias tiveram repercussão na Colômbia, para unir as esquerdas em organizações como a Frente Unida de Ação Revolucionária (FUAR) e também o Movimento Obrero-Estudantil-Campesino (MOECL) que desenvolveram uma ação política e revolucionária.

O pluralismo utópico de Camilo Torres elabora uma crítica à cultura e à civilização dominantes, possibilitando a descoberta de uma nova ordem que rompe

com uma sociedade fechada permitindo o livre desenvolvimento do homem. A reflexão da próxima citação que problematiza a estrutura educativa em uma sociedade em que o proletariado chega ao poder é explicada por Fals Borda (1968) assim:

No es necesario imaginarnos cómo sería la estructura educativa formal en un país donde la llamada ciencia popular fuera hegemónica. Ya vimos lo ocurrido en dos casos históricos en los cuales se puede aducir que, políticamente, el proletariado advino al poder. Las diferencias con los sistemas formales científicos del pasado fueron mínimas. Sólo resultó necesario mantener el control de la estructura del Estado para que los nuevos esfuerzos educativos y científicos fueran congruentes con los intereses de las clases trabajadoras, y estimular tecnologías intermedias. Aún así, hubo necesidad de reconocer la continuidad del conocimiento y el papel de minorías orgánicas especializadas, para mantener el ritmo de la producción y elevar el nivel de vida de las poblaciones. El hecho de que deba haber minorías para sostener este esfuerzo científico no significa que toda la estructura institucional se conciba casi exclusivamente para formarlas y sobre educarlas, como ocurre ahora. Hemos dicho que los principales retos en este campo provienen del intercambio teórico-práctico directo con las bases regionales explotadas por el capital. Derivan de una ciencia crítica e integrada, modesta y realista. No provienen del diálogo cerrado dentro de una élite de científicos sofisticados con orejeras profesionales, que puedan llegar a determinar el sexo de los ángeles. La potencialidad de la investigación acción radical reside precisamente en el desplazamiento que promueve de los recintos universitarios al terreno concreto de la realidad. Este tipo de investigación rompe los esquemas clásicos de la academia al desconocer las diferencias entre sujeto y objeto de estudio. Lleva a que los letrados desciendan de las torres de marfil y queden sujetos al juicio de idoneidad que imparten las comunidades en que viven y trabajan, y no dependan necesariamente del de los decanos y rectores (FALS BORDA, 1968, p.116-117).

Fals Borda (1968, p.118) resgata a história do papel de minorias orgânicas especializadas em pequenos grupos formados por professores e estudantes, eram organizadas oficinas artesanais ministradas em casas particulares, praças e educandários. Também problematizavam a vida, eram orientados para o ensino e a investigação sobre os problemas cotidianos da comunidade. O autor relata que:

Se sentía urgencia práctica del saber, y esta vivencia se compartía a nivel de base en formas simples, toleradas al menos por una buena parte del sistema social y político de entonces. Pero había personas más sabias y enteradas, de genio y chispa, que fueron guiando ese desarrollo, con su propia versión de la vivencia y del compromiso social. ¿Valdrá la pena pensar en nuevos tipos de talleres populares contemporáneos, dispersos en ciudades y en el campo, por fábricas y fincas, cada uno con su problemática especial, que formen técnicos y prácticos instrumentales de nivel intermedio, pero orgánicos con las clases trabajadoras? ¿Podremos concebir una universidad en diáspora que se juzgue según sus efectos sociales de conjunto y no por facilidades físicas? ¿Podremos articular, en esta forma y de manera permanente, el conocimiento teórico con la praxis? ¡Cuántas ventajas no tendría un plan educativo de este tipo!

Desaparecerían las falsas divisiones creadas entre las ciencias (los conocidos departamentos profesionales, las academias y las especializaciones) y se fomentaría verdaderas actividades interdisciplinarias. Sabido es que los principales problemas contemporáneos, como los de la pobreza, el hambre, la destrucción ecológica, la explotación del hombre, la violencia institucional y general, exigen niveles complejos de análisis que desbordan las especialidades. Aparecerían entonces nuevos campos de acción científica y técnica vinculados directamente a necesidades comunitarias urgentes, y no para que sigan beneficiando a la burguesía enriquecida que viene arrasándolo todo. Y habría organizaciones, orientaciones y acciones mucho más democráticas, participantes y pluralistas que terminarían con la dictadura de organismos dogmáticos y con estados fascistas que quieren levantar cabeza, especialmente en el hemisferio americano. Se vería así más claro lo que es un verdadero Pueblo con su propia ciencia ejercitada como herramienta vital, para la defensa de su identidad, de sus intereses y de los valores sustanciales que lo animan, una ciencia levantada ya a la altura del saber (FALS BORDA, 1968, p. 118).

Prioritariamente o nosso referencial para o desenvolvimento da pesquisa tem como centralidade a relação histórica dos homens com a natureza e com os outros homens. Buscamos entender a abrangência da relação conhecimento e prática humana, ou seja, compreender a dimensão dialética<sup>11</sup> que se estabelece na relação dos sujeitos com a realidade concreta e como desdobramento da construção social do conhecimento. Nesse sentido, recorreremos a Freire que afirma:

Para mim, a realidade concreta é mais que fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos esses dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida. Assim, a realidade concreta se dá a mim na relação dialética entre objetividade e subjetividade (FREIRE apud BRANDÃO, 2001, p. 35).

A construção coletiva de conhecimentos socialmente justos e necessários ocorre por ciclos em mudança constante nos quais, dialeticamente, pensamento e ação se sobrepõem. A validação deve ser permanente. Nesse sentido, Fals Borda (1977) afirma que:

---

<sup>11</sup>A Dialética é essencialmente um método de pensamento e conhecimento, tanto quanto a metafísica, maneira de lidar com os assuntos enquanto objeto do pensamento e do conhecimento de forma diversa da metafísica, visto que considera antes as relações, no espaço e no tempo, enquanto processos e é nestas relações que a dialética vai identificar e caracterizar o homem individualmente em função de suas relações biológicas, sócias, da mesma forma que os elementos constitutivos da matéria, ou os fatos sociais, em função do conjunto a que pertencem (Prado, Caio Junior- Dialética do Conhecimento Tomo I, 1969, p. 11-13). Concordamos com Caio Prado ao indicar que a tarefa central da dialética é o da transposição histórica da atual conceituação científica para a sua origem, com a finalidade de apreender e compreender os fatos e experiências que a determinaram. Desta forma poderemos proceder uma reelaboração conceitual livre de impurezas metafísicas, exprimindo os fatos, conceituados tais como foram revelados pela experiência passada dos homens. (Prado, Jr. Caio - Dialética do Conhecimento Tomo II, 1969, p. 789).

En primer lugar, la validez y el juicio evaluativo de tal aprendizaje provienen de la praxis expresada en la acción de las bases, en la opinión colectiva de los cuadros auténticos y en el éxito alcanzado a la Luz de las metas propuestas. Se trata de un proceso de validación permanente, paso a paso e intrínseca la práctica, que toma el lugar de las normales evaluaciones posteriores a los hechos (post facto). En segundo lugar, la validez de los trabajos se juzga desde el ángulo de una determinada ideología, en este caso pluralista, independiente y crítica, promovida por una estructura organizativa más fluida y flexible, más informal y colectiva que la acostumbrada en partidos tradicionales. Saber popular y acción política (FALS BORDA, 1977, p. 32).

É importante salientar que os desafios postos dizem respeito à elaboração de conhecimentos próprios dos assentados com a apropriação justa e necessária do conhecimento científico da realidade, criando as condições de elaborar estratégias de resistência e mudanças. Assim, a concepção pedagógica que embasa os projetos da escola exige a vinculação entre a vida cotidiana com a realidade macro, o conhecimento comum com o conhecimento científico, a prática com a teoria criando as condições para desenvolver a capacidade de teorizar, indo à raiz dos problemas.

## **CAPÍTULO IV**

### **Delineando as categorias teóricas**

O presente capítulo tem como desafio resgatar referências que nos permitam compreender de forma mais clara a questão agrária na atualidade brasileira, na qual a estrutura fundiária, centrada na propriedade e no uso da terra, historicamente vem reforçando as relações capitalistas no campo. As categorias selecionadas servem de ferramentas para uma compreensão mais qualificada da educação e das práticas desenvolvidas pelos camponeses.

#### **4.1 A questão agrária e o conceito de camponês na atualidade**

Diante da complexidade dessa realidade agrária no modo de produção capitalista, buscamos um aporte nos estudos de Marx (2013, p. 572), com vistas a obter uma compreensão mais clara sobre o processo de revolução da grande indústria e suas implicações na propriedade rural, na produção agrícola bem como nas condições de vida dos camponeses, que vão sendo substituídos pelos trabalhadores assalariados.

Nesse sentido, pensamos na atualidade do pensamento de Marx, ao afirmar que:

[...] as necessidades sociais de revolucionamento e os antagonismos do campo são nivelados aos da cidade. O método de produção mais rotineiro e irracional cede lugar à aplicação consciente e tecnológica da ciência. O modo de produção capitalista consome a ruptura do laço familiar original que unia a agricultura a manufatura e envolvia a forma infantilmente rudimentar de ambas (2013, p. 572).

Concomitantemente, o modo de produção capitalista cria os pressupostos de uma nova síntese entre a agricultura e a indústria embasada nas suas contradições, alerta para os comprometimentos com a saúde física dos trabalhadores urbanos bem como a vida espiritual dos camponeses. Diz que:

Com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista, esta, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelo homem sob a forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a condição natural da fertilidade permanente do solo (MARX, 2013, p. 572).

Enquanto lei reguladora, a produção capitalista impõe que o metabolismo seja permanentemente restabelecido de maneira adequada ao desenvolvimento humano. Tanto na agricultura quanto na manufatura as mudanças que ocorrem, através do processo de produção, resultam no trabalho como meio de subjugação, exploração e empobrecimento do trabalhador, verdadeiro martirólogo dos camponeses com a combinação social dos processos de trabalho como opressão organizada de sua vitalidade, liberdade e independência individuais. Tendo como resultado a redução de sua resistência, como bem afirma Marx:

A dispersão dos trabalhadores rurais por áreas cada vez maiores alquebra sua capacidade de resistência, tanto quanto a concentração em grandes centros industriais aumenta a dos trabalhadores urbanos. Assim como na indústria urbana, na agricultura moderna o incremento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho são obtidos por meio da devastação e do esgotamento da própria força de trabalho. E todo o progresso na da agricultura capitalista é um processo na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada processo alcançado para aumento da fertilidade do solo, pois cada progresso alcançado, no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras desta fertilidade (MARX, 2013, p. 573).

Marx (2013) conclui afirmando que é acelerado o processo de destruição quando um país tem como centralidade do seu desenvolvimento a grande indústria. Logo, a produção capitalista desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social e aniquila a terra e os trabalhadores.

Para compreender a realidade hoje, faremos uma leitura do processo histórico do campesinato segundo alguns autores. Consideramos importante a análise de Alexander Chayanov (1974), que entende as organizações: camponesa e familiar como unidades produtivas não capitalistas, já que visam atender, prioritariamente,

às necessidades de subsistência e expectativas das próprias famílias. Suas relações não estão pautadas por salário, o que dispensa capital financeiro. A rotação das culturas e a exigência do trabalho estão baseadas na necessidade da própria família e não possuem como parâmetro renda da terra, lucro ou salário. Chayanov enxergava nas famílias camponesas da Rússia a resistência contra o modo de produção capitalista. Pensava o autor que como desdobramento dessa realidade ocorreria a transição do feudalismo para o comunismo.

Nesse cenário, porém com outro enfoque, os teóricos marxianos Kautsky e Lênin, colocam a questão agrária enquanto síntese dos elementos teóricos. Segundo os autores as leis que regem o capitalismo incorporam a produção camponesa e familiar.

Kautsky (1980, p. 27-28) afirma que tanto a agricultura quanto a indústria possuem regras próprias de desenvolvimento. No entanto, não significa que sejam excludentes; ambas tendem para o mesmo fim: o desenvolvimento da sociedade capitalista. Embora apontasse para os aspectos econômicos do desenvolvimento do capitalismo no campo, ele indicava elementos para sustentar a superioridade da técnica na indústria tendo como causa a divisão do trabalho e maiores lucros. Essa realidade atrairia os proletários rurais, que aí buscariam empregos, tal concorrência capitalista aniquilaria o mundo camponês. Ao analisar as particularidades das leis gerais do desenvolvimento do sistema capitalista, bem como as leis próprias da agricultura, o autor aponta a possibilidade de surgimento de um capitalismo diferenciado.

Lênin define o mercado como uma categoria da economia mercantil, que no processo de seu desenvolvimento, se transforma em economia capitalista e possui como base a divisão social do trabalho. Nesse processo, ocorre uma separação entre a indústria de transformação e a indústria extrativa que se subdividem em pequenas categorias e subcategorias, que por sua vez fabricam produtos particulares na forma de mercadorias. Com o desenvolvimento da economia mercantil, ocorre um desdobramento de diferentes ramos industriais, agregando a fabricação de cada produto e seus componentes, bem como sua preparação para o consumo, num ramo industrial específico.

Lênin estabelece claramente a diferença entre a economia natural que comporta unidades econômicas homogêneas: famílias camponesas; comunidades rurais primitivas; espaços feudais, onde cada uma das unidades realizava todos os

tipos de trabalho, desde a coleta de matéria prima até a sua preparação para ser consumida. E, de outro lado, destaca que com a organização da economia mercantil com base em unidades econômicas heterogêneas, ocorre um aumento do número de ramos especiais e uma redução de unidades com a mesma tarefa econômica. Desta maneira enfatiza que:

É esse progressivo desenvolvimento da divisão social do trabalho que constitui o elemento fundamental no processo de formação de um mercado interno para o capitalismo. Segundo Marx, na produção mercantil e em sua forma absoluta – a produção capitalista – os produtos são mercadorias, valores-de-uso com valor-de-troca realizável e conversível em dinheiro somente na medida em que outros produtos se lhes oponham como mercadorias e como valores, ou seja, na medida em que eles não são produzidos como meios imediatos de subsistência para os próprios produtores, mas sim produzidos como mercadorias- produtos que só se tornam valores-de-uso mediante a sua conversão em valor-de-troca (dinheiro), mediante a sua alienação. O mercado para essas mercadorias se desenvolve graças à divisão do trabalho; a separação dos trabalhos produtivos transforma mutuamente seus produtos em mercadorias, em equivalentes recíprocos, levando-os a servir de mercado uns para os outros (LÊNIN, 1985, p.13-14).

Para entender o processo da questão agrária no Brasil, percorremos um caminho partindo da contribuição histórica dos 3 importantes teóricos russos.

MARXIANOS	TESE	QUESTÃO AGRÁRIA
Lênin	diferenciação social	As leis que regem o capitalismo incorpora a produção camponesa e familiar
Kautsky	diferenciação social	As leis que regem o capitalismo incorpora a produção camponesa e familiar
Alexander Chayanov	diferenciação demográfica	As produções feitas em moldes camponeses e a agricultura familiar não estavam dentro da lógica capitalista,

Figura 5 – Quadro síntese da contribuição dos pensadores russos

Considero fundamental registrar as formulações teóricas de Chayanov que construiu a tese da “diferenciação demográfica” em oposição à “diferenciação social” que Lênin apregoava para o caso da Rússia. Lênin via o desaparecimento, que

poderia ser com a proletarização, dos camponeses, ao contrário de Chayanov afirmava a continuidade e o aumento dos estabelecimentos de economia familiar

O quadro elaborado acima sobre a questão agrária indica as divergências teóricas travadas por autores clássicos como Kautsky, Lenin e Alexander Chayanov. . O Chayanov parte de uma análise diferente daquela que pensavam os outros dois pensadores russos. Para ele, as produções camponesas e a agricultura familiar não estavam dentro da lógica capitalista, assim estariam preservadas das relações produtivas que são determinadas pelo capital e não seguiam as leis gerais da acumulação capitalista. Acreditava que haveria uma transição direta do feudalismo ao comunismo.

## **4.2 Vertentes históricas da questão agrária no Brasil**

O desenvolvimento agropecuário no Brasil por mais de quatro séculos pode ser caracterizado por um grande comércio das culturas de exportação, mas também se identifica pela baixa produção de gêneros alimentícios, exploração e destruição da natureza, escravização da mão de obra, acesso precário a terra. Estamos falando de um país com a maior área agrícola do mundo, com ricos mananciais, mas que contraditoriamente registra um excedente de mão de obra e falta de alimentos. Tendo em vista que a monocultura ganhou centralidade com grande aporte de recursos.

### **4.2.1 O pensamento do PCB-1960**

Entre os anos 1950 e 1960, sob forte influência das Teses da Terceira Internacional Comunista, constatamos um entendimento de que a agricultura se mantém como um impedimento para o desenvolvimento econômico, visto que é incapaz de se desenvolver tecnicamente e garantir o crescimento da produção. Reconhecidas como: teses feudais estas idéias sustentam que os trabalhadores rurais não possuem acesso a terra, logo se encontram a parte do processo social e técnico, ficando apartados do mercado. Vão se configurando como aqueles que atrapalham o desenvolvimento econômico como um todo, pois se ao contrário lhes fosse garantido o acesso a terra produziram renda que lhes abriria as portas do

mercado nacional, e, desta forma, estariam participando do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. É necessário completar as conclusões apontadas neste período com as afirmações colocadas por Ricardo Abramovay ao afirmar que:

O que eles queriam assinalar com este termo (feudalismo) eram basicamente duas coisas. Primeiro, a ligação entre o homem e a terra que muitos sociólogos, depois de usar o termo “feudalismo”, chamaram de imobilização do trabalho: são vínculos personalizados, muitas vezes clientelísticos que ligam o trabalhador a uma fazenda através do barracão, do cambão, do colonato, da morada nas usinas de cana-de-açúcar etc. Além disso, o termo feudal significava também esta falta de integração ao mercado capitalista de consumo, de crédito, de produtos etc. Nesse sentido, por mais que o termo “feudalismo” fosse inadequado, esses autores (juntamente com a Comissão Econômica para a América Latina, a famosa Cepal) refletiam algo que realmente correspondia ao momento em que viviam. (ABRAMOVAY, 2013, p.113-114).

As ideias sustentadas pelos defensores da tese feudal se opõem ao que propõe Lenin em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* de que o desenvolvimento do mercado interno não está ligado ao reforço do campesinato. Podemos afirmar que a esquerda existente até meados de 1962 girava em torno do PCB. A tese mais polêmica, defendida por seus teóricos, sustenta que para construir o socialismo se faz necessário trabalhar a contradição existente entre a dita burguesia brasileira e o imperialismo. As forças progressistas democráticas populares deveriam estabelecer aliança com essa burguesia nacional e através de tal aliança construir dois caminhos: a revolução ou fazer as reformas necessárias, garantindo a reforma agrária. Defendiam que tanto a burguesia nacional quanto a burguesia industrial se interessavam em realizar reforma agrária para acabar com os “resquícios do feudalismo” (teses defendida pelos teóricos do PCB: Mário Vinhas e Alberto Passos Guimarães).

#### **4.2.2 Contribuições de Caio Prado Junior**

Caio Prado Junior afirma que foi um equívoco a leitura elaborada sobre o período anterior ao golpe civil e militar de 64. O autor reconhece o período como pré-revolucionário, no entanto entende que a esquerda fazia uma análise equivocada ao defender que se experimentava um grande avanço no processo revolucionário. A postura da esquerda abriu o flanco para que as forças conservadoras encontrassem a justificativa de que precisavam para que diante do que chamavam desordem administrativa e inércia do governo, preparassem o golpe.

Apostaram no sentimento popular de que deveriam cumprir a função de salvar o país do caos que se aproximava. A população respondeu demonstrando apoio e/ou passividade diante do golpe-civil-militar de 1964. Caio Prado sustentou que a atuação no processo revolucionário que antecedeu o golpe foi de reduzidas cúpulas esquerdistas. Para o autor, o governo de João Goulart se caracterizou como “ [...] dispositivo partidário vazio de qualquer conteúdo ideológico, e que essencialmente não disputava senão as vantagens da posse e do usufruto do poder para sua facção” (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 29).

Caio Prado Junior apresentou uma tese que sustenta que as relações de produção sociais e capitalistas já existiam no campo. Logo, uma Reforma Agrária exigiria uma peculiaridade anticapitalista, sendo que a burguesia nacional, em sua análise, já estava aliada ao capital internacional. Dessa forma, uma revolução no Brasil somente se concretizaria com outro tipo de aliança, nesse sentido o autor difere do que indicavam as forças de esquerda, incluindo o próprio PCB. Caio Prado afirma que no Brasil, nunca houve feudalismo, que o capitalismo estava em franco desenvolvimento no campo, sustenta que as relações sociais de produção não impediam o desenvolvimento do capitalismo com peculiaridades próprias: concentradora e dependente. Essas conclusões históricas apontam estratégias diferentes para a função da reforma agrária, Tanto no que diz respeito ao arco de alianças como também às transformações sócio-econômicas no campo.

Caio Prado, em 1962, não mede esforços de buscar em algumas perspectivas concretas soluções para os problemas propostos pela questão agrária no Brasil. Ele reconhece que o país avançou na consciência da necessidade da Reforma Agrária. Caio Prado defendia que a massa trabalhadora do campo seria o agente social com condições de dar seguimento ao processo revolucionário brasileiro, mas com o apoio do proletariado urbano que contribuiria com sua capacidade de compreensão política e nível cultural.

#### **4.2.3 Vertente representada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), organismo das Nações Unidas para a América Latina**

A tese central apresentada pela CEPAL aponta o caráter da oferta de alimentos, determinado pela demanda urbana e pela industrialização, o que é um problema estrutural e justificaria a necessidade de mudança na estrutura fundiária e

das relações de trabalho no campo. A CEPAL identificava os problemas de produção e da propriedade fundiária como grandes obstáculos para o desenvolvimento da América Latina. Assim, a saída se encontrava no processo de industrialização com possibilidade de romper com o subdesenvolvimento. A questão agrária apresenta grandes dificuldades, pois, se de um lado o desenvolvimento estaria atrelado ao processo de mecanização aumentando a produção de alimentos e liberando mão-de-obra para a indústria, de outro, a cidade não possuía capital e estrutura suficiente para absorver os camponeses expulsos do campo. Logo, a mecanização passou a ser uma tortura gerando desemprego no campo e na cidade.

Diante das dificuldades enfrentadas tanto pelos latifúndios quanto pelos minifúndios, com má utilização da mão-de-obra, bem como do uso inadequado das técnicas de cultivo e não observação das rotações das culturas, a CEPAL indicava como possibilidade de avanço para a produção agrícola a mecanização e o desenvolvimento técnico. Somando a necessidade de mudança na estrutura que poderia ocorrer através da tributação e/ou da Reforma Agrária, rompendo com o que impedia o processo de industrialização. Indicava também a distribuição dos investimentos entre os diferentes setores para consolidar uma estrutura produtiva para atender as reais necessidades da América Latina.

No governo de João Goulart (1961-1964) foi construída uma possibilidade de Reforma Agrária Clássica, embasada na proposta do CEPAL indicada para toda a América Latina. Esse projeto foi organizado pelo ministro do Planejamento Celso Furtado. Quando o projeto de lei foi enviado para aprovação no Congresso, o governo foi destituído em 1º de abril de 1964. Celso Furtado indicava como tarefa inadiável a realização das Reformas de Base, tendo como tarefa revolucionária a elaboração de técnicas que encaminhassem mudanças sociais com padrões de convivência humana em uma sociedade aberta. Propôs maior flexibilidade nas estruturas com modificações constitucionais. Assim, seriam criadas as condições para a reforma agrária, as mudanças na administração do estado, no sistema fiscal, na organização bancária, portanto a ação do Estado estaria vinculada às determinações e objetivos do desenvolvimento econômico e social, com regras claras para o capital estrangeiro.

Dessa maneira, podemos observar que a proposta para solucionar os problemas do campo unia duas intenções: o desenvolvimento econômico independente, nacionalista, somado à abrangência do populismo no campo. A

análise que era feita apontava como problema central a inflação gerada pelo preço dos gêneros alimentícios, sendo a agricultura o ponto de estrangulamento da economia, devido à produção insuficiente de alimentos.

Havia uma preocupação do governo João Goulart de evitar as tensões sociais no campo. O próprio Celso Furtado afirma que as tensões provocaram dificuldades para a elaboração de um projeto comum de reconstrução social. O clima de tensões impediria soluções graduais de caráter reformista.

#### **4.2.4 Vertente socialista – Reforma Agrária Socialista**

Essa vertente sintetiza as experiências que ocorreram em países que viveram processos revolucionários. Para caracterizar melhor esta vertente citamos a contribuição do economista Stedile ao afirmar que:

As reformas agrárias socialistas se baseiam no princípio de que a terra pertence a toda a nação. Portanto, não pode existir propriedade privada da terra, nem compra e venda de terra. E o Estado organiza as diversas formas de uso e propriedade social das terras. As formas sociais de uso e propriedade mais adotadas foram o associativismo de base, em pequenos grupos de famílias, empresas sociais autogestionárias, cooperativas de produção e empresas estatais. Cada país, de acordo com suas condições objetivas e subjetivas, teve a predominância de uma ou outra forma de propriedade social. Nos processos de Reforma Agrária socialista, a produção foi planejada pelo Estado de acordo com as necessidades de toda a sociedade e induzida para ser aplicada pelas diferentes formas de organização da produção e da terra (STEDILE, 2012, p. 662).

A história registra as experiências na Rússia, onde as idéias de Lenin sobre as mudanças necessárias no campo foram incluídas no programa agrário do partido. No Congresso dos Sovietes, na madrugada de 26 de outubro de 1917, Lênin sobe a tribuna para fazer a leitura do Decreto da Terra. Nele a propriedade privada da terra é abolida imediatamente, todos os domínios do latifúndio e todas as terras pertencentes ao czar, aos mosteiros, às igrejas, com o gado e plantações, bem como as benfeitorias, são colocadas a disposição para que os Comitês da Terra, os soviets distritais e os Deputados Camponeses do Distrito se encarregassem de zelar pelas propriedades confiscadas e doravante pertencente a todo povo, até que acontecesse a Assembléia Constituinte.

Caso acontecesse algum dano a estes patrimônios, seria julgado e púnido pelos tribunais revolucionários como crime grave. A responsabilidade para que fosse

observada a ordem na ocasião da transferência das propriedades agrárias, definição das dimensões das parcelas dos lotes, bem como a definição de quais ficariam sujeitas a confiscação e definição inventário de toda a propriedade confiscada e proteção revolucionária austera das explorações de tudo o quanto dizia respeito a produção agrícola.

Ficou estabelecido que serviria de guia para as grandes reformas agrárias até a resolução final da Assembléia Constituinte as instruções camponesas, elaboradas em conformidade com os 242 regulamentos dos camponeses locais. Não seriam confiscadas apenas as terras dos camponeses e dos cossacos, que prestam serviço ao exército.

Lenin reafirmou que a divisão da terra ocorreria somente com a participação do povo, que, por sua vez, decidiria o tamanho dos lotes conforme a localidade e a necessidade das famílias camponesas.

Durante a Revolução Cultural, ocorrida na década de 60, a China buscou, sem êxito, realizar uma Reforma Agrária socialista. Nos anos de 1980 o país voltou às origens, com a Reforma Agrária popular.

A partir de 1975, em Cuba, houve uma tentativa de avançar para uma Reforma Agrária socialista estimulando novas forças coletivas de produção e ampliando o peso das empresas estatais no campo, em especial na produção da cana-de-açúcar. Porém, depois da crise de 1989, voltou aos processos anteriores à Reforma Agrária popular.

#### **4.2.5 Contribuições para o debate sobre :Reforma Agrária no Brasil**

No Brasil, embasados nas experiências concretas de Reforma Agrária, que fornecem elementos para definir o processo, podemos constatar que nunca tivemos uma experiência de Reforma Agrária. Ao longo da história o registro de desapropriação de algumas fazendas também almejava favorecer os latifundiários falidos. A concentração de terras sempre crescente, os dados do IBGE de 2010 comprovam que a concentração de terras é maior do que 1920.

Não podemos deixar de registrar que existem inúmeras e falsas polêmicas sobre a questão da Reforma Agrária nos diferentes espaços em que tema exige uma definição que oriente as ações dos governos, as pesquisas nas universidades bem

como os movimentos sociais do campo. Queremos denunciar, como afirma Stedille que:

Primeiro, a expressão Reforma Agrária continua sendo utilizada no Brasil apenas como sinônimo de desapropriação de alguma fazenda e da política de assentamentos rurais. A segunda polêmica é sobre haver ou não necessidade de uma verdadeira Reforma Agrária. As forças conservadoras presentes no governo, na imprensa e na academia defendem a ideia de que o Brasil já resolveu seu “problema agrário”; portanto, não há necessidade de uma Reforma Agrária do tipo clássico. Do ponto de vista do capitalismo, agora em sua fase de dominação pelo capital financeiro e pelas empresas transnacionais, de fato, não há necessidade de democratização da propriedade da terra como fator indutor do desenvolvimento do mercado interno e das forças produtivas no campo, como é o caso na fase do capitalismo industrial (STEDILE, 2012, p. 663-664).

Podemos dizer que a Reforma Agrária Clássica, presente no projeto do Celso Furtado em 1960, é defendida por forças populares que entendem como necessário distribuir as terras improdutivas. Assim, sem mecher com o capital e o agronegócio a proposta seria desapropriar as terras e distribuí-las aos camponeses sem-terra, criando as condições de novos empregos, desenvolvendo o mercado interno, bem como resolvendo o problema social dos trabalhadores sem-terra. Essa Reforma Agrária não é executada por falta de vontade política da burguesia industrial brasileira que não quer eliminar o latifúndio da realidade agrária brasileira. Isto se sustenta porque o capitalismo brasileiro mesclou nas empresas as diversas formas de capital comercial, industrial e financeiro, capitais que são também grandes proprietários de fazendas e controlam amplos setores da produção e do comércio agrícolas.

Esse debate sobre a Reforma Agrária não nasce agora. Ele é fruto de diferentes períodos da nossa história. Nos anos cinquenta esteve vinculado ao caminho que iria tomar a industrialização no país. Era preciso evitar que a agricultura impedisse a industrialização com o não aumento da produtividade dos trabalhadores no campo. Uma dupla preocupação: de um lado o setor agrícola não produziria alimentos e matéria-prima para suprir a necessidade da industrialização, bem como os níveis de poder aquisitivo da população não mudaria e assim não se abriria um mercado para consumir os produtos industrializados; de outro, o aumento da fronteira agrícola, a urbanização e industrialização da agricultura como fatores que garantiram a oferta e o mercado consumidor que a industrialização exigia.

Nesse mesmo período, a Reforma Agrária surge como solução para a crise agrária e crise agrícola. Com a Reforma Agrária buscava-se mudar a estrutura de

posse e o uso da terra, criando as condições de um avanço das forças produtivas. Com a entrega dos latifúndios para os camponeses, se expulsaria os ditos “restos simifeudais”, criando as condições para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção na agricultura brasileira. Essa Reforma Agrária não ocorreu de fato e os dados indicam um crescimento da concentração de terras. Podemos afirmar que a Reforma Agrária ganha roupagens novas com fios de ouro quando é indicada como saída para as crises da economia capitalista. Nos dias de hoje, a reforma agrária vem como solução para os problemas agrários do país e não como solução para as questões agrícolas.

O desenvolvimento capitalista no Brasil confirma a regra mundial: concentração de riquezas e crescimento da miséria. Assim, a esperança de que as alianças dos trabalhadores do campo e da cidade com a burguesia nacional possibilitaria um fortalecimento de uma frente contra os inimigos que seriam de um lado o latifúndio e de outro o imperialismo, fez água. O latifúndio não é somente os velhos coronéis, mas também os bancos e as grandes multinacionais.

Vários movimentos sociais do campo organizados na Via Campesina como: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC Brasil), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento das Comunidades Quilombolas e o Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil, vem debatendo e aprofundando o estudo sobre a Reforma Agrária Popular.

Essa Reforma Agrária Popular está fundamentada em experiências históricas construídas em outros países. No entanto ela respeita as especificidades da realidade brasileira. Pesquisas que sustentam essa reforma apontam a exigência de um processo de desapropriação das maiores propriedades, estabelecendo-se inclusive um limite máximo da propriedade rural no Brasil. Os movimentos defendem a proposta de um limite máximo de até 35 módulos. O módulo pode mudar de uma região para outra, mas o limite nacional ficaria em 1.500 hectares.

A distribuição inclui todas as quatro milhões de famílias de camponeses sem-terra ou com pouca terra que sobrevivem precariamente no meio rural brasileiro. Somando a distribuição de terras com a instalação de agroindústrias cooperativas em todas as comunidades rurais, criam as possibilidades do desenvolvimento das forças produtivas, dessa forma para que os camponeses possam contar com a renda do valor agregado às matérias-primas agrícolas pelo processo de

industrialização. Este processo exige a apropriação de novas técnicas agrícolas, baseadas na agroecologia, que consigam aumentar a produtividade das áreas e do trabalho em equilíbrio com a natureza e sem uso de venenos agrícolas.

Essa nova forma de relação com a terra indica a necessidade da democratização da educação básica e do ensino superior a todos os jovens camponeses. A oferta de turmas de alfabetização e EJA para garantir a erradicação completa do analfabetismo e a continuidade dos estudos para os trabalhadores adultos. Também deve prever o acesso às máquinas e ferramentas, aumentando a produtividade e a diminuição do trabalho físico. Inclui também o respeito à diversidade cultural e exige a consolidação de espaços para essas manifestações.

Para que de fato se criem as condições para consolidar uma RAP, precisamos publicizar este debate, logo não podemos deixar de citar a análise feita sobre a concentração de terras nas mãos de grandes grupos econômicos:

Uma reforma agrária hoje, diante dessa realidade, necessariamente teria que atingir em primeiro lugar a descentralização da propriedade. É um absurdo que esses 46 grupos econômicos detenham sozinhos mais de 20 milhões de ha; ou seja, só desapropriando essas 46 empresas, já daria para assentar em torno de 1,5 milhão de famílias de sem-terra e beneficiar em torno de 6 milhões de pessoas. São 46 pessoas contra 6 milhões de pessoas. A segunda característica da reforma agrária hoje é que necessariamente ela vai ter que organizar a propriedade coletiva dos meios de produção, porque a agricultura já está organizada de uma maneira capitalista. Hoje não adianta mais ter só terra. É preciso ter a propriedade dos tratores, dos armazéns, dos trens que conduzem a produção. Não adianta mais o cara pegar só um pedacinho de terra e dizer: “tá feita a reforma agrária”. Necessariamente com esse desenvolvimento que o capitalismo teve no campo, uma reforma agrária tem que abranger a propriedade coletiva de todos os meios de produção que afetem a agricultura. E por isso ela adquire um caráter anticapitalista. Não é só a propriedade da terra que está em questão, mas está em questão a propriedade de vários meios de produção. A outra característica da reforma agrária é que ela necessariamente precisa devolver a cidadania aos trabalhadores, os direitos mínimos que qualquer cidadão deveria ter, e isso nós não vamos conseguir no capitalismo. Direito à educação, à saúde, a votar sem o cabresto do patrão. Dos assalariados rurais no campo, 80% não têm carteira assinada. Lá ainda não chegou a Carteira Profissional. Não chegou a aposentadoria, que é de apenas meio salário mínimo (STEDILE, 2013, p.380).

É preciso ter claro que nada virá por acaso, essa reforma vai ter de repensar as agroindústrias do setor do consumo como as de produção de insumos, assim:

[...] as agroindústrias que produzem insumos para a agricultura, que basicamente são as fábricas de tratores e as fábricas de adubo, que também estão concentradas nas mãos de meia dúzia de produtores. A Massey & Ferguson vende hoje aqui no Brasil um trator por 45 mil dólares, e

o mesmo trator no Canadá e na Escandinávia está sendo vendido a 12 mil dólares. E o metalúrgico da Massey & Ferguson que trabalha em São Bernardo ganha um oitavo do que ganha o mesmo metalúrgico que trabalha para eles na Escandinávia e no Canadá. Então, não basta simplesmente baixar uma portaria e dizer: “o preço do trator vai ser 12 mil dólares...” aí eles fecham as portas e vão embora, e nós temos que ir lá para abrir e botar para funcionar sob outro controle, sob outra visão. Mas, necessariamente, para se fazer a reforma agrária tem que mexer também nessas fábricas de tratores e de adubos e de outros agrotóxicos, que, em vez de ajudar a agricultura, só dão prejuízo ao meio ambiente e para a qualidade dos produtos. A maioria dos agrotóxicos produzidos pela Bayer são proibidos de fabricar na Alemanha, mas são fabricados aqui no Brasil. Todos os produtos que nós estamos consumindo estão cheios de agrotóxicos, que duram em média 200 anos (STEDILE, 2013, p.381).

Análise desenvolvida pelo autor é fruto do acúmulo das pesquisas e dos debates com camponeses com a clareza de que não será um processo fácil, pois a produção agropecuária está concentrada nas regiões Sul e Sudeste. Dominam a produção algo em torno de 50 grandes agroindústrias entre elas: a Nestlé, a Sadia, a Sanbra, a Samrig, sendo que a maioria delas é multinacional. Uma reforma agrária no Brasil, para funcionar, tem de desapropriar essas empresas, pois se confirma nas rodas de conversa com os assentados que aquilo que mais indigna é de chegar à cidade e pagar por um café, por uma porção de batatas o mesmo valor de um litro e de um saco de batatas entregues após o trabalho coletivo da família no lote.

### **4.3 Cooperação como alternativa**

A força guia da reflexão teórica a partir do espaço micro de uma totalidade, no caso, o próprio assentamento, é fundamental. A complexidade da realidade vai exigindo, numa outra direção, a compreensão de abrangências maiores da sociedade sem perder o enraizamento das pessoas do local, suas especificidades.

Diante da questão inquietante que aponta para um modelo agrário brasileiro, partindo da concentração da terra, da produção, da dependência do crédito (cujos recursos públicos são destinados de forma a priorizar o agronegócio), reforçando a manutenção de um modelo altamente vulnerável de organizar o campo (cuja matriz tecnológica garante a utilização de grandes quantidades de insumos e agrotóxicos). Apesar dessa constatação, o camponês é sujeito na sociedade capitalista, pois produz mercadorias, mas é produto de todas as transformações históricas ocorridas no campo. A produção camponesa se processa pautada pela sobrevivência, recolocando, permanentemente, os processos contrários às relações capitalistas.

O Estado burguês ao consolidar políticas públicas, definir recursos e estabelecer os preços para os produtos agrícolas, possibilita o surgimento de espaços de resistência como as cooperativas, que têm se tornado importante ferramenta de articulação da produção camponesa e da busca de espaços urbanos capazes de permitir a comercialização de forma mais permanente.

Logo, se a cooperativa cria alternativas de resistência possibilita o rompimento com o estado de proletarização de homens e mulheres do campo, se torna urgente e necessário ampliar e consolidar esses espaços e criar junto aos colonos outras alternativas de resistência. No sentido proposto por Antonio Gramsci (1978), ao indicar a função orgânica do intelectual que se apropria do grau de complexidade das relações sociais estabelece um vínculo com as classes populares, para que juntos busquem a elaboração de estratégias de enfrentamento e superação dos problemas. Nesse sentido, pesquisadores e colonos embasados na metodologia da IAPP se fortaleceram para desenvolver todo o processo.

Estamos falando de um lugar concreto real que, como já afirmamos, necessita fortalecer o trabalho coletivo. Sendo que a Cooperativa Terra Nova tem um papel fundamental na busca da organização do trabalho, da auto-gestão, definindo o que necessita ser produzido, os ritmos de trabalho, a política de redistribuição dos excedentes. Garantindo espaços para as decisões coletivas.

Frente às adversidades desse tempo histórico que vivemos, no qual as contradições do projeto neodesenvolvimentista deixaram aflorar a incompatibilidade de uma conciliação de classe, tornando visível a luta entre trabalhadores e burguesia. Dessa forma, fica explícito que os diferentes quando percorrem o mesmo caminho na primeira crise entram em luta, os trabalhadores pelos seus direitos arduamente conquistados e a burguesia pelos seus privilégios.

Seria ingenuidade desconsiderar que a realidade brasileira hoje é fruto de uma disputa geopolítica, uma ofensiva imperialista para acabar com o novo eixo de poder que vinha sendo gestado pelos BRICS. Cabe registrar as conquistas dos movimentos populares e camponeses através de um conjunto de ações voltadas para o campesinato, ainda que de maneira muito frágil se tornem fundamentais, mas as políticas públicas sustentadas no PAA, no ATES, no PRONERA indicam a capacidade do campesinato brasileiro de produzir alimentos saudáveis elevando a qualidade de vida no campo e na cidade.

Seguramente podemos afirmar que temos uma tarefa de desenvolver uma ação em favor do campesinato com a finalidade econômica da cooperação. É preciso ter esse horizonte como luta, pois é real o que Lênin afirmou de que era preciso uma ação cultural para:

Se podéssemos agrupá-los todos em cooperativas, entraríamos completamente no terreno socialista. Mas esta condição implica em um tal grau de cultura do campesinato (digo bem do campesinato, já que ele forma uma massa imensa), que esta organização generalizada nas cooperativas é impossível sem uma verdadeira revolução cultural (LÊNIN, 1973, p. 46).

Lênin era claro ao afirmar que depois da Nova Política Econômica a cooperação havia adquirido uma importância sem precedentes visto que as cooperativas diferem das empresas capitalistas privadas, são empresas coletivas, a terra que dá origem aos meios de produção pertence ao Estado Proletário. Para Lênin a cooperação coincide com o socialismo. Não é possível transformar a sociedade pacificamente pelo socialismo sem luta de classes, é fundamental que exista o derrubamento do domínio da classe dos exploradores. Assim, esse socialismo cooperativo é um romance vulgar, que aposta na transformação dos inimigos de classe em colaboradores da classe oprimida, as cooperativas promoveriam a paz entre os diferentes que agrupados construiriam a paz social. Lênin vai afirmar que a principal tarefa da sua época seria fomentar a luta de classes pelo poder político no Estado para concretizar o socialismo. Sem dúvida, o desafio continua sendo nossa tarefa hoje.

#### **4.4 Ação política, conhecimento e consciência de classe**

A realidade histórica no Assentamento Renascer, síntese de múltiplas determinações, está se constituindo pelo trabalho na terra e pelas relações que os sujeitos estabelecem a partir dela. Essa, historicidade produzida coletivamente, exige de nós categorias que nos permitam uma análise mais qualificada da realidade, possibilitando um movimento. Neste item, nos propomos a compreender a formação da consciência de classe, indicando as tarefas da ação política.

Podemos apontar aqui algumas definições que consideramos chaves para contribuir com aquilo que Lukács (1979) afirmou ser o acerto na ação política dos trabalhadores na relação direta de proporcionalidade com a consciência de classe e

que esse movimento de apropriação da concretude do real é que garante uma ação mais efetiva, mais contundente.

Lukács (2012) contribuiu para o entendimento dessa complexidade, ao distinguir duas definições para a expressão “consciência de classe”: consciência psicológica – dos indivíduos de uma classe – e consciência atribuída, a consciência da classe propriamente dita, como expressão de uma possibilidade objetiva e social. A questão que nos interessa é entender as possibilidades de aproximação entre a percepção de realidade dos sujeitos de uma classe e a construção de uma percepção coletiva objetiva do conjunto das relações implicadas no vir-a-ser da própria classe, que não se constitui espontaneamente, mas pela mediação de sujeitos que percebam a realidade nessa dimensão mais complexa e, simultaneamente, pela ação política dos sujeitos da classe. A consciência de classe, nesse sentido, é uma concepção de conjunto sobre as condições históricas da classe na relação com outras classes e na totalidade da sociedade.

A construção da consciência de classe, nessa perspectiva, é um projeto de organização das pessoas articulado por pessoas que percebam as possibilidades objetivas de cada momento. Essas lideranças, contudo, não se constituem metafisicamente, mas na tensão histórica entre as ações que decorrem da percepção das possibilidades objetivas da classe e acompanham essa percepção e agem no sentido de realizar estratégias de avanço histórico.

Os sujeitos em situação contingente de lutadores sociais, efetivamente, se formam e amadurecem progressivamente com os demais sujeitos da classe e com o avanço histórico dela. E essa tensão se constitui exatamente no limite da formação, se projeta na liderança à medida que interpreta acertadamente a perspectiva da classe na totalidade de relações sociais e se mantém na liderança à medida que sua percepção passe a se constituir também em direção da percepção de grandes grupos dentro da classe; e se destitui ou formaliza à medida em que prescinde dos sujeitos de sua classe e deles se isola.

O movimento de luta se mantém quando consegue generalizar a opção de educação dos membros de uma classe que se coloca nos seguintes termos: afinal, com quem eu quero me educar? Com quem me oprime ou com os meus companheiros de classe?

A pesquisa junto à Escola Estadual Ensino Fundamental Oziel Alves Pereira desafia a equipe docente para que nos processos de organização de planejamento e

avaliação seja atualizado, na roda dos debates, perguntas diretas como: O que ensinamos da geografia dialoga com o espaço do Renascer de que forma? A Matemática ou a Ciências contribuem para os assentados pensarem e refletirem seu espaço de vivência? Os professores podem utilizar referências e incluí-las nos programas de ensino, para que os ajudem a discutir um tema gerador indicado pelos camponeses ou pelos próprios alunos na escola do assentamento, assim como incluir temas ainda não sugeridos, que avaliam como fundamentais para a construção de estratégias de enfrentamento das “situações limites”. Esses temas, por sua função, contribuem para a delimitação da “temática significativa”, de forma dialógica ampliam o processo de participação de todos os sujeitos, que podem indicar temas que não foram sugeridos. Freire denominou de “temas dobradiça:

Como tais, ora facilitam a compreensão entre dois temas no conjunto da unidade programática, preenchendo um possível vazio entre ambos, ora contêm, em si, as relações a serem percebidas entre o conteúdo geral da programação e a visão do mundo que esteja tendo o povo. Dai que um destes temas possa encontrar-se no rosto de unidades temáticas (FREIRE, 1988, p. 116).

A orientação é para que nossa ação investigativa seja inseparável dos grupos com os quais vamos trabalhar, tencionados com suas condições concretas específicas do lugar onde vivem, assim podemos diminuir nossa tendência escolar de trabalhar metafisicamente.

Considero importante defender que, mesmo quando a escola mantém uma práxis bancária, o educando pode, assim mesmo, manter vivo em si o gosto pela rebeldia, pela resistência, aguçando sua curiosidade e estimulando sua capacidade de arriscar-se, de fundar o “inédito viável”<sup>12</sup>. Criando as condições para sair das amarras do “bancarismo”, construindo o verdadeiro conhecimento. Tudo isso não passa despercebido pela opção que assume o educador frente a uma educação bancária ou problematizadora. Assim, de acordo com Freire (2001, 32-33), quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para ser uma

---

<sup>12</sup> Freire emprega o inédito viável como uma palavra que se encontra prenha de crenças, valores, sonhos, aspirações, desejos medos, ansiedades, possibilidades de saber, fragilidades e grandezas humanas. Traduz o gosto de mudar a nós mesmos mudando dialeticamente o mundo Assim o inédito-viável aponta que não há reino do definitivo, do pronto, ele se abastece da inconclusão, do sonho possível realizando-se. Quando se atinge a utopia ele faz brotar outros inéditos viáveis, ditados pelas necessidades humanas mais autênticas.

presença afetiva, carinhosa, asseguradora de paz junto aos estudantes, anunciar e denunciar. O processo de apropriação do real vai criando as condições de sujeito marchante da esperança, da utopia.

As questões colocadas até aqui nos orientam para a construção epistemológica das referências históricas fundamentais para ir além dos limites do conhecimento da realidade histórica, na perspectiva dos setores populares.

A contribuição que a escola pode oferecer é se consolidar como espaço de permanente criação atualizando e dando continuidade ao Conhecimento anteriormente elaborado, lançando mão de conceitos integrados ao conhecimento desse tempo histórico.

O grande desafio é não utilizar o conceito pelo conceito de forma metafísica, mas atentar para que realidade se refira à conceituação. Utilizando os conceitos como sinalizações das relações coletivas – sentipensantes no sentido do Fals Borda – como desdobramentos dessas observações podem surgir novas conceituações que traduzam com mais qualidade a realidade em questão.

Freire (1981) vai dizer que os animais estão ajustados, simplesmente no mundo, incapazes de objetivar-se, no entanto, mulheres e homens estão não apenas no mundo, mas com o mundo, ou seja, a práxis humana impregna o mundo com a sua presença criadora. Essas relações se desenvolvem num espaço físico, histórico e cultural.

Assim, os homens são capazes de transformar o mundo através da sua ação, captar a realidade e expressá-la através da sua linguagem criadora (FREIRE, 1981). Ao tomarem distância da realidade apreendem o seu sentido e realizam as suas potencialidades.

Consideramos importante registrar que o respeito aos educandos e também aos sujeitos de um determinado lugar não significa ingenuidade de achar que tudo o que expressam ou produzem possa ser considerado como superação do processo de alienação. O que também serve para os pesquisadores. Para atingir tal compreensão concreta do real, e superar esses limites, é necessário construirmos, com os recursos que a historiografia e a experiência dos grupos populares nos disponibilizam, categorias que, questionando a aparente fixidez das relações históricas, nos desafiem a ir além, a explicar a complexidade dialética da realidade, principalmente quando problemática.

A educação popular, nesse sentido, é possível à medida que a explicação da realidade passe a ser o eixo da produção do conhecimento escolar. A escola, de outro modo, poderia tratar de construir referências – diretamente ou por comparação – que possibilitassem aos alunos e professores produzirem, individual ou coletivamente, a compreensão e o desvelamento da realidade.

Experiências desenvolvidas na América Latina vêm indicando que falar em Educação Popular é muito mais que pensar o atendimento amplo da população, abrange muito mais que os processos de participação popular. A Pedagogia Popular ganha espaço quando educadores buscam criar outras maneiras de ensinar e de apreender com uma prática educativa diferente que transforme a realidade. Em torno da teoria e da prática da educação popular, novos modelos de interpretação social firmam suas concepções histórico-estruturais de desenvolvimento e de existência de sociedades organizadas sobre relações de dominação econômica e social.

## **CAPÍTULO V**

### **A luta por uma escola encharcada do seu contexto histórico**

A escola Oziel Alves Pereira tem seu funcionamento no turno da manhã e da tarde atendendo estudantes dos Assentamentos: Renascer e Arroio das Pedras, bem como da Comunidade do Pantanoso. Estão hoje matriculados 85 estudantes distribuídos nos nove (9) anos do Ensino Fundamental. Conta com o trabalho de 12 profissionais, sendo que dos dez professores, uma (1) Professora desempenha a função de direção e outra a função de Coordenação Pedagógica. Trabalham também dois (2) Agentes Educacionais I (Infraestrutura e Alimentação Escolar).

Considero importante registrar que em virtude da metodologia desta pesquisa exigir uma aproximação cotidiana com o trabalho da escola, solicitei e fui relotada com o de 20 horas semanais na rede estadual e assumi a coordenação pedagógica da escola Oziel Alves Pereira.



Foto 14 - Escola Oziel Alves Pereira

## 5.1 Usando as adversidades como fonte para: aprender, dialogar e crescer

Em 2016, por uma determinação da SEDUC, a escola abriu um ciclo de debates sobre o seu PPP e o Regimento Escolar. A reestruturação curricular veio através de base “modelo”. No PPP realizamos algumas atualizações, no entanto mantivemos viva a filosofia da escola que se compromete em:

Educar partindo do princípio: Prática-teoria-prática, em busca da construção de uma sociedade justa, igualitária, vivenciadora de valores e conhecimentos socialmente úteis, almejando o desenvolvimento integral do ser humano, sujeitos do contexto social e capazes de transformar o ambiente em que vivem (Filosofia da Escola presente no PPP da escola).

Desta forma a escola busca investir em um trabalho na perspectiva das tendências pedagógicas tais como: Pedagogia da Organização Coletiva – nesta proposta a escola traduz a sua ação na divisão das tarefas, pensando no bem estar de todos, reafirmando e criando valores, desconstruindo e reconstruindo concepções, costumes e ideias construindo a aprendizagem organicamente coletiva busca que a escola seja efetivamente um espaço do assentamento para a construção novas relações mais qualificadas a outra tendência é a Pedagogia do Trabalho – o destaque para esta orientação se deve porque a escola pensa que todos os educandos trazem conhecimentos, criam habilidades e formam consciência. Que o trabalho é uma potencialidade pedagógica e a escola pode e deve torná-lo plenamente educativo, criando as condições para que os educandos percebam o seu vínculo com as demais dimensões da vida humana. Soma-se a Pedagogia da Escolha onde a comunidade escolar como um todo se educa e se humaniza, exercita a possibilidade de fazer escolhas e refletir sobre elas, assumindo a responsabilidade pelas suas próprias decisões, estabelecendo coerência entre o que se argumenta e os valores que efetivamente vivencia. Por fim, a Pedagogia da História a escola exercita a prática de cultivar a memória e não simplesmente compreender o próprio passado. A história não se encerra em um componente curricular, mas uma dimensão de todo o processo educativo. A história é movimento e essa compreensão é compreensível na medida que se reflete sobre a vinda das famílias de diferentes lugares e se desafiaram a construir uma identidade coletiva.

Considerando que o objetivo geral desta pesquisa é compreender como o conhecimento do modo de produção da existência dos camponeses do

Assentamento Renascer é trabalhado na escola e como contribui para a elaboração de novas sínteses, novos conhecimentos, assumimos por meio de nossa opção metodológica da IAP identificar e descrever os conhecimentos produzidos nas experiências desenvolvidas, observando a sua compatibilidade e contradições com a importância da plantação que contribui para uma alimentação saudável no campo e na cidade.

Embasados em Paulo Freire, buscamos definir coletivamente o “Tema Gerador” para criar as condições materiais de unidade e síntese entre o conhecimento e as experiências concretas, desenvolvidas na escola e no assentamento. Encontramos, nas palavras geradoras, a inspiração para o nosso tema, que cumpre a função de um grande guarda-chuva. Tais palavras brotaram nos diálogos que os professores tiveram com os alunos em sala de aula, nas reuniões pedagógicas, nas atividades com a participação de toda a Comunidade Escolar.

O objetivo central dessa etapa da pesquisa voltou-se a buscar, através da problematização, atingir coletivamente patamares de compreensão da realidade enquanto totalidade, estabelecendo relação entre as partes até então separadas. Nesse sentido, afirma Freire:

[...] faltando aos homens uma compreensão crítica da totalidade em que estão, captando-a em pedaços nos quais não reconhecem a interação constituinte da mesma totalidade, não podem conhecê-la. E não podem porque, para conhecê-la, seria necessário partir do ponto inverso. Isto é, lhes seria indispensável ter antes a visão totalizada do contexto, para em seguida, separarem ou isolarem os elementos ou as parcialidades do contexto, através de cuja cisão voltariam com mais clareza à totalidade analisada (FREIRE, 1988, p. 96)

Freire propõe mais ao afirmar ser necessário analisar dimensões significativas de uma dada realidade possibilitando aos sujeitos construir uma nova postura diante das “situações limites” e vislumbrarem perspectivas emancipatórias.

Temos convicção de que os sujeitos do Renascer são capazes de uma ação criativa, reflexiva e teleológica. Logo tal concepção daquele grupo social exige conceber um conhecimento e as superações do que carece ser mudado como uma construção coletiva e permanente.

## **5.2 Compreendendo os conhecimentos produzidos pela escola sobre o modo de produção dos camponeses: Pedagogia do aprendizado pelas bordas**

O trabalho de IAPP rompeu com a cerca da Escola exigiu uma organização, que envolveu todos os professores e todos os estudantes, possibilitando conhecer os sujeitos na sua relação com a natureza e com os outros homens, respeitando seus pensamentos, níveis de percepção em relação à realidade vivida, visões de mundo de onde brotam os temas geradores considerados significativos na realidade concreta. Essa construção coletiva permite que todos sejam sujeitos na investigação.

Paulo Freire nos permite problematizar esse movimento de aproximação com as famílias, resgatamos a conversa que ele teve com os universitários no Instituto de Educação de Adultos da Universidade de Dar- Es- Salaam na Tanzânia. Nesse diálogo, o autor reafirma o que significa realmente conhecer uma realidade e o quanto essa concepção de realidade é determinante para a relação respeitosa com os sujeitos do local. Suas considerações nos inspiram e desafiam a refletir sobre a escolha do caminho da pesquisa, identificando aquilo que nos permite experimentar, com radicalidade, o processo de construção do conhecimento da realidade do Renascer. Assim, afirma Freire:

Um destes problemas com que primeiro nos confrontamos quando nos obrigamos a conhecer uma dada realidade, seja a de uma área rural ou de uma área urbana, enquanto nela atuamos ou para nela atuar, é saber em que realmente consiste a realidade concreta. [...] Para mim a realidade concreta é algo mais que fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos esses fatos e todos esses dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida. Assim, a realidade concreta se dá a mim na relação dialética entre objetividade e subjetividade. Se me preocupa, por exemplo, numa zona rural, o problema da erosão, não o compreenderei, profundamente, senão percebo, criticamente, a percepção que dele estejam tendo os camponeses da zona afetada. A minha ação técnica sobre a erosão demanda de mim a compreensão que dela estejam tendo os camponeses da área. A minha compreensão e o meu respeito (FREIRE, 2001, p. 345).

A realidade material dos camponeses no Assentamento Renascer vem se constituindo nas lutas contra a violência imposta pelo modelo mercadológico na produção de alimentos. Nos conflitos entre a colonização do conhecimento e a pedagogia da resistência, foi se consolidando o processo da educação desenvolvido na EEEM Oziel Alves Pereira que, ao valorizar o aprendizado pelas bordas no fazer

coletivo da vida diária, possibilita a vivência do processo de libertação na perspectiva freireana, confrontando conhecimentos.

A produção, distribuição e industrialização, somando o transporte e a comercialização compreendem as etapas do ciclo do alimento que apontam a complexidade adquirida pelo processo. No Brasil, todo esse processo está nas mãos de um grande sistema agroalimentar, grupos oligárquicos nacionais e/ou transnacionais. É preciso pensar que a produção, a distribuição e o consumo de alimentos depende da natureza, que fornece todos os elementos químicos, bioquímicos e a energia para a manutenção e reprodução da vida e que atende também a outras necessidades no campo social, cultural e religioso. Negar o acesso a uma alimentação adequada e saudável para todos é consequência da sociedade capitalista. A cada dia aumenta o número de pessoas no mundo que vivem expostas à fome e à insegurança alimentar e nutricional.

A produção de alimentos cresceu significativamente na última década e sua conceituação vem se aperfeiçoando de segurança alimentar para segurança do alimento. O assunto "Alimentação Saudável", mais do que um tema, é uma meta. Nesse contexto, implantar uma campanha educacional sobre o Alimento Saudável por meio da disseminação da informação e da organização do caminho do alimento desde sua produção, passando pelo fornecimento de insumos da produção até a etapa da escolha do cardápio pelo consumidor, é um importante instrumento de conscientização.

Assim, a questão alimentar e nutricional, bem como a questão ambiental apontam enormes desafios a serem trabalhados para que os camponeses encontrem estratégias de resistência à forma mercadológica da produção e do consumo. Com esses desafios bem presentes damos início ao Projeto "Alimentação Saudável: desafios e possibilidades".

A escola, enquanto um espaço de articulação da Comunidade Escolar, se dispõe com sua equipe docente e estudantes a problematizar o seu papel na formação de valores, hábitos e estilos de vida, entre eles o da alimentação. Promover a alimentação saudável e assumir esse tema gerador num trabalho coletivo tem exigido pensar ações que estimulem a consolidação de hábitos alimentares que promovam a saúde.

Após a definição do Tema Gerador que brotou dos objetivos indicados pela Comunidade Escolar, cuja centralidade é elaborar conhecimentos que promovam o

consumo de alimentos saudáveis, estabelecendo a relação com a promoção da saúde e fortalecendo uma identidade camponesa que faz opção pela plantação orgânica. Realidade que se faz presente em alguns lotes que foram espaços de pesquisa e trabalho de campo.

O trabalho teve início no próprio chão da escola, ao estimular a adoção de práticas saudáveis através da oferta de uma alimentação saudável e equilibrada que visava contribuir para que a Comunidade Escolar também refletisse sobre suas práticas alimentares. Dessa forma, nos preparamos para inserir o tema no centro da ação pedagógica, motivados pela forma como os estudantes estão se envolvendo no estudo e elaboração de conhecimentos relacionados aos hábitos alimentares saudáveis.

Iniciamos esse trabalho buscando dados, bem como a organização de visitas, o que nos possibilitou uma releitura da pesquisa anterior realizada com famílias que desenvolveram a experiência em seus lotes da produção com sementes agroecológicas, fornecidas pela Bionatur e a Cooperal. A investigação ganhou a estrada, nos deslocamos até o lote do casal Balbina Almeida Rodrigues e de Carlos Danúbio de Souza Epifanio, que cultivam sementes que podem ser multiplicadas e qualificadas. Consideramos fundamental registrar a não utilização de híbridos e transgênicos, pois a polinização aberta viabiliza a reprodução em outros lotes.

O casal e sua filha, estudante da escola Oziel, são considerados guardiões das sementes, além de produzirem, de forma solidária, a multiplicação de sementes raras para outros assentados. O estudo das sementes não foi ilustrativo, foi construído com a pesquisa de campo e o conhecimento elaborado brotou de todo o processo de cultivo, até a identificação cuidado e importância de cada alimento produzido como possibilidade de uma alimentação saudável.



Foto 15 - Trabalho de Campo sobre a reprodução de sementes agroecológicas – Acervo da pesquisadora



Foto 16 - Estudante da Escola realiza oficina com os estudantes e professores sobre as sementes crioulas – reprodução, identificação e manejo – Acervo da pesquisadora

Toda a equipe docente abraçou o trabalho. Foram elaboradas, de forma coletiva, atividades que provocaram a meninada ao estudo e à reflexão. Com os

pequenos dos anos iniciais o trabalho teve início com a técnica do desenho, na qual eles registraram seus alimentos preferidos, bem como os alimentos mais consumidos em suas famílias.

O lúdico entrou em cena, foram construídas charadas, que exigiram informações sobre as formas, as cores, os tamanhos das frutas, legumes e verduras bem como conhecimentos de plantio, benefícios para a saúde, estação a que cada cultura se adapta melhor possibilitando produtos com mais qualidade. Foram construídos jogos de memória a partir de imagens de frutas, verduras e legumes. Incluímos também o trabalho com recortes de frutas, verduras e legumes, os alunos montaram diferentes pratos que eles identificaram como alimentos saudáveis.



Foto 17 - Oficina 2º ano: Montando pratos com alimentos saudáveis – Acervo da pesquisadora

O conhecimento do tempo certo para cada fruta, hortaliça e verdura permite um planejamento da produção e troca na época adequada, possibilitando menor preço e melhor qualidade, o crescimento do volume comercializado pelos trabalhadores qualifica o processo. Antes do preparo dos alimentos foram montadas “caixas surpresas”, nas quais os estudantes identificaram as frutas, verduras e legumes através do olfato e do tato.

As aulas de Artes deram os braços para as Técnicas Agrícolas. Os professores desenvolveram juntos várias atividades como: pesquisa sobre o histórico da agroecologia, mística da alimentação saudável apresentada para todo o

coletivo da Escola, fruteira de palito, pinturas em guardanapos, teatro de fantoches, bem como criaram o concurso do Logotipo para o Projeto.

Sendo a EMATER uma das entidades parceiras, foi solicitado a Engenheira Agrônoma, responsável atender as demandas da escola, orientação para o plantio de hortaliças de rápido crescimento, onde os estudantes realizaram o plantio com registro do acompanhamento semanal de todo o processo de crescimento e cuidado com as plantas. Esses alimentos orgânicos, produzidos na Escola, fizeram parte do preparo diário da merenda e dos alimentos para o dia da apresentação para toda a Comunidade Escolar, no qual foi oferecida uma degustação com receitas saudáveis, preparadas pelos professores junto com os estudantes.



Foto 18 - Trabalho de reconstituição do Relógio do Corpo Humano – Acervo da pesquisadora



Foto 19 - Trabalho na horta da Escola com orientação da EMATER – Acervo da pesquisadora

Embora a 5ª CRE não tenha reconhecido o trabalho SAF – Sistema Agro Florestal - como um laboratório de ciências, quando orientou que fosse suprimido do Regimento Escolar em 2016, a escola continuou investindo nesse trabalho por entender que os Laboratórios de Ciências da Natureza consistem em espaços pedagógicos onde são realizados experimentos, através dos quais os estudantes verificam, na prática, a ocorrência de fenômenos naturais e podem elaborar conhecimentos pela observação e manipulação da realidade concreta.

A Farmácia Alternativa, projeto que existe na escola desde 2002, possui o seu processo inicial no SAF e também no Relógio do Corpo Humano com a produção de ervas de chá, se estendendo até a Farmácia Alternativa, onde as plantas produzidas são manipuladas e transformadas em produtos fitoterápicos.

O trabalho avançou e abrangeu as diferentes áreas do conhecimento, sendo que o 6º ano conseguiu discernir entre o que realmente é uma alimentação saudável de outra não saudável, construindo um paralelo entre alimentos que separados contribuem para uma alimentação saudável e que se ingeridos juntos são prejudiciais à saúde. Com o 7º ano foram construídos “Os dez passos de uma alimentação saudável” com a elaboração de histórias em quadrinhos.

Registramos também o significativo trabalho desenvolvido sobre a silagem de rama da mandioca. Os estudantes, em conjunto com os educadores, fizeram um trabalho de campo observando todas as etapas do processo, desde a produção, a conservação da rama, elaboração da silagem com a rama, até entender os custos de todo o trabalho, bem como a aceitação dos animais da ração final.



Foto 20 - Aula de campo sobre a silagem da rama da mandioca – Acervo da pesquisadora



Foto 21 - Aula de campo sobre a silagem da rama da mandioca – oficina ministrada pelo assentado Valmor Vieira – Acervo da pesquisadora



Foto 22 - Aula de campo – acondicionamento mandioca após passar pela trituração – Acervo da pesquisadora



Foto 23 - Aula de campo sobre a silagem da rama da mandioca – aceitação do alimento pelos animais – Acervo da pesquisadora

De forma muito significativa o 8º ano pesquisou sobre o Arroz Orgânico elaborando os custos e lucros da lavoura, trabalhando com a produção, acompanhando e registrando as etapas desde a semeadura até a colheita, bem como o processo de circulação e consumo em relação ao arroz tradicional. Estudo de todo o processo de fabricação dos silos até a embalagem do arroz: orgânico, integral, branco e parbolizado. Os estudantes apresentaram essa pesquisa através de gráficos e fluxogramas. A turma contou com a experiência concreta dos estudantes cujas famílias optaram pela produção de arroz.

O trabalho de campo vem acontecendo de forma muito mais intensa, pois em 2015-2016 foram três famílias que produziram arroz orgânico, sendo que em 2016-2017 14 famílias produziram 140 hectares de arroz agroecológico com o cultivar IRGA 417. A semeadura das lavouras teve início em novembro de 2016, sendo que a colheita iniciou no dia 20/03/17, com a chegada ao assentamento Renascerde uma colheitadeira. A celebração da colheita aconteceu no dia 30/03/2017, quando da 2ª Festa da Colheita do Arroz Agroecológico de Canguçu, que aconteceu no lote do camponês produtor de arroz agroecológico Erani Félix Prestes.



Foto 24 - Registros da 2ª Colheita do Arroz Agroecológico – preparo do almoço de confraternização/2017 – Acervo da pesquisadora



Foto 25 - Registros da 2ª Colheita do Arroz Agroecológico – mística organizada pela Escola Oziel Alves Pereira/2017 – Acervo da pesquisadora



Foto 26 - Registros da 2ª Colheita do Arroz Agroecológico – falas dos produtores e convidados/2017 – Acervo da pesquisadora



Foto 27 - Registros da 2ª Colheita do Arroz Agroecológico –a ceifa é acionada para o início da colheita/2017 – Acervo da pesquisadora

Na avaliação de Junior, jovem camponês e estudante do 9º ano da escola Oziel Alves Pereira, ele constatou que:

Acompanhei todo o processo desde o preparo da terra, semiei o arroz já germinado, deixando na água e depois escoando toda a água, para que as marrecas não atacassem. Para espantar as marrecas mantíamos um tonel queimando óleo. Também no meio da noite eu entrava na lavoura e disparava rojões, então as marrecas iam embora. Como disse é mais fácil lidar com a lavoura de produção agroecológica, dá menos trabalho, custa menos, contamina menos e não agride a natureza. A gente pode pescar na barragem e comer peixe sem medo de se intoxicar.

A professora Raquel Monteiro falou sobre o envolvimento da escola no processo de produção do arroz, dizendo que:

A participação dos alunos é fundamental para que aprendam a identificar a origem dos alimentos saudáveis e compreendam a importância do trabalho e da produção cooperada. Essa parceria permite também aos alunos conhecer melhor a realidade dos seus pais.

A decisão por produzir orgânicos evoca o tema do campesinato vinculado ao manejo dos recursos naturais e, diante disso a professora Raquel, também produtora de arroz agroecológico, relata que:

No acampamento o que sonhávamos em fazer e ter quando conquistássemos a terra? Eu lembro quando estava acampada e encontrava os assentados e ele nos desejavam coragem para permanecer na luta e eu pensava: que sonho seria um dia poder ser assentada e organizar uma festa da nossa colheita, estamos realizando o sonho. Quando ouvíamos, em nossas marchas, nos chamarem de “vagabundos” ficávamos com mais gana de lutar, hoje mostramos quem

somos com o plantio de 140 hectares do arroz agroecológico contrapondo a agricultura que vem nos envenenando, empobrecendo nosso solo e nossa cultura, nossa sabedoria. Não tem preço poder ir com a família para uma lavoura sem medo de se envenenar, trabalhar e brincar com os filhos nos banhados, valos e barragens. Ter peixe, ter saúde.

No entendimento dos camponeses, o desafio é buscar ampliar o espaço, que vem crescendo, junto aos consumidores de produtos orgânicos, visto que o arroz orgânico pode agregar valor ambiental, social e econômico, diz respeito à saúde dos camponeses e consumidores.

Com o 9º ano, a pesquisa abrangeu os elementos químicos do corpo humano em uma comparação com elementos químicos dos agrotóxicos. Os alunos estudaram a tabela periódica e construíram uma tabela com material reciclável, identificando elementos que promovem a vida, elementos majoritários e elementos do mal. Identificaram que a ingestão insuficiente dos elementos pode provocar deficiências funcionais, reversíveis se o elemento voltar a ficar nas concentrações adequadas. A não presença desses elementos no organismo acarreta o não crescimento e ele não completa o seu ciclo vital, pois influi no organismo e está envolvido em seus processos metabólicos. O elemento é indispensável, pois seu efeito no organismo não pode ser conseguido por nenhum outro elemento.

No Assentamento funciona a “Casa do Mel”, organizada pela Cooperativa Terra Nova, desta forma as turmas estudaram o processo de criação e elaboração do mel. A importância das abelhas, bem como a forma violenta com que elas estão sendo exterminadas com a aplicação de venenos nas lavouras de soja. Com esse tema, trouxemos para o centro do debate o comprometimento com a questão da vida e da preservação ambiental que o arrendamento dos lotes pode acarretar, quando as decisões não são tratadas no coletivo e ocorre a terceirização das terras.

Toda essa trajetória de construção de pesquisa e elaboração do conhecimento, desenvolvido ao longo de 2016, buscou a valorização da produção orgânica por uma alimentação saudável. Foi socializado e avaliado no 1º Seminário da Alimentação Saudável no dia 21/12/2016, com a presença significativa da Comunidade Escolar.

Nesse Seminário, além da socialização dos conhecimentos elaborados na escola durante o 2º semestre, foi realizado um debate sobre a preservação das nascentes, em especial o Rio Camaquã, que enfrenta sérios riscos com a exploração de minérios, o que comprometerá a flora, a fauna e a agricultura

agroecológica que hoje vem ganhando espaço entre os camponeses que estão adquirindo consciência e criam estratégias de resistência, buscando a superação das determinações capitalistas na produção e no consumo da vida cotidiana. Importante registrar que os estudantes e os professores elaboraram a 2ª edição do jornal da escola contendo a síntese dos trabalhos sobre o tema: Alimentação Saudável. Foi entregue um exemplar do jornal para cada família.



Foto 28 - Estudantes elaborando materiais de divulgação do I Seminário da Alimentação Saudável – Acervo da pesquisadora

### **5.3 Comunidade Militante e em luta por uma Escola que eduque para a Transformação Social**

O início do ano letivo de 2017 foi marcado por muita luta. A Secretaria Estadual de Educação e Cultura, através de seu órgão regional, a 5ª CRE, encaminhou a reformulação curricular com base nas orientações nacionais, retirando do currículo disciplinas como Técnicas Agrícolas e Agroecologia. Organizando os 9 anos do Ensino Fundamental em apenas quatro turmas, justificando a contenção de despesas e o reaproveitamento dos recursos humanos. A Comunidade Escolar foi chamada, organizamos a vinda até 5ª CRE no dia 09 de março. Foi solicitado pela coordenação da casa que escolhessemos 15 representantes para serem recebidos no gabinete. Argumentamos que gostaríamos que todos pudessem participar da reunião. Fomos recebidos, mostramos o Projeto da Escola, estavam presentes muitos Pais e todos os Professores e Funcionários. Justificamos a não possibilidade

da junção das turmas, primeiro por uma questão pedagógica que se somava à organização do Transporte Escolar visto que os roteiros e a própria licitação haviam sido concluídos, sendo encaminhadas em dezembro de 2016. Em relação à mudança curricular, ponderamos que o trabalho sempre era coletivo, mas que a disciplina de Técnicas Agrícolas possuía o papel de ser articuladora das relações com as entidades parceiras: EMATER, EMBRAPA, UNAIC, COPTec, num trabalho todo voltado para a Agroecologia. A Coordenação da 5ª CRE, que abrange dezoito municípios da região sul do Estado, incluindo o município de Canguçu, encaminhou para as direções dos setores o atendimento das solicitações feitas pela Comunidade Escolar da Oziel. As aulas reiniciaram no dia 20/03/17.



Foto 29 - Comunidade Escolar debatendo a Reestruturação Curricular: Regimento e PPP e o processo de avaliação – Acervo da pesquisadora

Em roda de conversa pedagógica com o grupo de professores da escola, durante a avaliação das nossas ações para construir o ano letivo, debatemos a reestruturação curricular bem como as mudanças no processo de avaliação que passaram de nota para parecer, o que exige da equipe docente um permanente pensar juntos, tendo em vista que os pareceres representam a síntese do processo de avaliação elaborado nas áreas de conhecimentos, ou seja as disciplinas desenvolvem os seus conteúdos previstos e trabalham dentro de um mesmo tema que cumpre a função de um grande guarda-chuva, por exemplo neste ano o tema é: Homem versus Natureza. Para finalizar o trimestre, são realizados os Conselhos Participativos, onde ocorre um pré conselho com as turmas, posteriormente um pré

conselho com os professores em grupos por área de conhecimento e finalmente um Conselho mais amplo com a participação dos estudantes, professores, direção e coordenação pedagógica.

Os quadros abaixo indicam a organização das disciplinas, demonstrando em que área cada uma delas está incluída. Esta reorganização possibilitou estabelecer a relação: Escola- Vida que, com a mediação do trabalho de forma fundamental, possibilitou a transversalização entre: o conhecimento historicamente acumulado e as experiências desenvolvidas, de forma especial, com o trabalho da mandioca e do arroz orgânico. Neste trabalho, é possível resgatar as conseqüências da não opção pela plantação orgânica, que compromete o meio em que se vive, tendo em vista a quantidade de veneno que são utilizados nas lavouras. Os estudantes fizeram uma pesquisa sobre como os elementos químicos que compõem os agrotóxicos afetam os elementos químicos que compõem o nosso corpo. O conhecimento foi além do proposto e permitiu um olhar mais crítico sobre o modo de ser e produzir na comunidade.

Nível/Etapa	Áreas do Conhecimento	Componente Curricular
Ens. Fundamental <b>Anos Iniciais</b> (1º ao 5º ano)	Linguagens	Língua Portuguesa Arte Ed. Física Matemática Ciências Geografia História Ensino Religioso
	Matemática	
	Ciências da Natureza	
	Ciências Humanas	
	Ensino Religioso	

Figura 6 – Quadro com a distribuição das disciplinas dos anos iniciais: primeiro ao quinto ano

Nível/Etapa	Áreas do Conhecimento	Componente Curricular
Ens. Fundamental <b>Anos Finais</b> (6º ao 9º ano)	Linguagens	✓ Língua Portuguesa ✓ Língua Estrangeira Moderna ✓ Arte ✓ Educação Física
	Matemática	Matemática
	Ciências da Natureza	✓ Ciências ✓ Técnicas Agrícolas
	Ciências Humanas	✓ História ✓ Geografia
	Ensino Religioso	Ensino Religioso

Figura 7 – Quadro com a distribuição das disciplinas dos anos finais: sexto ao nono ano

A equipe docente vem amadurecendo a concepção de que a avaliação da aprendizagem deve ser realizada de forma contínua ao longo da ação escolar. A avaliação deve refletir a aprendizagem do aluno e os diferentes fatores que contribuem para o seu desempenho, todo o processo busca identificar os avanços dos estudantes bem como suas dificuldades. E, para ir além, deve orientar o professor e o estudante sobre as medidas necessárias para superar as dificuldades. Fornecer elementos para o professor planejar as atividades curriculares, bem como elaborar os pareceres descritivos sobre a aprendizagem dos estudantes.

Assim, registramos a fala da Diretora Professora Eliane Beatriz Hörnik Müller que defendeu sua visão de avaliação e relatou a forma como está encaminhando o aprendizado com as turmas dos anos finais, em que vem substituindo a educadora Pâmela Muller, que se encontra em licença maternidade. Assim afirma Eliane:

Avaliação é o momento de criar uma situação onde se avalia o contexto, se avalia o processo da aprendizagem do educando e também o método do educador. Não é momento de repressão, é oportunidade para repensar a prática e buscar as falhas do processo, bem como oportunidade para trabalhar a auto-estima e os valores dos educandos. Tenho repensado tudo isso. Um aluno que não estudava na escola, certo dia, antes de começar o trabalho, foi ao meu encontro e disse: Não sou bom em matemática, não gosto de matemática – Duas semanas de trabalho com a turma ele afirmava: Eu melhorei em matemática né diretora? E eu dizia: Sim tu aprendeste matemática, mas nunca fostes ruim.

A equipe docente tem demonstrado preocupação e busca elementos para ganhar segurança no processo de elaboração do registro das avaliações trimestrais

que mudou de notas para conceitos e pareceres. Sabedores que os pareceres se destinam a orientar professores, estudantes e pais, o papel da escola e de cada espaço onde o estudante experiencia sua vivência escolar entrou em debate, bem como o papel da Comunidade Escolar e de cada família em especial.

A professora Raquel Monteiro, que foi estudante do ITERRA, cursando Pedagogia da Terra com um currículo específico para trabalhar em áreas de assentamento, ao ser questionada sobre a relação da escola com a Comunidade Escolar para continuar avançando ponderou que:

Na Pedagogia do Movimento a escola ganha o tamanho que a comunidade der. Ela pode ser grande ou pequena. A maior matriz pedagógica é a Matriz do Movimento Social onde a escola aprende a se movimentar na sociedade contribuindo para que a Reforma Agrária Popular avance. Que os camponeses encontrem respostas para seus desafios e que consigam permanecer no campo de forma digna. Para isso a comunidade precisa estar presente na escola, mais que uma presença pontual uma presença política, de decisão. Isso se daria em reuniões mais frequentes dentro de uma rotina onde houvesse um processo de formação com a comunidade.

Raquel segue avaliando indicando a necessidade de qualificação da estrutura onde os estudantes deveriam ser mais provocados a se organizarem com uma experiência de auto-gestão, assim afirma:

Os educandos deveriam ser mais provocados a construir uma estrutura organizativa de núcleos e setores exercitando a auto-gestão e co-gestão, articulando a produção dos saberes com a produção de alimentos. Exercício dos demais princípios organizativos como o da crítica e auto-crítica também fazem falta para nosso processo de formação da consciência.

A Professora indica a exigência da radicalidade pedagógica para romper com os nossos guetos, e diz:

Enfim, andamos sempre nas babas do sistema e muitas vezes por responsabilidade nossa enquanto organização de ao invés de ampliar nos acomodamos em nossos guetos. Como o macaco que fica com a mão presa em uma armadilha e não se da conta que se soltar o coco, se solta da armadilha. Precisamos de mais, não poderíamos diminuir nosso sonho. Ao contrário, precisamos sonhar, olhar para além de nossas sombras, para uma sociedade efetivamente comunista.

Partindo dessas considerações elaboradas pela Professora e, embasada no próprio Marx, que afirma que o fundamento do homem é ele mesmo, a pesquisa vai tomando o rumo que os sujeitos, educadores, estudantes e os assentados, neste tempo histórico, conseguem elaborar. Embora reconhecendo que as relações estabelecidas pelo trabalho estão determinadas por uma estrutura e superestrutura

que condiciona e limita, as considerações feitas demonstram capacidade reflexiva que leva à possibilidade de escolhas.

Tenho clareza de que este debate não se esgota e que para entender todo o processo é preciso sustentar como vai indicar Frigoto ser indispensável situar a relação das estruturas e determinações e os camponeses e suas possibilidades de escolhas. Assim afirma Frigoto:

O trabalho humano, enquanto atividade consciente, não é de caráter causal, mas teleológico. Engendra, por isso, opção escolha e liberdade. Não se trata, porém, de uma escolha isolada, fora de condições históricas socialmente construídas. Trata-se da célebre tese de Marx de que “os homens fazem a história, mas não em condições escolhidas por eles”. As condições não escolhidas se referem a um conjunto de determinações que produziriam uma determinada estrutura e superestrutura social que nos condiciona. Não se trata de uma estrutura e superestrutura produzidas por uma causalidade relacionada às forças da natureza, mas de um processo teleológico tecido nas relações de força ou de poder entre os próprios seres humanos. Trata-se pois de estruturas e determinações socialmente produzidas e, portanto, socialmente passíveis de serem alteradas pela ação consciente dos sujeitos humanos (FRIGOTO, G. 2002, p. 63).

Logo, podemos sustentar, pelos achados da pesquisa que ora desenvolvemos, que a questão está realmente centrada no materialismo histórico e dialético na relação do trabalho camponês como fonte para uma epistemologia, criativa e reflexiva. O desafio educativo que se apresenta como ação pedagógica para a Escola Oziel Alves Pereira é de não permitir que se perca os conhecimentos já elaborados, mas que seja um processo de soma a novos conhecimentos, para que a aprendizagem sirva realmente como instrumento de interpretação e transformação da realidade camponesa.

Desta forma ancorados nas experiências coletivas, no legado pedagógico das lutas específicas do MST, abre-se a possibilidade de, adotando uma concepção metodológica dialética, conduzir um processo sistemático, teórico e prático, de elaboração do conhecimento da realidade, afindo ferramentas para enfrentar novas situações que estão a exigir um conhecimento mais qualificado para buscar a sua transformação.

Para além das lutas imediatas e cotidianas é preciso delinear horizontes que exijam um rompimento com as estruturas da atual ordem social, de tal maneira que todas as ações coletivas estejam encharcadas de intencionalidades transformadoras. O relato de Freire após a sua experiência com uma camponesa analfabeta que quando ele projetou o desenho de um menino, onde embaixo vinha a

palavra correspondente, projetou o mesmo menino várias vezes com alterações nas sílabas da palavra menino, ora sem a sílaba do meio, ora sem a última sílaba. A camponesa indicou o que faltava. Freire percebeu que a forma como ele concebia a possibilidade da alfabetização através da associação a imagens simples com as palavras correspondentes, como forma de lembrar posteriormente, estava equivocada e que era necessário desafiar, desde sempre a intencionalidade da consciência, sua dimensão ativa.

## **CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS**

Considerando que o objetivo desta tese de doutoramento é Compreender como o conhecimento do modo de produção da existência dos camponeses do Assentamento Renascer é trabalhado na escola e como contribui para a elaboração de novas sínteses, novos conhecimentos, elaboramos uma conclusão possível de ser construída neste tempo e espaço histórico nos quais a pesquisa vem acontecendo.

O trabalho de IAPP encaminha para uma compreensão da ação docente dos educadores da Escola Oziel Alves Pereira, ação que possui uma dimensão de fortalecimento de estratégias de resistência, traduzidas no trabalho coletivo e nas práticas cotidianas em sala de aula. Buscando se consolidar no processo como uma contribuição teórica e uma ação política que cobre a própria história dos camponeses do Assentamento Renascer e do processo de constituição da escola .

A forma de organização da escola favorece um trabalho coletivo, visto que as rodas de debate vêm possibilitando a percepção dos limites da prática, conseguimos visualizar em que sentido a prática pode ser diferente, abrindo outras possibilidades que a pesquisa vem indicando. Ao analisarmos as práticas sob a ênfase das pedagogias sustentadas no PPP da escola, tais como: Pedagogia da Terra, Pedagogia do Trabalho, Pedagogia da História, Pedagogia da Organização Coletiva, a pesquisa mostra que a prática ainda não traduz efetivamente em todo o seu potencial dessas dimensões. No entanto, existe uma organização para que a opção metodológica prática - teoria - prática seja alcançada na concretização dessas opções político-pedagógicas.

Nas entrevistas com as famílias e nas discussões pedagógicas, vem sendo reforçada a necessidade de planejar ações enraizadas no vir a ser do assentamento, vinculando construção curricular e os processos de produção e comercialização agroecológica, que podem ser fomentadas com a atuação das cooperativas como é

o caso da Terra Nova e com a experiência em curso da produção agroecológica do arroz, que envolveu as famílias camponesas como sujeitos históricos que aprenderam a manejar os recursos naturais disponíveis no assentamento, utilizando os conhecimentos sobre a produção pautados pelo acesso à tecnologia, somado à assistência técnica.

As percepções brotam nos próprios camponeses, demonstrando um nível de consciência capaz de diagnosticar e eleger estratégias que possibilitem um processo que todos desejam seja inovador. Assim, a investigação ação participativa indicou a Escola como um pólo aglutinador e descentralizador de experiências de produção, bem como o espaço sistematizador das experiências das próprias unidades de produção, onde os estudantes são copartícipes nesse processo, reafirmando a pedagogia do aprender pelas bordas. De forma significativa o investimento no SAF – Sistema Agroflorestal continua sendo fundamental, pois ali se desenvolve a matéria prima para a Farmácia Alternativa, onde são elaborados os fitoterápicos como xarope de angico, pomadas e sabonetes com ervas medicinais. Aqui aparece uma escola que não é forjada no acaso, mas que tem, como tarefa histórica, uma continuidade na elaboração de conhecimentos, na direção de uma ação cada vez mais qualificada.

Em relação às oficinas ministradas pela assistência técnica elas estão sendo realizadas na escola, com a participação da comunidade. Também cumprem uma itinerância nas diferentes unidades familiares conforme a necessidade de qualificar o conhecimento, observando a rotação das culturas bem como o período das podas. Importante registrar que essa decisão vem avançando e sendo cumprida desde as discussões realizadas no Fórum de Debates criado na primeira imersão com os sujeitos do Renascer.

Nesse trabalho, buscamos ir cercando a ação política do intelectual orgânico que, sem invasão cultural, contribui para fazer esses processos avançarem. Ao problematizar a participação coletiva e a ação docente busca encontrar possibilidades de conduzir a pesquisa para que não caia na mera constatação dos fatos, mas efetivamente se encharque de realidade, tornando-se legítima. Em outras palavras seja possível construir junto com os camponeses alternativas de superação das situações limite da classe, cavando espaços de informação, formação e organização da luta para que os camponeses avancem de classe em si para a

classe para si, conquistando um caráter estratégico na transição para uma nova sociedade. Marx nos ajuda a compreender essa transição da seguinte forma:

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe (MARX, 2009, p. 190).

Temos como desafio ir consolidando um processo de resistência aos ataques do imperialismo e dos seus vassallos, agentes entreguistas, através do trabalho coletivo, consolidando estratégias com as organizações populares e reforçando a unidade latino-americana. Assim como combater os governos direitistas e suas conexões internacionais, governos que celebram concessões aos inimigos a custa da miséria, da fome e do desemprego, da repressão e de assassinatos nos conflitos no campo. No caso brasileiro, os dados divulgados nos Cadernos da CPT (2016/2017), indicam que a violência se concentrou na Amazônia onde foram registrados 47 dos 50 assassinatos. Em 2016, foram registradas 1.295 ocorrências de conflito por terra, demonstrando a permanência dos conflitos, o recrudescimento da violência e, de maneira assombrosa, os assassinatos, sendo que no decorrer dos últimos anos a concentração fundiária cresceu, acrescentando mais 97,9 milhões de hectares às grandes propriedades. Numa mesma área, um conflito pode ter desdobramentos diversos. Cada um deles corresponde a uma ocorrência. Neste ano, as áreas ou localidades em conflito somam 939.

Por fim, resta dizer que a escola Oziel Alves Pereira vem consolidando um processo de formação, de educação que respeita o povo do campo, planeja suas ações educativas com a intenção teleológica de humanizar, anunciar e denunciar, inserir os sujeitos de forma crítica nesta sociedade.

Neste sentido as diferentes áreas do conhecimento buscam a transversalização dos conhecimentos historicamente acumulados com as experiências do plantio do arroz orgânico, da mandioca, do trabalho no SAF e a sua relação direta com a manipulação dos fitoterápicos na Farmácia Alternativa. Na certeza de que meninas e meninos têm recebido conhecimentos, ressignificando esses conhecimentos em confronto com as próprias condições materiais de gerar a vida das suas famílias, podemos dizer que a escola se constitui como um espaço de

resistência elaborando saberes, valores, trabalhando a auto-estima, rompendo com a idéia que só resta para os camponeses o abandono da terra.

A escola se soma à luta por uma Reforma Agrária Popular que tenha identidade com os diferentes sujeitos, pautada na entrega massiva de terras por meio de uma combinação com governos de natureza popular e os movimentos sociais, para desenvolver uma agricultura que não destrua a natureza. Isso se materializa no trabalho sobre a produção agroecológica e a participação em encontros como Sem Terrinhas. A escola tem usado seu espaço para a mobilização e a participação nas lutas. Como concretamente foi a luta pela não redução das turmas, não retirada de componentes curriculares, como Técnicas Agrícolas que teria como desdobramento redução de carga horária de trabalho da equipe docente, sendo que esse componente curricular é o articulador da construção do conhecimento sobre agroecologia. Vale concluir que, para consolidar uma escola e uma educação revolucionária, é preciso romper com a tese de que a ação política é tarefa de profissionais, de especialistas e que estes profissionais não podem ser da classe trabalhadora. No entanto, podemos e devemos ser esses profissionais e especialistas que encharcados de vida e de mundo, comprometidos com a terra, homem e natureza podemos indicar que perspectiva reais de transformação podemos consolidar enquanto tarefa histórica e revolucionária. É urgente, e não pode ser mais adiada, a mobilização das massas para uma ação política que busca como resultado criar e recriar o mundo natural de formas que o novo permita ir além dessa sociedade capitalista, opressora e excludente.

Para resistir aos ataques do imperialismo, de seus vassalos e agentes entreguistas, o melhor caminho é o trabalho coletivo, consolidar estratégias com as organizações populares e reforçar a unidade latino-americana, bem como combater os governos direitistas e suas conexões internacionais, governos que celebram concessões aos inimigos a custo da miséria, da fome e do desemprego, da repressão e de assassinatos nos conflitos no campo, como no caso brasileiro.

Importante registrar que a escola busca honrar a história de luta do MST engrossando as fileiras ao assumir o compromisso com as diretrizes da Educação do Campo que reafirma a luta por uma sociedade justa, democrática e igualitária, sem exploração do trabalho e da natureza. Buscamos, junto com a comunidade escolar, compreender e construir a Reforma Agrária Popular com a ampla distribuição de terras para quem nela vive e trabalha, produzindo alimentos saudáveis e

ambientalmente sustentáveis para toda a sociedade. Defendemos que a elaboração do conhecimento tenha como matriz tecnológica a agroecologia e que o desenvolvimento da agricultura esteja sustentado nos estudos sobre agroecossistema<sup>13</sup>, enquanto uma totalidade abrangendo todos os elementos ambientais e humanos e suas relações, bem como a soberania alimentar que sustenta a livre produção a partir das necessidades próprias dos camponeses e do respeito aos territórios onde estão inseridos.

---

<sup>13</sup> O agroecossistema é uma comunidade de plantas e animais interagindo com seu ambiente físico e químico, que foi modificado para produzir alimentos, fibras, combustíveis e outros produtos para consumo e utilização humana (Altieri,2012, p. 105).

## Referências

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Crise e Poder**. 2 ed., São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2 ed., São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **O caracol e sua concha**. Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Bitempo, 2005.

ABRAMOVAY, Ricardo A questão agrária no Brasil: o debate da década de 1990. In STÉDILE, João Pedro (Org.). **Agricultura familiar e capitalismo no campo**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013p. 113-114.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Hucitec – ANPOCS – Editora Unicamp, 1992.

BORDA, Orlando Fals. **Subversión y Cambio Social**. Bogotá: ediciones Edward, 1968.

\_\_\_\_\_. **Aspectos Teóricos da Pesquisa Participante**: considerações sobre o significado e o papel na participação popular, in: Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. **Una sociologia sentipensante para América Latina**. 09-10. Bogotá: Impresión Panamericana formas e Impresos S.A, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **A Questão Política da Educação Popular**. 2 ed., São Paulo: Brasiliense, 1980.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. **O que é educação**. 6. ed., São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. **O Trabalho de Saber**: cultura camponesa e escola rural. Porto Alegre: Sulina, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Afeto da Terra**: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis. Campinas: UNICAMP, 1999.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Repensando a Pesquisa Participante**. 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Educação Como Cultura**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Educação Popular na Escola Cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **O que é método Paulo Freire**. 25 reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, IBGE. **Censo agropecuário 2006**. PORTILHO, F. Sustentabilidade ambiental, SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação consumo e cidadania). São Paulo: Cortez, 2005.

CALDART, Roseli Salete (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Dualidade de Poderes**. 2 ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. Lukács, a ontologia e a política. In: ANTUNES, Ricardo e REGO, Walkíria Leão (Org.). **Lukács, um Galileu do Século XX**. 2 ed., São Paulo: Boitempo, 1996.

ENGELS, Friedrich. A concepção materialista da história (Carta a C. Schmidt). In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Marx-Engels: História**. São Paulo: Ática, 1983.

CPT Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil 2015**. Brasília: CPT Nacional, 2015.

\_\_\_\_\_. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil 2016**. Brasília: CPT Nacional, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. 7 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. Investigação e metodologia da investigação do tema gerador. In: TORRES, Carlos Alberto (Org.) **A Práxis Educativa em Paulo Freire**. (Texto de 1968, Montevideu). São Paulo: Loyola, 1979.

\_\_\_\_\_. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **Conscientização teoria e prática da libertação**, 3 ed., São Pauto: Moraes, 1980.

\_\_\_\_\_. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. Quatro Cartas aos Animadores de Círculos de Cultura de São Tomé e Príncipe. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues e outros. **A Questão Política da Educação Popular**, 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 18 ed., São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança**. 6 ed., São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- \_\_\_\_\_. **À Sombra desta Mangueira**. 3 ed., São Paulo: Olho D'Água, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Edunesp, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Extensão e Comunicação**. 11 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Org. Ana M. A. Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia** Saberes necessários à prática educativa. .28 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Cartas a Cristina**: reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2ª ed. São Paulo: Edunesp, 2003.
- \_\_\_\_\_ e HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando** – Conversas sobre educação e mudança social. 2 ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- FRIGOTO, Gaudêncio. **Educação e Crise do Trabalho: perspectiva de final de século**. 2 ed., Petrópolis: Vozes 1998.
- FURTADO, Celso. **A fantasia organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GRAMISCI, Antônio **Concepção Dialética da História**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GUSMAN, Sevilla Eduardo e MOLINA, Manoel Gonzáles de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2 ed., São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- \_\_\_\_\_. Estruturas e Sujeitos e os Fundamentos da Relação Trabalho e Educação in: LONBARDI JOSÉ CLAUDINEI, DERMEVAL SAVIANI, SANFELICE J. L. (Orgs.). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas: Editora Autores Associados, 2002. p. 61-74.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 4 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KAUTSKI, Karl. **A questão agrária**. 3 ed., São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KIELING, José Fernando. A contribuição de Caio Prado para a fundamentação teórico-metodológica de estudos históricos no Rio Grande do Sul. **Cadernos de Educação**. Pelotas, FAE/UFPel, n. 6: 131-164, jan-jun/1996.

\_\_\_\_\_. **A investigação da realidade como eixo problematizador dos currículos**. Texto elaborado para discussão na mesa redonda Formação de Professores: o diálogo (necessário) com os movimentos sociais e publicado nos anais do III Seminário de Pesquisa em Educação – Região Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros populares da escola pública**. Texto para mesa redonda Educação, Cultura e Movimentos Populares e publicado nos Anais do III Seminário de Pesquisa em Educação – Região Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. Pressupostos históricos dos processos educativos no meio rural. **Cadernos de Educação**. FAE/UFPel, a.7, n. 12: p. 75-87, jan-jun/1999.

LÊNIN, Wladimir I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Coleção Os Economistas. 2 ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. **Cooperativismo e Socialismo (I)**. Coimbra: Centelha, 1973.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**- Estudos sobre a dialética marxista. 2 ed., São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Ontologia do Ser Social**: a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. **Ontologia do Ser Social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. Por que Marx e Engels criticaram a ideologia liberal? **Ensaio**. São Paulo, n. 17; 18: p. 173-180, 1989.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica à economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume 6/3, 1974.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1976.

\_\_\_\_\_. O método da economia política. In: \_\_\_\_\_. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 a, p. 14-19.

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da economia política**. 3 ed., São Paulo: Abril Cultural, 1982 b.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômico-filosóficos [1843-4]**. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Capital- Livro I**, Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Capital- Livro II**, Rio de Janeiro: Boitempo, 2014.

\_\_\_\_\_. **O Capital- Livro III**, Rio de Janeiro: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. **O manifesto comunista**. 3ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2014.

MÉSZÁROS, István. **Poder político e dissidência nas sociedades pós-revucionárias**. (texto datado de 1977). Ensaio. São Paulo: n. 14: p. 29-47, 1985.

\_\_\_\_\_. Tempos de Lukács e Nossos Tempos: socialismo e liberdade (entrevista a). **Ensaio**. São Paulo, n. 13: 9-29, 1984.

\_\_\_\_\_. **A Crise Atual**. Ensaio. São Paulo, n. 17-8: p. 159-171, 1989.

\_\_\_\_\_. Filosofia, Ideologia e Ciência Social: ensaios de negação e afirmação. **Ensaio**. São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo/Edunicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

\_\_\_\_\_. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MST. **Princípio da educação no MST**. Cadernos de educação, MST, nº 8, 1986.

\_\_\_\_\_. **Alfabetização**. Cadernos de educação, MST, nº. 2, fev. de 1993.

\_\_\_\_\_. **O que queremos com as escolas dos assentamentos**. MST. Cadernos de formação. MST, n. 18, Nov/1993.

\_\_\_\_\_. **Alfabetização de jovens e adultos: Educação matemática**. Caderno de educação, MST, n. 5, 1995.

\_\_\_\_\_. **Planejamento**. Caderno de educação, MST, n. 6, jan. de 1995.

\_\_\_\_\_. **Escola itinerante em acampamentos do MST**. Fazendo escola. São Paulo, MST, n. 1, junho de 1998.

\_\_\_\_\_. **Dossiê MST Escola – Documentos e estudos 1990 – 2001**. Caderno de educação nº 13 – edição especial, 2005.

\_\_\_\_\_. **Educação no MST Memória – Documentos 1987 – 2015**. Caderno de Educação nº 14, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia das lutas pela terra no Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

\_\_\_\_\_. Agricultura e Indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: 58: 5-64, set. 1981.

PRADO Jr. Caio. **A Revolução Brasileira**, São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

\_\_\_\_\_. **Dialética do Conhecimento**. Tomo I, 5 ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

\_\_\_\_\_. **Dialética do Conhecimento**. Tomo II, 5 ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

\_\_\_\_\_. **A questão agrária no Brasil**. 4 ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. A questão agrária e a revolução brasileira – 1960. In: STÉDILE, João Pedro (Org). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

PPP, **Projeto Político Administrativo e Pedagógico da E.E.M.F. Oziel Alves Pereira**, 2017.

SOUZA, Maria da Graça. **Tempos de chegada e tempos de partida – Escola Oziel Alves Pereira: enraizando e amarrando as pontas entre conhecimento e produção**. Pelotas: Editora Gráfica Universitária da UFPEL, 2009.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. **Reforma Agrária**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

\_\_\_\_\_. **A questão agrária no Brasil: o debate da década de 1990**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

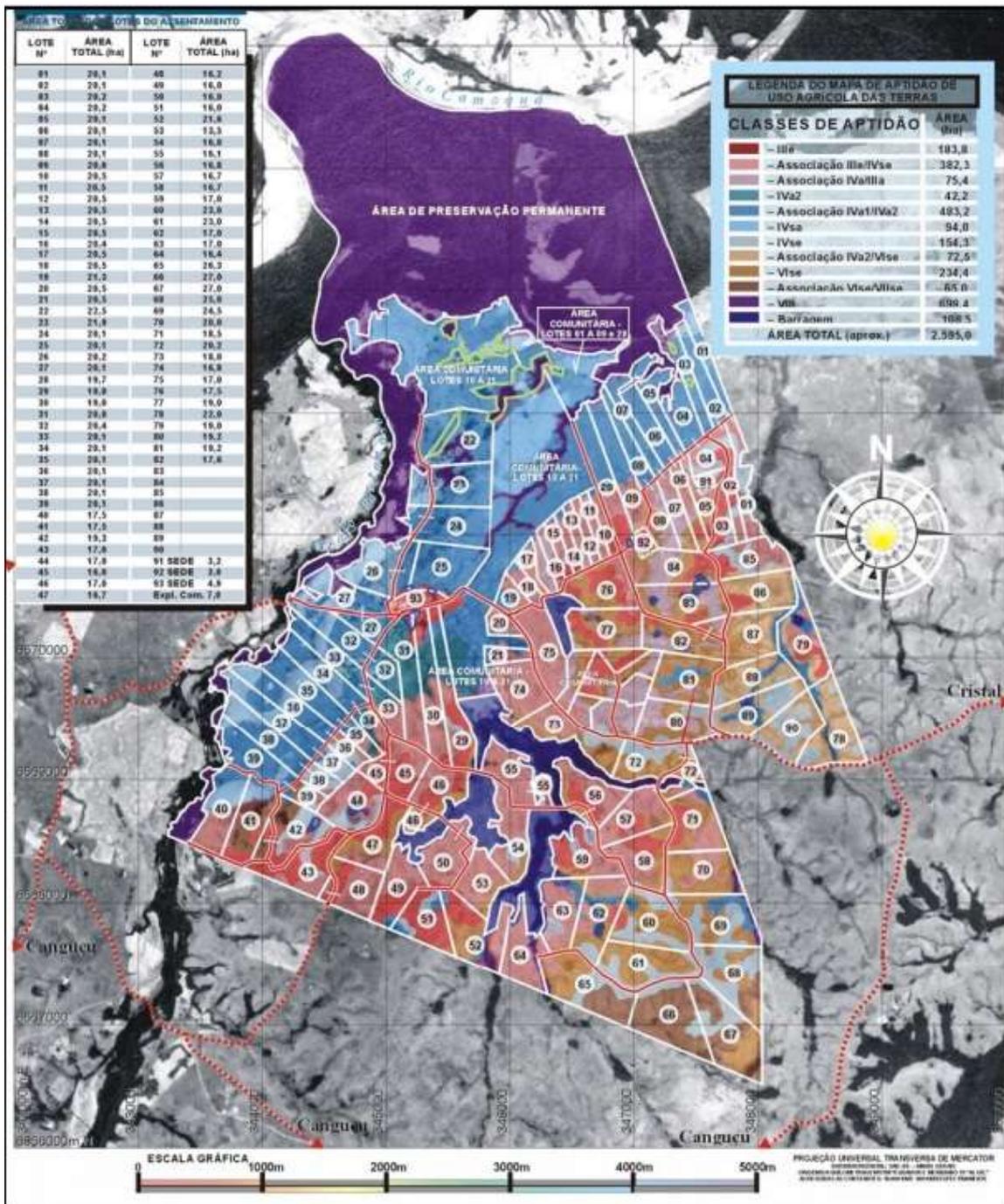
## **ANEXOS**

## Anexo A – Mapa do Rio Grande do Sul



Fonte: cta.ifrs.edu.br 415 x 415 - Pesquisa por imagem

## Anexo B – Mapa de Localização dos lotes do Assentamento Renascer



## Anexo C - 1ª Abertura da Colheita de Arroz Orgânico do município de Canguçu



### 1ª Abertura da Colheita de Arroz Orgânico do município de Canguçu

“... NA TERRA AMADA DO CORAÇÃO  
ESCOLAS, SONHOS E PLANTAÇÃO  
GERMINA A SEMENTE QUE NOS UNIU  
POVO SEM TERRA É DO BRASIL”.

Convidamos para a 1ª Abertura da Colheita de Arroz Orgânico do município de Canguçu. É com imensa alegria que iniciamos esta trajetória na certeza de que a produção orgânica é a garantia de alimentação saudável e, portanto, de Saúde.

**Local: Assentamento Renascer**

**Dia: 23 / 03 /2016**

**Manhã:** 1) Abertura da safra do arroz orgânico no lote do Sr. Adelmo Corneau, às 10h00min horas;

2) Almoço no lote do Sr. Volmar Batista às 12 horas; (trazer prato e talheres, se possível cadeira de praia);

**Tarde:**1) Visita a outras unidades de produção orgânica e futura lavoura de produção de sementes, no lote do Sr. Erani Prestes.

## Anexo D - 2ª Abertura da Colheita de Arroz Agroecológico do município de Canguçu

### 2ª Festa da Colheita do Arroz Agroecológico de Canguçu (safra 16/17)



**Dia 30 de Março de 2017**  
**Assentamento Renascer, Canguçu/RS**  
**Lote do Produtor Orgânico Erani Prestes**

**Informações:**  
Escritório da Emater de Canguçu - (51)3252.1580  
Matosa (Grupo de Produtores Orgânicos) - (51)99622.8819

**Programação:**  
09:00 - Música de Abertura do Evento  
09:30 - Apresentação dos Resultados da Safra  
10:00 - Fala dos Representantes Convidados  
11:00 - Visita a Lavoura e Colheita do Arroz Orgânico  
12:15 - Almoço de Confraternização

**Anexo E – Documento de registro de compra e venda da fazenda pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1999, hoje Assentamento Renascer**

continuação da página anterior

Página(s) 2/5

REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANGUÇU

LIVRO N.º 2 — REGISTRO GERAL



FILS. MATRÍCULA

lv. 464

R.2/464 - Em 14/09/1977.  
 Imóvel: - O constante da matrícula retro descrita. HIPOTECA CEDULAR DE PRIMEIRO GRAU: Credor: BANCO DO BRASIL S/A., agência da cidade de Gramado, neste Estado. Devedor: A. PECCIN & CIA LTDA - sediada em Gramado-RS., já qualificada. VALOR DA DÍVIDA: Cr\$275.000,00. VENCIMENTO: Em 05/09/1978. JUROS: 15% ao ano, pagáveis em 30 de junho, 31 de dezembro e na liquidação desta dívida, podendo ser capitalizados. PRAÇA DE PAGAMENTO: Em Gramado, neste Estado. AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: O imóvel antes matriculado com todas as suas benfeitorias, para todos os fins de direito, ficam avaliados pelas importâncias atribuídas a cada unidade ou conjunto, no valor total de Cr\$2.082.512,00 (dois milhões, oitenta e dois mil, quinhentos e dois cruzeiros), a saber: Valor das terras Cr\$1.712.512,00 e Valor das benfeitorias Cr\$370.000,00. Forma: CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA, Nº EFC 77/00997-0, de Primeiro Grau, datada de 05/09/1977, de 05 de setembro de 1977, registrada sob número 1.273 no Livro Nº3, deste Cartório. Registrado por: O Oficial *[Assinatura]*

Nihil.-

R.3/464 - Em 13/10/1977.  
 Imóvel: - O constante da matrícula descrita no anverso. HIPOTECA CEDULAR DE SEGUNDO GRAU: Credor: BANCO DO BRASIL S/A., agência da cidade de Gramado, neste Estado. Devedor: A. PECCIN & CIA LTDA, sediada em Gramado-RS., CCC90261850/0001-36, representada por Almeri Alfredo Peccin, CPF:008071920; Pedro Henrique Bertolucci, CPF:084119210 e Laurence Peccin, CPF:108696110, Gerente Geral; Gerente Comercial e Gerente Industrial, respectivamente. VALOR DA DÍVIDA: Cr\$1.25.983,00, (Um milhão, seiscentos e vinte e cinco mil, novecentos e oitenta e três cruzeiros). VENCIMENTO: Em 10/10/1.982. JUROS: Nihil sobre Cr\$751.164,00 e 15% ao ano sobre Cr\$874.819,00, pagáveis em 30 de junho, 31 de dezembro e/ou na liquidação desta dívida. PRAÇA DE PAGAMENTO: Em Gramado, neste Estado. FORMA DE PAGAMENTO: Em 31/07/78 Cr\$1.341.164,00; Em 10/10/78 Cr\$73.336,00; Em 10/10/1.979 Cr\$52.500,00; Em 10/10/80 Cr\$52.500,00; Em 10/10/81 Cr\$52.500,00; Em 10/10/82 Cr\$53.983,00. AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: O imóvel retro matriculado para todos os fins de direito ficam com todas as suas benfeitorias e maquinismos avaliados pela importância total de Cr\$3.470.854,00 (três milhões, quatrocentos e setenta mil, oitocentos e cinquenta e quatro cruzeiros). Forma: CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA, Nº EAC 77/01179-7, de Primeiro, Segundo e Quarto Grau, datada de 10/10/1977, registrada sob número 1.399 no Livro Nº3, deste Cartório. Registrado por: O Oficial *[Assinatura]* Cr\$240,50

CONTINUA 2. FOLHA N.º

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANGUÇU - RS  
**CERTIDÃO**  
 CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registros e arquivos existentes neste servente.  
 Dou fé.  
 Canguçu, 21 de março de 2017 - 14h 59min 10s  
 Elizane Quintana Stern - Escrevente Autorizada *[Assinatura]*

Continua na próxima página

continuação da página anterior

Página(s) 3/5



## REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANGUÇU

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

CANGUÇU, 19 de abril de 1976

 FLS. 464.  
 2. 464.

R.4/464 - Em 07/12/1977.

Imóvel: - O constante da matrícula anteriormente descrita. HIPOTECA CEDULAR DE TERCEIRO GRAU: Credor: BANCO DO BRASIL S/A., agência da cidade de Gramado-RS. Devedor: A.PECCIN & CIA LTDA, sediada em Gramado-RS., CGC 90261850/0001-36, representada por Almeri Alfredo Peccin, Pedro Henrique Bertolucci e Laurence Peccin, antes qualificados. VALOR DA DÍVIDA: Cr\$300.000,00. VENCIMENTO: Em 1º/12/1.978. JUROS: 15% ao ano, exigíveis em 30 de junho, 31 de dezembro e na liquidação desta Cédula, podendo ser capitalizados. PRAÇA DE PAGAMENTO: Em Gramado, neste Estado. AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: - O imóvel antes matriculado para todos os fins de direito, com todas as suas benfeitorias e maquinismos, fica avaliado pelas importâncias atribuídas a cada unidade ou conjunto, no valor total de Cr\$3.470.854,00, a saber: valor das terras Cr\$3.100.854,00; valor das benfeitorias, Cr\$370.000,00. Forma: CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA, Nº EPC 77/01343-9, de 1º e 3º Grau, datada de 1º/12/1977, registrada sob número 1.655 no livro 3-aux., deste Cartório. Registrado por: O Oficial do Registro

Cr\$180,50

AV.5/464 - Em 22/12/1978.

Conforme Autorização de Baixa, datada de 14 de dezembro de 1978, que ficou arquivada neste Cartório; fica o R.4/464, devidamente cancelado e sem nenhum efeito. Em face do citado cancelamento o imóvel matriculado fica gravado em Hipoteca Cédular de SEGUNDO GRAU. Averbado por: O Oficial do Registro

Cr\$21,40

AV.6/464 - Em 22/12/1978.

Conforme Autorização de Baixa, datada de 08 de novembro de 1978, que ficou arquivada neste Cartório, fica o R.2/464 devidamente cancelado e sem nenhum efeito. Tendo em vista o referido cancelamento o imóvel matriculado fica gravado em Hipoteca Cédular de PRIMEIRO GRAU. Averbado por: O Oficial do Registro

Cr\$21,40

AV.7/464 - Em 12/02/1983.

Pela Autorização de Baixa, de 20/10/82, que ficou arquivada neste Cartório, foi autorizado o cancelamento do R.3/464, retro descrito, tendo em vista o recebimento da importância correspondente a Cédula da Cédula Rural EAC 77/01179-7, no total de Cr\$1.625.983,00. Em virtude do aludido cancelamento o imóvel matriculado fica livre e desembaraçado de quaisquer HIPOTECAS ou outros ÔNUS - REAIS. Averbado por: O Oficial Ajudante

Cr\$209,00

CONTINUA NO VERSO

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANGUÇU - RS  
CERTIDÃO

CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registros e arquivos existentes nesta serventia.

Dou fé.

Canguçu, 21 de março de 2017 - 14h 59min 10s  
Beane Quintana Stern - Escrevente Autorizada

Continua na próxima página



REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANGUÇU  
LIVRO Nº 2 — REGISTRO GERAL

FLS.	MATRÍCULA
2v.	464

AV.8/464 - Em 22/11/1999. - CADASTRO NO INCRA - Pelos termos da Escritura Pública de Compra e Venda adiante mencionada no R.9/, averbo que o imóvel desta matrícula atualmente encontra-se cadastrado no INCRA., sob número 850026 042633-4, com a área total de 1.893,8ha., módulo fiscal 16,0ha., nº de módulos fiscais 118,36. fração mínima de parcelamento 2,0ha, conforme CCIR 1998/1999. PROTOCOLO Nº 57.875 LIVRO 1-0, desta data. O Oficial designado, Luiz Bersch Garcia, R\$9.40

R.9/464 - Em 22/11/1999.  
Imóvel: - O Objeto desta matrícula. Título: COMPRA E VENDA DE IMÓVEL RURAL. Transmitente: A. PECCIN & CIA LTDA., empresa com sede em Gramado-RS., CNPJ 90 261 850/0001-35, presente no ato por seus sócios gerentes, Laurence Peccin, empresário, CPF 108 696 110-20, CI-RG 5033147256 SSP/RS, e Ricardo Peccin, engenheiro, CPF 345 777 850 72, CI-RG 5017423681/SSP/RS, ambos brasileiros, casados, domiciliados e residentes em Gramado-RS. Adquirente: CESAR INGLETTO, industrial, CPF 193 829 360 68, CI-RG 1002712618/SSP/RS, casado com RENATA INGLETTO, do lar, CPF 429 671 470 87, CI-RG 2002742969/SSP/RS, pelo regime da comunhão universal de bens, antes da vigência da Lei 6.515/77. brasileiros, domiciliados e residentes em Campo Bom-RS., na Rua João Paulo I, 220. Forma do Título: Escritura Pública lavrada no Livro Nº 157, fls.063, em 19 de novembro de 1999, no Tabelionato da cidade de Canela-RS. A presente venda é feita pelo preço certo e ajustado, em 06 de janeiro de 1999, de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais), integralmente recebido mediante uma nota promissória, "pro soluto", emitida pelo outorgado comprador, com vencimento em 31 de dezembro de 1999, com a mesma avaliação fiscal para efeitos de ITBI. CONDIÇÕES: As constantes da escritura. PROTOCOLO Nº 57.875 desta data. O Oficial designado, Luiz Bersch Garcia, R\$935,00 -

R.10/464 - Em 05 de Janeiro de 2000.

Imóvel: - O Objeto desta matrícula. Título: COMPRA E VENDA. Transmitemtes: CESAR INGLETTO, industrial, portador da carteira de identidade número 1002712618, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF sob número 193.829.360-68 e sua esposa RENATA INGLETTO, do lar, portadora da carteira de identidade número 2002742969, expedida pela SSP/RS, inscrita no CPF sob número 429.671.470-87, brasileiros, casados pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à Lei 6.515/77, residentes e domiciliados na cidade de Campo Bom-RS., na Rua João Paulo I, nº220, representados pelo senhor Luiz Reuber, devidamente qualificado na escritura ora registrando. Adquirente: ESTADO DO GRANDE DO SUL, através do Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul - FUNTERRA, vinculado a Secretaria de Agricultura, Administração e

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANGUÇU - RS  
CERTIDÃO

CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registros e arquivos existentes nesta serventia.  
Dou fé.  
Canguçu, 21 de março de 2017 - 14h 59min 10s  
Elizane Quintana Stern - Escrevente Autorizada

Continua na próxima página

continuação da página anterior

Página(s) 5/5



## Registro de Imóveis - Canguçu

### Livro nº 2 - Registro Geral

Canguçu, 19 de abril de 1976

Fl	Matrícula
3	464

Estado, com sede na cidade de Porto Alegre, neste Estado, na Av. Borges de Medeiros, número 1501, inscrito no CNPJ sob número 93.021.632/0001-12, representado no ato pelo Secretário de Estado da Agricultura, José Hermeto Hoffmann, brasileiro, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade número 1007967555, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF sob número nº1384, nos termos da Lei 7916 de 16/07/84 e portaria (nomeação) assinada pelo Governador do Estado, Senhor Olívio de Oliveira Dutra e pelo Secretário Extraordinário para Assuntos da Casa Civil, Senhor Flávio Koutzi, datada de 01 de janeiro de 1999. Interveniente Anuente: A Empresa A. PECCIN & CIA. LIMITADA, inscrita no CNPJ sob número 90.261.850/0001-36, com sede na cidade de Gramado, neste Estado, representada pelos seus sócios gerentes Laurence Peccin e Ricardo Peccin, devidamente qualificados na escritura ora registrando. Forma do Título: Escritura Pública lavrada no Livro 87-B, fls.169, em 15 de dezembro de 1999, pelo Tabelião Substituto Bel. João Alberto dos Santos, do 10º Tabelionato de Notas da cidade de Porto Alegre-RS. Valor: R\$1.664.075,00 (um milhão, seiscentos e sessenta e quatro mil e setenta e cinco reais) em moeda corrente nacional, com todas benfeitorias úteis e necessárias no imóvel existente, conforme Processo Administrativo número SPI017732.15.00.99.1 do Funterra, através de Nota de Empenho a ser liquidada da seguinte forma: R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais), a ser pago no dia 16 de dezembro de 1999 e, o saldo de R\$1.264.075,00 (um milhão, duzentos e sessenta e quatro mil e setenta e cinco reais), deverá ser pago, aos vendedores, em duas parcelas, a primeira no valor de R\$709.383,32, no dia 14 de janeiro de 2000, e a segunda no valor de R\$554.691,68, no dia 14 de fevereiro de 2000. CONDIÇÃO: Que a presente venda é feita com a cláusula "AD MENSURAM", nos termos do Artigo 1.136 do Código Civil Brasileiro. As demais constam na escritura. PROTOCOLO Nº 58.131 desta data. O Oficial designado, Luiz Bersch Garcia.

R\$935,00

Código SEM RIVAL - Fone/Fax: (051)3125-9000 - 1000 Fch -

#### SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE CANGUÇU - RS

##### CERTIDÃO

CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registros e arquivos existentes nesta serventia.

Dou fé.

Canguçu, 21 de março de 2017 - 14h 59min 10s

Certidão 5 páginas: R\$ 24,90 (0096.03.1600007.02299 = R\$ 2,70)

Busca em livros e arquivos: R\$ 8,60 (0096.01.1700001.01686 = R\$ 1,40)

Processamento eletrônico de dados: R\$ 4,50 (0096.01.1700001.01687 = R\$ 1,40)

Elizane Quintana Stern - Escrevente Autorizada

**Anexo F – 2ª edição do Jornal da Escola – síntese dos trabalhos sobre o tema:  
Alimentação Saudável**



**1) TRABALHOS REALIZADOS PELOS ALUNOS: 6ª,7ª,8ª E 9ª SÉRIE**



**ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL:**

A promoção à saúde e de uma alimentação saudável no espaço escolar pressupõe a ação e a integração entre a escola e comunidade escolar e algumas entidades parceiras. Para isso a escola desenvolveu durante o segundo semestre de 2016 atividades educativas que informem e motivem escolhas individuais de práticas saudáveis por meio de uma alimentação equilibrada e ações de proteção a produção de alimentos orgânicos.

Sabendo da importância de consumirmos alimentos de qualidade a escola vem trabalhando com os alunos a produção dos mesmos desde a aquisição de sementes, o plantio e o processamento de alimentos de forma orgânica e saudável.

## **2) A ORIGEM DO ARROZ**

**Coordenado pela Professora Isabel**

**Alunos da turma de 8ª série**

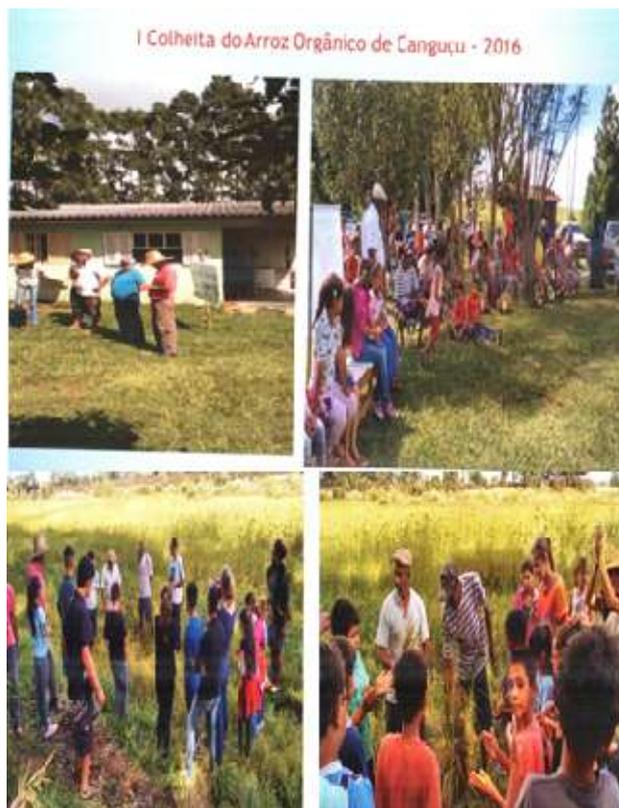
O arroz foi provavelmente, a primeira planta cultivada na Ásia e o primeiro alimento consumido. Segundo historiadores a origem da planta está no Sudeste da Ásia, talvez na Índia. Na literatura chinesa foram encontradas as referências mais antigas sobre o arroz, há cerca de 5 mil anos. Da Índia, a cultura do arroz estendeu-se para a China e a Pérsia, espalhando-se mais tarde, para o sul ao leste, alcançando a Indonésia por volta de 1500 a.C. No Japão foi introduzido pelos chineses cerca de 100 anos a.C. Na Europa, o arroz começou a ser cultivado nos séculos VII e VIII, com a chegada dos árabes à Península Ibérica. Foram provavelmente os portugueses que introduziram esse cereal na África Ocidental, e os espanhóis, os responsáveis pela sua disseminação nas Américas.

Segundo alguns autores, o Brasil foi o primeiro país a cultivar esse cereal no continente americano, O arroz era o “milho d’água” (abati-uauapé) que os Tupis, muitos antes de conhecerem os portugueses, já colhiam nos alagados próximos ao litoral.

Plantio de arroz em terraço, com formatos que lembram contornos de colinas são uma marca registrada de algumas regiões da Ásia, como Yuanyang, na China; Bali na Indonésia. Embora se acredite que o cultivo do arroz tenha origem na China, o país que mais planta arroz hoje é a Índia. Arrozaís cobrem cerca de 3% do território indiano. O Brasil aparece na décima posição entre os maiores produtores de arroz do planeta.

Os top 10 em quilômetros quadrados: Índia 438.600, China 293.860, Indonésia 122.550, Bangladesch 116.874, Tailândia 106.296, Mianmar 81.786, Vietnã 73.788, Filipinas 44.376, Paquistão 29.412 e o Brasil com 28.490.

Tipos de arroz: **Arroz do sequeiro e Arroz irrigado** (ambos podem ser convencionais ou orgânicos).



Edição 28/03/2016

#### Canguçu tem primeira colheita de arroz agroecológico

No assentamento Renascer, em Canguçu, a colheita de arroz orgânico foi celebrada com a primeira Abertura de Safra no dia 23. O evento foi promovido em parceria com a Emater, responsável pela assistência técnica dos assentamentos na região, pela Escola Oziel Alves Pereira e pelo MST.

A linha produtiva está sendo testada por três famílias, que plantaram, nesta primeira safra, 32 hectares. A experiência reuniu Emater, Cooperativa dos Trabalhadores Assentados na

Região de Porto Alegre (Cootap), Iriga e Secretaria de Desenvolvimento Rural de Canguçu. Recursos do MDA foram empregados na sistematização das áreas e abertura de canais.



**Vantagens** - Para o agricultor Volmar Batista Vieira, assentado há 13 anos no Renascer, a experiência já mostrou seu diferencial. "O custo da produção é muito mais barato. Você não precisa pagar veneno adubo químico. E sem falar na qualidade do arroz, né?" explica Vieira. Ele já plantava arroz de maneira convencional em seu lote, já que a área produtiva é quase toda de várzea. O bom desempenho do plantio orgânico em assentamentos do RS estimulou o agricultor a aderir à experiência.

Neste ano, Vieira plantou 6 hectares. O clima desfavorável e as condições da área, que estava mais degradada, vão levar a uma colheita de 400 a 500 sacas. A expectativa é ampliar o plantio na próxima safra, dedicando mais tempo à sistematização da área.

Grande parte do público que participou da abertura da safra foi de crianças e jovens. Segundo a técnica da Emater Ana Paula Jeske, o evento focalizou a importância da qualidade do alimento. O pioneirismo das três famílias já estimula adesões ao plantio orgânico. "Antes, ninguém tinha se dafeafarin a fazer. Agora já tem mais famílias interessadas. Tem que planejar e botar o pé no barro" afirma Vieira.

### 3) HISTÓRIA EM QUADRINHO SOBRE DEZ 10 PASSOS DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, CONFECÇÃO DE CARTAZES E PIRÂMIDE ALIMENTAR

Coordenados pelas professoras Lenir e Pâmela.

Alunos das turmas de 6ª e 7ª séries

#### 10 PASSOS PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

- 1) Para manter, perder ou ganhar peso procure a orientação de um profissional da saúde;
- 2) É legal comer 5 ou 6 vezes ao dia: café da manhã, no almoço e jantar, além de fazer lanches saudáveis nos intervalos das refeições;
- 3) Tente comer menos salgadinhos de pacote, refrigerantes, biscoitos recheados, lanches industrializados, alimentos de preparo instantâneo, doces, sorvetes e frituras;
- 4) Procure comer sempre que puder, frutas, verduras e legumes;
- 5) Faz bem comer feijão, arroz, massas, tomar leite e ou derivados todos os dias;
- 6) Escolha sempre alimentos saudáveis para o lanche da escola e nos momentos de lazer;
- 7) Beba bastante água no decorrer do dia;
- 8) Diminua o consumo de sal nas refeições;
- 9) Retire a gordura e a pele de aves quando estiver comendo;
- 10) Pratique pelo menos 30 minutos de atividade física (jogar bola, andar de bicicleta, caminhar).





#### 4) HISTÓRICO DOS ALIMENTOS

Coordenados pela professora Eliane  
Alunos das turmas de 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries

No documentário sobre a origem dos alimentos podemos aprender muitas coisas que realmente aperfeiçoaram o nosso conhecimento.

O milho surgiu na Cordilheira dos Andes e no Brasil na época dos índios já exploravam o milho.

O México é um dos países onde possui uma grande porção de milho. Surgiu de uma graminha chamada Teosinto e que foi se modificando até chegar ao milho que conhecemos.

O arroz surgiu no continente asiático, era vermelho e também foi evoluindo ao longo dos anos.

A batata foi encontrada no Peru, há 10.000 anos; sendo que os homens das cavernas foram os primeiros a comer batata. Faz bem para a visão.

Na Irlanda após uma guerra, morreram cerca de 1.800 pessoas pela falta da produção da batata.

## 5) TEATRO DE FANTOCHES

Coordenados pela professora Eliane

Alunos das turmas de 6ª e 7ª séries

As turmas fizeram com muita imaginação um teatro com fantoches utilizando como tema a alimentação saudável. Criaram as histórias e produziram os fantoches para apresentação no seminário de culminância do projeto. Também foram confeccionadas fruteiras com palitos de picolé.



## 6) SILAGEM DE MANDIOCA: UMA NOVA ALTERNATIVA ECONÔMICA E AUTO-SUSTENTÁVEL

Coordenados pelas professoras Eliane, Isabel e Maria da Graça

Alunos da 6ª e 7ª séries: Larissa, Juliana e Thaylon

No dia 23 de setembro de 2016, juntamente com as professoras Eliane, Isabel e Maria da Graça, nós das turmas de 6ª e 7ª série fomos conhecer a curiosa e econômica silagem de mandioca.

A silagem serve para os animais: ovelhas, gado, porcos e aves f continuar aproveitando. O Batista, explicou que a silagem é feita com a rama da mandioca e com as folhas. O fruto da mandioca você pode continuar aproveitando. É uma técnica econômica, pois para plantar a mandioca não se utiliza produtos químicos, só precisamos plantar, limpar, colher a rama e fazer a silagem.

A máquina que se utiliza é qualquer triturador. O saco é um saco de plástico mais grosso. O custo de produção por bolsa de silagem gira em torno dos R\$ 2,00.

Aprendemos que serve para prevenção e cura de doenças como sarna e carrapato nos animais.

### PROCESSO DE FABRICAÇÃO DA SILAGEM DE MANDIOCA, NO LOTE DE VOLMAR BATISTA



## 7) AS ABELHAS E A EXTINÇÃO DA HUMANIDADE

Coordenados pelas professoras Eliane e Isabel

Produção textual dos próprios alunos

Teatro: turma da 8ª série

No dia 21 de outubro na aula de técnicas agrícolas com a professora Eliane nós os alunos do 7ª série estudamos e aprendemos sobre as abelhas.

As abelhas são insetos que se defende com um ferrão e possuem seis patas, quatro asas, duas antenas e cinco olhos e num grupo de abelhas na colmeia possui 50.000 abelhas sendo que uma abelha necessita pegar pólen de 200 flores por dia para produzir duas bolinhas de pólen sendo estas carregam nas patinhas de trás.

A rainha tem a função de produzir 3 mil ovos por dia sua faixa de vida 4 a 5 anos o zangão sua função e fecundar a rainha é expulso da colmeia e ai ele morre de fome.

Através dos estudos feitos e documentários assistidos nós, alunos e professores ficamos bem preocupados, pois vocês sabiam que, em 2006 as abelhas começaram a desaparecerem e porque isso está acontecendo? Por que nós, estamos acabando com elas colocando fogo, usando agrotóxicos se elas se extinguirem teremos somente quatro anos de vida na terra, pois sem as abelhas e seu trabalho de polinização morreremos de **FOME**.



## 8) SEMENTES TRANSGÊNICAS E SEMENTES CRIOULAS: FAÇA UMA OPÇÃO!

**Alunos da turma de 8ª série: Mizael, Gamarra e Júnior**

Os transgênicos contêm muitos químicos e venenos perigosos para nossa saúde e para o nosso corpo. Ele pode causar câncer e várias outras doenças. Mais as pessoas que plantam soja, arroz, milho convencional não pensam nas

consequências eles só visam ao lucro usando sementes transgênicas cada vez mais poluindo a terra e poluindo eles mesmos e nós também.

A importância da semente crioula deve cada vez mais cultivar sementes crioulas para ela não se acabar e cada vez mais aumentando para todos nós comer um alimento saudável sem químicos e venenos e não poluir a terra.

Por isso todos nós devemos se conscientizar antes de usar sementes transgênicas e ver que vai fazer mal a nós mesmos e usar sementes crioulas que são saudáveis para nós e também tentar fazer que os outros entendam isso também.

## 9) DIA DE CAMPO ASSENTAMENTO ARROIO DAS PEDRAS

Visita ao lote da aluna Sabrina: muitos aprendizados com Balbina e Danúbio



Trabalho sobre as nascentes de água



## 10) ARROZ CONVENCIONAL X ARROZ ORGÂNICO

Coordenados pelas professoras Isabel e Pâmela

Alunos da turma de 8ª série

Os alunos apresentaram um gráfico de custo/benefício da produção de arroz orgânico e arroz convencional nos lotes do assentamento Renascer. E ainda como é todo processo que o arroz passa desde que é colhido na lavoura até chegar embalado no supermercado para nosso consumo. Levando em conta o tipo de arroz a ser produzido, integral, orgânico, branco e parbolizado, e suas propriedades nutricionais.



**E de produto final, foi elaborado um livro de receitas todas como principal ingrediente o Arroz. Vale a pena experimentar:**

**PICOLÉ DE ARROZ** Ingredientes:

200g de arroz

1 litro de água

20g da canela em pau

340g de açúcar

650 ml de leite

Modo de preparo:

Triture o arroz em um liquidificador até virar pó.

Misture a água morna e a canela em pau. Deixe descansar de um dia para o outro para a água pegar o gosto.

No dia seguinte, coe e misture a água com o açúcar e o leite.

Coloque em uma forminha. Se não tiver a forminha, coloque em um copo plástico, cubra com o papel filme e espete um palitinho.

Leve ao freezer por 5 ou 6 horas ou 10 horas no congelador da geladeira.

## BRIGADEIRO DE ARROZ

### Ingredientes:

2 xícara de arroz bem cozido

1 lata de leite condensado

10 colheres de chocolate em pó

1 colher de margarina

10 colheres de açúcar

200g de chocolate granulado

### Modo de preparo:

Cozinhe o arroz por 35 minutos. Quando ele dobrar de quantidade, coloque no liquidificador e bata por 3 minutos com a água do próprio cozimento. Coloque em uma peneira para escorrer toda a água.

Coloque o arroz em uma panela e acrescente os outros ingredientes mexendo até desprender do fundo (40 minutos).

Coloque em uma fôrma untada de margarina para esfriar. Faça bolinhas e passe no granulado.

## 11)ELEMENTOS DO BEM X ELEMENTOS DO MAL

Coordenados pela professora Pâmela

Alunos da turma de 9ª série

Os agrotóxicos foram desenvolvidos durante a Primeira Guerra Mundial e utilizados na Segunda Guerra Mundial, como arma química. Após o término das Guerras, passaram a ser usados como defensivo agrícola.

Tendo em vista a quantidade de veneno que são utilizados nas lavouras, os alunos fizeram uma pesquisa sobre como os elementos químicos que compõem os agrotóxicos afetam os elementos químicos que compõem o nosso corpo.



## 12) PLANTAS INDICADORAS

Coordenados pelas professoras Eliane e Margarete

Alunos das turmas de 6ª e 7ª séries

A fertilidade do solo pode ser verificada através de análise química ou por observação da vegetação existente. As plantas podem nos dizer mais do que imaginamos elas indicam as condições de fertilidade do solo e se o manejo está adequado.



### 13) TRABALHOS REALIZADOS PELOS ALUNOS DA 1ª a 5ª SÉRIE

Coordenados pelas professoras Leci, Miriam e Raquel

A partir de pesquisa realizada pelos alunos sobre alimentos produzidos no Assentamento, estes foram utilizados na realização de receitas, estas foram preparadas pelos professores e auxiliadas pelas crianças. Aprendendo assim a valorizar o alimento tirado da terra, do trabalhadas famílias, e despertar desde cedo o gosto por alimentos saudáveis sem o uso de agrotóxicos.

Elaboração de um prato com alimentos saudáveis.





## PALITO SALGADO

### Ingredientes:

05 xícaras de farinha de trigo

01 colher (sopa) de margarina

Água morna até dar ponto

01 colher rasa de sal

01 pitada de açúcar

01 colher rasa(sopa) de fermento químico

A gosto: alface, couve, salsa, espinafre e brócolis, conforme preferência, deve ser picado e misturado a massa.

### Modo de preparo:

Misturar todos os ingredientes;

Bater no liquidificador;

Espichar a massa;

Cortar em tirinhas;

Assar ou fritar.



## PANQUECAS VERDES

Ingredientes:

**Massa:** 02 copos de farinha de trigo

02 ovos inteiros

1<sup>1</sup>/<sub>2</sub> copo de leite

Sal e cebolinha verde picada.

**Recheio:** cenoura ralada, tomate, cebola e sal.

Modo de Preparo:

Misture todos os ingredientes da massa no liquidificador; Coloque uma concha de massa em uma frigideira untada até a massa ficar sequinha;

Coloque o recheio e enrole as panquecas.



#### 14) GRÁFICOS DOS ALIMENTOS PRODUZIDOS NO ASSENTAMENTO RENASCER

O trabalho teve como objetivo valorizar os diferentes tipos de alimentos produzidos nas comunidades: Assentamento Renascer, Assentamento Arroio das Pedras e Pantanoso; destacando assim a importância da preservação e equilíbrio ambiental.



### 15)18º ENCONTRO ESTADUAL DOS SEM TERRINHA

De 10 a 12 de outubro, Santa Maria/RS

A Escola se fez presente, apresentando o trabalho realizado sobre a alimentação saudável. Também participou da ação no Ministério Público onde foi protocolado reivindicações, inclusive o donosso Ensino Médio e da entrega de alimentos que foram doados para Casa de Apoio às famílias das Crianças com Câncer.



### 16)HISTÓRIA EM QUADRINHOS e ACRÓSTICOS

Coordenados pela Professora Eronilda

Alunos das turmas de 6º a 9ª séries

**TRABAJO**  
**V**A más  
 P **L**antar legumbres y fruta  
 Para **h**acer una alimentación, bien equilibrada  
 T **é**ndr **M**ás una vida saludable  
 por **s**iempre **T**ener una salud  
**b**u **N**ecesitada  
 con **T**odos estos alimentos  
 buenos, tendremos una **S**alud mejor  
 C **a**receremos bien y tener  
 una **m**ucha **v**ida de **a**nte  
 con **l**a **c**olaboración de todos podemos  
**T**ener una vida **m**ás tranquila  
**m**u **S**ta  
**v**ida  
**L**o **b**on  
 mucho **i**mportante **m**a  
**v**ida **e**  
**M**A **s**u **l**o  
 entonces **B**amos  
 cuidar **d**e **l**a **v**ida **n**uestra  
**y** **d**e **n**uestra familia.

**Dicho:** 05/05/2020  
**Nombre:** Juliana  
**Sexo:** F  
**Profesor:** I. Duarte



Laranja com canela

- Ingredientes**
- 4 laranjas
  - 2 colheres de sopa de suco de laranja
  - 2 colheres de sopa de suco de limão
  - 1 colher de sopa de açúcar
  - ¼ colher de chá de canela em pó
- Preparação**
- Com a ajuda de uma faca afiada, descasque as laranjas e corte as rodela,
  - Disponha as rodela em quatro pratos,
  - Junte o suco de limão e de laranja, o açúcar e a canela.
  - Despeje a calda sobre as rodela de laranja.

Se Alimentar bem  
 é muito difícil, quando comemos  
 salgadinhos, bolachas, pizzas,  
 etc, prejudicando nossa  
 saúde, e todos nós se  
 alimentam diariamente com  
 alimentos saudáveis como  
 frutas, alimentos da sua  
 própria produção como a mandioca,  
 o milho, mamão, a citra, a batata...  
 O nosso organismo precisa de alimentos

pois eles possuem fontes de energia e  
 fontes de matérias - primas, essas  
 fontes são usadas para reparar  
 machucados, curar. Depende de você se quer  
 se uma pessoa saudável e continuar  
 de saúde melhor - se alimentação saudável  
 um primeiro complemento de vida.

Nome: Larissa Souza  
 Nome da professora: Elizabeth Matos  
 disciplina: português

23/11/2016

Nome: Carlos M. R. Jr  
 Prof. Benilde

7º ano

Praticamos comer

Legumes

frutas e melão

Mais

comer alimentos naturais

Naturais

nao temo agrotóxicos

A noite

Alimentação

anti

vai melhor o ser

\*

cada vez mais

nao esqueça a que a

su

Alimentação saudável como pelo seu bem

é o caso de você

vamos

comer mais

legumes e frutas saudáveis.


 Produção de texto  
 Nome do aluno: Diego Medeiros  
 Disciplina: Biologia  
 Nome da prof: Caroline  
 Dia 18 de agosto de 2020

### Alimentação Saudável

Alimentação saudável é não comer alimentos que contém açúcares, muitos tem uma alimentação insalubre, com muitas gorduras, bebidas (bolachinhas, biscoitos, bolachinhas, pastas, refrigerantes, etc). Eles devem comer como (alface, repolho, tomate, couve-flor, brócolis, etc). Mas muitos preferem comer coisas gostosas e não as saudáveis.

com tudo isso, muitas pessoas ficam "doentes", colesterol alto, diabetes, triglicéridos.

As pessoas deveriam ser mais conscientes não usar açúcares nos alimentos que eles plantam, pensar em suas famílias, se não quiser uma vida saudável, muito por seus filhos e seus amigos.

## 17) CULMINÂNCIA DO PROJETO

Palestra de abertura com o Professor Luiz Rogério sobre O Rio Camaquã e a Mineração do Chumbo.



Apresentação dos trabalhos elaborados pelos alunos durante o 2º semestre de 2016 para os pais e comunidade em geral.



### **PARCEIROS DO PROJETO:**

Para sensibilização de nossos alunos foram organizadas pela escola e pela EMATER, palestras com Leandro da Secretaria do meio ambiente de canguçu e cooperados da COOPERSOL em 2014 e em 30 de março de 2016. Também foram feitas duas visitas, uma em 2014 e outra em 26/04/2016 à COOPERSOL onde é feito o preparo do lixo para a venda por parte da cooperativa.

Participamos de atividades na Semana Municipal do Meio Ambiente, onde apresentamos a Mística: Mãe Natureza;

Organizamos coletas seletivas de lixo na comunidade;

Realizamos passeios pedagógicos: no CETAC, para estudo de plantas medicinais; na EMBRAPA, no Seminário Biodiversidade e Segurança Alimentar.

Abertura da Colheita de arroz Agroecológico em Viamão.

Abertura da nossa 1ª Colheita de arroz Agroecológico em Canguçu.





## **GRADECIMENTO ESPECIAL DA ESCOLA**

A edição do nosso segundo jornal chega ao final, esperamos que enriqueça os conhecimentos de todos. Fica, a meta de que em 2017 sigamos fazendo outros projetos, outras edições do jornal e seguindo nesta construção de história. Sempre unidos em prol de uma educação de qualidade: Escola, Comunidade e EMATER, num trabalho coletivo.

E em 2017: HOMEM X NATUREZA, já está em andamento.

**Direção da escola**

## **PARTE PARA SER FEITA PELO LEITOR**

Durante o segundo trimestre realizamos várias atividades na escola. Focamos o trabalho pedagógico no projeto “Alimentação Saudável” e aconteceu, em 21 de dezembro a culminância do projeto com o seminário.

Um desafio para todos nós! Espero que todos fiquem satisfeitos com a sua participação e que enxerguem a importância da união dos talentos para realização deste trabalho e dos vindouros.

**Direção da Escola.**